OSÓRIO NUNES

INTRODUÇÃO AO ESTUDO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

RIO — 1949

Ao dr. Guilherme da Silveira, oferece Osório Nunes – solicitando a honra de sua crítica a êste trabalho sôbre 41% do território nacional.
Rio, Natal-49-50
R. da Constituição, [illegible]
("Diário de Notícias")

Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira

A origem dêste livro é uma paixão política. Um conflito de homens, discordes sôbre o método de conduzir uma questão, levou-me à análise da mesma. Reuni todos os elementos disponíveis. Balanceei, examinei. Além da documentação já reunida e dos conhecimentos anteriores, fàcilmente reconstituíveis, mapas, livros, esparsos, relatórios, processos, discursos, entrevistas, orçamentos, estatísticas, planos foram pesquisados. Capítulos houve que custaram meses na elaboração, na coleta, análise, rejeição, comparação e nova aplicação de dados.

Durante dois anos, preparei esta humilde contribuição ao estudo, conhecimento, interpretação e valorização da maior área-problema do Brasil. Modernamente, com as novas fontes de informações de que dispõe o país, com vários institutos de pesquisas econômico-sociais em funcionamento, torna-se possível dispor de grande soma de elementos. Não contava, entretanto, com um trabalho de ordem geral, um trabalho base a que recorrer. Foi preciso criar os próprios meios de expressão, utilizando todos os recursos acessíveis ao analista.

E, sobretudo, resistir às sugestões dos que tinham fortes tendências a defender.

Com os olhos postos no futuro de meu país, livre de tôda eiva de interêsse, sem a mais leve sombra de compromisso, êste trabalho nasceu aos poucos, sofrido, cada dia, como um imperativo do meu próprio espírito.

Êle aí está, com as imperfeições que Deus e a crítica me ajudarão a consertar; pois, sendo originário de uma paixão, êste livro também tem a sua paixão: servir à verdade, à Amazônia e ao Brasil.

OSÓRIO NUNES.

Valorização Econômica da Amazônia

ARAÚJO CAVALCÂNTI.

A' margem da "Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira", de Osório Nunes

A Valorização Econômica da Amazônia — após a promulgação da Constituição de Setembro de 1946 — entrou na categoria dos grandes e urgentes problemas da nacionalidade. E' hoje um dos temas mais discutidos da imprensa brasileira e continental, através de comentários cotidianos, editoriais e crítica especializada. Os problemas da imensa planície equatorial adquiriram inesperada maturidade com o desenrolar dos acontecimentos internacionais, constituindo um dos pontos nevrálgicos da geopolítica americana. Ainda há pouco reuniu-se no Perú a Conferência Internacional da Hiléia, cujas decisões foram de importância tôda especial para o Brasil. Ensaios e estudos diversos estão surgindo sôbre êsses magnos problemas, dignos da maior atenção, como subsídios valiosos à fixação dos rumos do planejamento regional brasileiro. Creio mesmo que alguns dêstes trabalhos têm valor perene e já se tornaram indispensáveis. Tal é o caso da "Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira", do escritor *Osório Nunes*, homem

da região, perfeitamente integrado no conhecimento das realidades amazônicas. Em sua magnífica contribuição, *Osório Nunes* examinou os problemas da Amazônia como economista e administrador, procurando focalizá-los de diversos ângulos, num grande esfôrço de apreciação multilateral, em harmonia com os propósitos de aproveitamento visados na Carta Magna. Pode-se considerar vitoriosa a difícil iniciativa do ensaista *Osório Nunes*, tentando elaborar uma síntese clara e objetiva sôbre assunto de extrema complexidade que vem desafiando as energias do Parlamento. Seria inútil procurar salientar as qualidades e defeitos da "Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira" — essa é uma tarefa para os críticos e leitores interessados; acredito, todavia, todos reconhecerão nos trabalhos do ilustre Secretário da Comissão Executiva da Associação Brasileira de Municípios, extraordinária dose de bom-senso, equilíbrio e serenidade.

OBSERVAÇÕES GERAIS

Estudioso dos problemas brasileiros, tenho acompanhado com interêsse as atividades da Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Julgo desnecessário salientar a significação dessas atividades para a economia geral do país.

Quer promovendo a mais ampla e exaustiva discussão dos problemas amazônicos de que há notícia em nossa história; quer efetuando o vasto e necessàriamente moroso trabalho preliminar de levantamento da grande "*área-problema*", a verdade é que, na referida Comissão Parlamentar, se concentram, hoje, as esperanças de recuperação e

desenvolvimento de quase 3/4 do território nacional.

Aliás, os dois milhões de patrícios que mourejam na imensa planície equatorial sabem que as suas perspectivas futuras de segurança e bem-estar dependem, em grande parte, dos bons resultados das iniciativas da referida Comissão Especial.

UMA CAMPANHA SUBTERRÂNEA CONTRA O PARLAMENTO

Entretanto, apesar de integrada por alguns dos legítimos valores do nosso Parlamento, a Comissão já foi alvo de críticas soêzes e apressadas, inteiramente destituídas de fundamento. Críticas demolidoras que têm por objetivo primordial atingir as personalidades mais em evidência no panorama político-social da Amazônia, ora mediante injustificáveis ataques de cunho personalista, ora através de uma deturpação sistemática das iniciativas, atividades e objetivos da Comissão Especial de Valorização Econômica da Amazônia.

Nem é preciso acentuar que êsse furor iconoclasta se enquadra nas linhas gerais de um movimento mais amplo — sobejamente conhecido — de desmoralização das nossas instituições parlamentares.

Ùltimamente as críticas formuladas contra a Comissão Especial visaram de preferência, a pessoa de seu digno presidente, Deputado Leopoldo Péres — exatamente o cidadão a quem a Amazônia inteira deve o maior dos serviços, a contribuição máxima ao seu desenvolvimento, contida no art. 199 e parágrafo único da Constituição de 18 de setembro de 1946.

A EXATA SIGNIFICAÇÃO PARA A AMAZÔNIA DA "EMENDA CONSTITUCIONAL" LEOPOLDO PÉRES

Como é sabido, os dispositivos do art. 199 e parágrafo único da Constituição de 18 de setembro de 1946 garantem a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia com os recursos provenientes de 3% (três por cento) das rendas tributárias da União, durante, *pelo menos*, 20 (vinte) anos. Além disso, os Estados, Territórios e Municípios dessa região reservarão para o mesmo fim, anualmente, 3% (três por cento) das suas rendas tributárias. Êsses recursos serão aplicados por intermédio do Govêrno Federal.

Ora, um cálculo baseado na análise estatística da receita tributária da União e dos Estados, Territórios ou Municípios interessados, — levando em consideração a curva das previsões orçamentárias e das arrecadações efetivas, segundo dados da Divisão de Orçamento do D. A. S. P. — permite-nos afirmar que a soma aproximada dos recursos previstos no citado art. 199 ultrapassará — *dentro do limite máximo dos 20 anos prefixados pela Constituição* — a importância de 12 bilhões de cruzeiros, ou seja, algumas dezenas de vêzes mais do que os atuais orçamentos conjugados de tôdas as unidades federativas do extremo norte do país.

E' portanto de inteira justiça ressaltar a exata significação da emenda constitucional do Deputado Leopoldo Péres, quando da Assembléia Nacional Constituinte e que deu origem ao referido art. 199 e seu parágrafo único: graças à inteligente iniciativa, ao entusiasmo e à operosidade do deputado

amazonense ficaram assegurados os meios indispensáveis para o *início* — note-se bem, *o início* apenas, — *de um dos maiores empreendimentos de todos os tempos que é a efetiva ocupação, domínio e exploração econômica dos grandes vales equatoriais do Brasil.*

UMA EMPRÊSA CICLÓPICA

Dizemos *início,* porquanto o aproveitamento e a dinamização das potencialidades econômicas da maior bacia hidrográfica do mundo absorverão recursos muito superiores aos 12 bilhões de cruzeiros em que se vai traduzir a vitoriosa proposta do Deputado Leopoldo Péres, tal como consagrada no texto constitucional.

Isto porque, entre múltiplos fatores que vão desde a rarefação demográfica à insignificância das áreas cultivadas, a região é desmensuradamente vasta e seus recursos continuam pràticamente ignorados. O Engenheiro Geraldo Rocha tem inteira razão quando, em seu depoimento perante a Comissão Parlamentar logo no início das atividades dêsse órgão do Legislativo, afirmou que "nenhum rio da Amazônia é suficientemente conhecido 20 quilômetros à montante de sua foz".

Há, por conseguinte, antes de tudo, uma tarefa prévia de exploração, desbravamento, análise e *conhecimento, tão exato quanto possível, dos recursos regionais disponíveis.*

De boa fé não se pode negar que a Comissão Especial vem cumprindo com o seu dever, procurando ouvir todos os estudiosos da Amazônia e reunindo num vasto "dossier" os estudos, projetos

e orçamentos indispensáveis ao levantamento prévio das condições e realidades amazônicas.

Levantamento básico que fornecerá as informações, os dados e a indicação dos próprios elementos materiais para organização *posterior* do Plano de Valorização. Não têm, pois, razão de ser o açodamento de certos ingênuos que exigem, com uma candura digna de piedade, um "plano" a tôda presa, pronto para ser usado. Com satisfação verificamos que a êste respeito, a Comissão Parlamentar já deu ao país uma demonstração de extraordinário bom senso e honestidade, resistindo ao ridículo de fazer o carro anteceder os bois..., e tal seria o caso se formulasse um "plano" qualquer, sem efetuar, prèviamente, o penoso levantamento que se faz mister.

Simultâneamente com a investigação e análise dos problemas regionais — tarefa ingente, pela sua natureza bastante difícil e demorada — cuidou a Comissão Especial de projetar em suas linhas gerais, a entidade incumbida de organizar o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, executá-lo pela forma que julgar mais conveniente e aplicar, na sua execução, os recursos postos ao seu dispor. Daí o projeto que "Cria a Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, estabelecendo-se as respectivas bases e dando outras providências".

Também neste ponto a orientação da Comissão Especial foi a mais acertada possível. Êsse projeto tem as suas deficiências e dêle discordamos na quase totalidade dos seus dispositivos. Mas, ao contrário do que pretendem certos economistas de gabinete, *a elaboração do Plano de Valorização é encargo a ser atribuído ao órgão técnico para tal*

fim previsto na estrutura da entidade que fôr criada, qualquer que seja a sua denominação. Os encargos e atribuições da Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, são de natureza política, legislativa, fiscal. Cabe-lhe vigiar, fiscalizar, traçar diretrizes gerais, sugerir, propor, coordenar e controlar, num esfôrço superior de defesa dos interêsses dos contribuintes, tanto vale dizer, *no interêsse do próprio povo brasileiro, de cujos bolsos, em última análise, sairão os recursos para custeio do empreendimento. E o povo brasileiro não está em condições de tolerar desperdícios ou fracassos.* Em hipótese alguma se poderia atribuir funções executivas à Comissão Parlamentar. E a organização do Plano de Valorização é uma das atribuições primordiais da entidade executiva projetada.

A VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA E A EXPERIÊNCIA AMERICANA DA T. V. A.

Muito se tem falado, entre nós, sôbre os empreendimentos da T.V.A. (Tennessee Valley Authority) e já houve mesmo quem procurasse apresentar a extraordinária realização do gênio político de Roosevelt como o modêlo a ser adotado com relação ao Plano de Valorização da Amazônia.

Julgamos imprópria a sugestão que se poderia aplicar, quando muito, ao Vale do São Francisco. A razão é bem simples: os problemas do Vale do Tennessee são inteiramente diferentes dos problemas amazônicos e, diga-se de passagem, *menores* e *menos difíceis.* A bacia do Tennessee — apesar de banhar sete Estados da União Norteamericana — se estende por uma área menor do que a do Estado de Pernambuco, uma área quatro vêzes me-

nor do que a do Território do Rio Branco, sendo portanto, uma superfície insignificante em têrmos de geografia amazônica. O Tennessee pode ser comparado com o Uraricoera, um dos formadores do Rio Branco, o qual, por sua vez, apesar de ser dos maiores rios da América, é, apenas, um dos afluentes do Rio Negro — principal tributário da margem esquerda do Amazonas. E' de se notar, por outro lado, desde 1933, — quando o Senador Norris apresentou o projeto de lei criando a T.V.A. — até 1944, segundo o último relatório do maior diretor geral dessa fabulosa instituição, David Lilienthal — foram gastos mais de 700 milhões de dólares, ou seja, 14 bilhões de cruzeiros. Isto é, na reduzida área banhada pelo Tennessee e seus tributários (pouco mais de 800 quilômetros de rios) fêz-se a aplicação *concentrada*, em dez anos — 1933/1944, exclusive — de uma soma maior do que a assegurada à Amazônia pelo mencionado art. 199, da nossa Constituição.

Parece-me que estabelecer um paralelo entre a Amazônia e o Vale do Tennessee, seria pretender o absurdo de reduzir a maior e mais complexa rêde potamográfica do mundo às proporções de um simples igarapé. Não obstante, pode-se considerar o conjunto de empreendimentos diversos que constituem a T. V. A. como uma das maiores experiências mundiais de administração planificada: são 28 imensas reprêsas — tipo *"multi-purpose dams"*, — as quais atendem simultâneamente a uma multiplicidade de fins diversos, tais como: energia hidroelétrica, navegação e contrôle de inundações, irrigações, reflorestamento, fábricas de adubos químicos, fertilizantes, explosivos, eletrometalurgia, etc.

Todo êsse conjunto gigantesco de emprêsas e projetos que é a T. V. A. funciona em bases industriais sobremaneira vantajosas. Tanto é assim que, no seu âmbito é que o Govêrno Federal americano resolveu instalar as usinas atômicas de Oak Ridge (Tenn.). Durante a guerra, a T. V. A. se transformou num imenso arsenal. Como se vê, não tem cabimento um paralelo entre a conhecida corporação governamental americana e a entidade que se pretende criar para exploração e desenvolvimento da Amazônia. *Mas, nem por isso deixam de ser imensamente valiosos os ensinamentos que a T. V. A. nos poderá proporcionar com relação à Amazônia,* como entre outros:

a) *planejamento integral,* embora lento, estabelecendo-se prioridades e ordens de urgência na solução dos vários problemas;

b) *execução rápida dos projetos* que obtiverem prioridade, *preferência dada aos de sentido reprodutivo, criadores de riqueza* (por exemplo, aproveitamentos hidroelétricos, transportes, etc.);

c) *concentração de recursos na execução dos projetos básicos.* (No caso da Amazônia, evitar, por exemplo, a diluição dos recursos disponíveis, como seria o caso de uma política errada de distribuí-los entre órgãos administrativos existentes, estaduais, territoriais ou municipais. Semelhante política representaria a perpetuação do atual "statuo-quo". Os recursos do Plano não devem ser disperdiçados em aplicações desastradas);

d) *prestação de contas perante* o *Congresso* e *diretamente ao povo, além das comprovações normais de despesas,* de sentido contábil, *perante* os *órgãos* competentes; ampla publicidade;

e) *integração das comunidades beneficiadas na emprêsa,* interessando-as diretamente na execução dos trabalhos. A cooperação local é um dos fatores preponderantes do sucesso;

f) *um certo espírito pioneiro e missionário.* O soerguimento da Amazônia, a exemplo da T.V.A., deveria ser levado a efeito com a mística de uma legítima cruzada, o espírito realizador peculiar de que se revestem os grandes empreendimentos históricos, como, entre tantos, a construção do Canal no Panamá, a própria T.V.A., Magnitogorski e as reprêsas do Dnieper etc.;

g) *aplicação sistemática* dos princípios e da técnica de organização científica.

POSSIBILIDADES DE INVESTIMENTOS NORTE-AMERICANOS NO SOERGUIMENTO DA AMAZÔNIA, COOPERAÇÃO CONTINENTAL

Não se deve pôr de lado, por uma questão de nacionalismo vêsgo e *démodé, a extraordinária* cooperação que os norteamericanos podem oferecer à Valorização Econômica da Amazônia, em têrmos de capital, técnicos e material.

Queiramos ou não, a Amazônia é um transcendente problema da geopolítica continental e sobretudo norteamericana. E', talvez, a única fonte provável de suprimentos de. uma infinidade de matérias primas *para as indústrias do futuro,* não apenas dos Estados Unidos, como dos demais países americanos. A expansão do imperialismo soviético, no rítmo em que se processa, virá apressar a utilização continental dessa fonte criminosamente relegada ao abandono e que, até agora, tem sido, apenas, objeto de discursos mais ou menos

líricos. Produtos florestais, essências, raízes, fibras, óleos, alimentos, matérias plásticas, combustíveis, os minérios do Amapá e Rio Branco, em síntese, tôdas as potencialidades econômicas da Hiléia entrarão, mais cedo do que se presume, numa fase de aproveitamento intensivo.

Nem poderíamos, sòzinhos, com os parcos recursos disponíveis, recuperar, desenvolver, povoar e colonizar a Amazônia. Uma vez estruturado o órgão administrativo incumbido dessas finalidades e elaborado o Plano de Valorização com o rigor que se faz mister, será fácil efetuar as operações de crédito necessárias ao suprimento das nossas deficiências financeiras, à obtenção dos recursos técnicos e materiais necessários à concretização do grande ideal que empolgou o Deputado Leopoldo Péres — plasmar uma autêntica civilização nos trópicos, para maior prosperidade do Brasil e do Continente.

O PENSAMENTO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA SÔBRE O ASSUNTO

A Mensagem ânua do Presidente da República — encaminhada ao Congresso Nacional aos 15 de março de 1947 — revela, com sobriedade e precisão, um pensamento objetivo sôbre o magno problema. Com satisfação verifica-se nesse documento, a expressão de uma mentalidade realista defendendo pontos de vista pelos quais se vem batendo, de há longa data e em diferentes oportunidades, o escritor Osório Nunes, cujas idéias estão agora reunidas nesta "Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira". Vale a pena transcrever os tó·

picos da Mensagem Presidencial relativos à Valorização Econômica da Amazônia:

"Uma das minhas preocupações básicas tem sido a de obedecer com o máximo empenho aos dispositivos constitucionais que vinculam apreciáveis percentagens da renda tributária da União ao soerguimento ou valorização econômica, social e humana do Vale do São Francisco e da Amazônia.

"A êsse respeito, já na Mensagem que tive a honra de encaminhar-vos acompanhando a Proposta Orçamentária para 1948, foi acentuado o fato do Govêrno Federal se ter adiantado aos resultados finais dos valiosos trabalhos das Comissões parlamentares, ao empregar parte daquelas dotações, "deixando, porém, nos dois casos em foco, parcelas substanciais que foram colocadas em disponibilidade aguardando a discriminação que lhes aprouvesse dar as referidas Comissões do Congresso Nacional".

"No caso da Amazônia, devem ser tomadas as medidas preparatórias exigidas para início das obras, a par do levantamento de suas condições peculiares, inventário dos recursos existentes e planejamento geral da ação executiva do Estado.

"Aguarda, pois, o Govêrno os resultados das atividades da Comissão Especial do Congresso incumbida de esquematizar as linhas gerais dessa ação executiva. E' de encarecer a necessidade urgente das medidas preliminares à elaboração do Plano de Valorização a que se refere o art. 199 e parágrafo único da Constituição.

"Quanto mais depressa fôr organizado o Plano — selecionados e hierarquizados os projetos em que se devem inverter os recursos previstos, oriundos de rendas gravadas com a cláusula de aplicação

especial — tanto melhor. Cabe à Comissão Especial do Plano de Valorização da Amazônia o elevado encargo de indicar o roteiro a seguir, elaborar as diretrizes a serem observadas, formular os delineamentos gerais do grande empreendimento. Essa é uma função legislativa da mais alta importância para os destinos da grande planície, quer nos seus aspectos de orientação política como no que diz respeito à coordenação geral dos projetos que forem elaborados e à fiscalização de sua execução. Só então poderá o Govêrno Federal, sem ultrapassar os limites de sua esfera de ação e com resultados mais satisfatórios, dar integral cumprimento aos dispositivos constitucionais relativos à Amazônia, através do órgão técnico que fôr criado para elaborar e executar, em definitivo, o plano geral de soerguimento da grande área, de acôrdo com os delineamentos gerais prefixados pela Comissão parlamentar.

"Tanto mais urgente se me afigura a necessidade de uma solução adequada para os imensos problemas da Amazônia quanto é certo que, dia a dia se agravam suas difíceis condições de vida. Os esforçados habitantes dessa longínqua região se vêm a braços com dificuldades sem paralelo, oriundas de uma multiplicidade de fatores negativos, como, entre outros, escassez demográfica, vastidão territorial, afastamento em relação aos grandes centros de produção e consumo do país, economia primária de puro extrativismo florestal, estrutura econômica e social à mercê das oscilações dos preços de suas matérias primas essenciais.

"Os recursos previstos pelo art. 199 e parágrafo único, a despeito de comprometerem os orçamentos federais, estaduais, territoriais e municipais com

rpecentagens da aplicação prédeterminada, preconizam, de fato, os meios de que a Amazônia carece para progredir. Necessário se torna, porém, que sua aplicação seja técnica e orgânicamente efetuada, visando os problemas fundamentais de uma região na realidade pouco conhecida nos seus dados substanciais e que ocupa uma superfície que abrange mais da metade do país.

"Por enquanto, além dos benefícios que têm saído à conta da ação executiva dos Ministérios na região amazônica foram empregados todos os esforços a fim de resolver quanto antes o problema do financiamento dos excedentes da borracha, produto que ainda polariza a vida econômica das unidades integradas na região norte.

"Crescem, destarte, as exigências de esforços conjugados do Legislativo e dos órgãos administrativos responsáveis pelos destinos da Amazônia, no sentido de atenuar ou conjurar as vicissitudes de sua extrema vulnerabilidade econômica e social, mormente quando já existem recursos com a destinação especial de ocorrer a esa finalidade, nos têrmos do art. 199 e parágrafo único da Constituição, devendo a contribuição federal ultrapassar anualmente, à importância de CrS 400.000.000,00 — tomadas por base as previsões da receita constante da Proposta Orçamentária de 1948".

ESQUEMA GERAL DA "INTRODUÇÃO AO SETUDO DA AMAZÔNIA BRASILEIRA"

O simples exame do plano do trabalho elaborado por Osório Nunes revela tôda a extensão do esfôrço empregado no delineamento dos legítimos roteiros da Valorização da Amazônia. São os se-

guintes os principais setores estudados pelo autor, dentro de uma preocupação de síntese extrema e absoluto apego aos dados essenciais dos problemas :

1 — *Valorização da Amazônia;* 2 — *As Unidades Federadas;* 3 — *O Território do Amapá;* 4 — *O Território do Rio Branco;* 5 — *O Território do Acre;* 6 — *O Território do Guaporé;* 7 — *O Estado do Pará;* 8 — *O Estado do Amazonas;* 9 — *O Clima;* 10 — *A Flora;* 11 — *A Fauna;* 12 — *As Populações;* 13 — *O Sistema Econômico;* 14 — *O Sistema de Crédito;* 15 — *Os Transportes;* 16 — *A Organização Municipal;* 17 — *A Defesa Nacional;* 18 — *Saúde e Educação;* 19 — *O Instituto da Hiléia;* 20 — *A Maturidade da Terra;* 21 — *A Área;* 22 — *Ocupação e Aproveitamento da Área;* 23 — *A Organização Territorial;* 24 — *A Organização Estadual;* 25 — *A Ação Parlamentar;* 26 — *A Política Imigratória;* 27 — *O Plano;* 28 — *O Planejamento Regional;* 29 — *O Órgão Executivo;* 30 — *A Administração;* 31 — *A Execução.*

O sumário da "Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira" é suficiente para demonstrar um domínio completo dos problemas da Valorização da Amazônia. Trata-se de um trabalho singular, de um vigor surpreendente, em que o apreciado ensaista e técnico da Associação Brasileira de Municípios fixa o panorama da Amazônia dos dias que correm, à luz dos mais recentes e variados elementos de interpretação, tratados de uma maneira que dá ao Estudo um sentido pioneiro de retrato do extremo norte, nesta etapa decisiva de sua Valorização. Osório Nunes, com esta vigorosa

obra, vem honrar uma geração na qual se vem incluir, a nova geração de pesquisadores objetivos dos problemas da sua terra, onde figura, sem favor, ao lado dos expoentes nacionais dos estudos regionais: Josué de Castro, Ocelio de Medeiros, Gilberto Osório de Andrade, Pedro Borges, Augusto de Resende Rocha, Paulo Carneiro e outros.

"Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira" é fonte obrigatória de consulta a quantos pretendam sugerir ou tomar quaisquer providências para o Vale do Rio Mar.

ARAÚJO CAVALCÂNTI.

(Secretário-Geral da Associação Brasileira de Municípios)

Introdução ao Estudo da Amazônia Brasileira

Osório Nunes

(Da Associação Brasileira de Municípios)

I

Sumário: 1 — *Valorização da Amazônia*; 2 — *As Unidades Federadas*; 3 — *O Território do Amapá*; 4 — *O Território do Rio Branco*; 5 — *O Território do Acre*; 6 — *O Território do Guaporé*; 7 — *O Estado do Pará*; 8 — *O Estado do Amazonas*; 9 — *O Clima*; 10 — *A Flora*; 11 — *A Fauna*; 12 — *As Populações*; 13 — *O Sistema Ecômico*; 14 — *O Sistema de Crédito*; 15 — *Os Transportes*; 16 — *A Organização Municipal*; 17 — *A Defesa Nacional*; 18 — *Saúde e Educação*; 19 — *O Instituto da Hiléia*; 20 — *A Maturidade da Terra*; 21 — *A Área*; 22 — *Ocupação e Aproveitamento da Área*; 23 — *A Organização Territorial*; 24 — *A Organização Estadual*; 25 — *A Ação*

I — VALORIZAÇÃO DA AMAZÔNIA

A bacia do maior rio da Terra ocupa cêrca de metade do território do Brasil. Dêsse fato geopolítico de primeira ordem decorre a constante preocupação do povo brasileiro pela Amazônia. Grande parte da atenção que o vale provoca, entretanto, é menos pelos seus problemas humanos, econômicos e sociais do que pelo lendário mistério dos recessos da vasta planície, apresentada pela literatura científica e de viagens como um dos recantos mais estranhos do planêta. Sem pretender discutir o mal que os literatos têm feito à Amazônia, agigantando os enigmas da "terra imatura", forçoso é reconhecer que aquela mesopotâmia é tratada à semelhança do que há três anos Ramon de Avelar descreveu em Buenos Aires: Uma bola colorida de borracha que o Brasil carrega acima da cabeça. Para deslumbrar os outros, que não possuem um balão assim, tão vistoso, e rejubilar-se com o oceano de belezas e vantagens contidas na sua miragem tropical.

Nos instantes, como o presente, em que os problemas da área atingem o ponto de saturação mais se evidencia essa atitude. Há um movimento geral de interêsse. Todos querem salvar

a Amazônia, impedir que se arrebente a bola de borracha. Mas a falta de informações serenas, o desconhecimento exato da verdade, a distância, a inacessibilidade, o jôgo de interêsses descontrolados, a ausência de planos administrativos conseqüentes dificultam a ação dos salvadores embaraçados nos meandros daquele mundo "sui generis". Ainda neste momento, é necessário vencer o tropismo que arrasta ao "impasse" tôdas as soluções projetadas para a região, desde a famosa Defesa da Borracha, levada a efeito em 1915 e que só aproveitou a alguns usufrutuários de empregos na capital da República.

Assistimos, agora, à manifestação de uma fôrça considerável — a fôrça política desencadeada pelos interêsses em choque e pela divergência de opiniões sôbre a forma de conduzir a questão — que se vem juntar aos múltiplos obstáculos naturais que se opõem à obra de valorização da Amazônia. Encarando o assunto de um ponto de vista frio e equilibrado, seria de desejar que as contendas de grupos não atingissem, fundamentalmente, o roteiro traçado pela Constituição para conquista do grande vale. Como não é possível, entretanto, desprezar as injunções dos conflitos humanos, é mister considerá-las e envidar todos os esforços para a neutralização de seus efeitos negativos, partindo do reconhecimento da situação da Amazônia, tal como se apresenta ao observador estudioso.

Dentro de uma visada imparcial, sem maiores pretensões, ùnicamente com o sentido de colaborar, de fato, para uma esquematização real do problema, a situação político-econômico-administra-

tiva da Amazônia pode ser decomposta da seguinte forma:

— As unidades federadas da região: Estados do Amazonas e do Pará, Territórios Federais do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá.

— O Govêrno Federal (Banco de Crédito da Borracha, administrações territoriais, Instituto Agronômico do Norte, Plantações de Belterra, Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Pôrto do Pará e outras entidades menores).

— O sistema bancário da região: arcáico, precário, insuficiente, operando quase exclusivamente nas cidades, à base de empréstimos comerciais, seguros e compensadores.

— O obsoleto, quando existente, serviço de transportes.

— A Comissão Parlamentar do Plano da Valorização Econômica da Amazônia, incumbida de estudar a melhor forma da inversão de 3% da renda tributária da União, dos Estados, Territórios e Municípios da região, durante pelo menos 20 anos, em cumprimento do artigo 199 da Constituição da República. No plano científico, teríamos, também, o já fundado Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, sob os auspícios da *United Nations Educational Scientific and Cultural Organization* (Organização Científica e Cultural das Nações Unidas), reunindo todos os países com áreas sôbre a bacia do Rio Mar e destinado a levantar as condições específicas da zona, como introdução ao seu perfeito conhecimento, assim como a elaboração de subsídios para o preparo de programas administrativos.

Temos ainda, lá e cá, populações inteiramente descrentes de qualquer providência oficial e os descontentes que alvejam, de modo sistemático, qualquer empreendimentto.

E' óbvio que os elementos dêsse complexo não funcionam harmônicamente. A interdependência de poderes dos órgãos federais e estaduais, além dos municipais, o livre arbítrio do sistema financeiro e de transportes, as injunções políticas impedem a coordenação de esforços e resultados. Encontram-se, portanto, os diferentes órgãos, sistemas e serviços atuando nas seguintes condições:

— Os Estados-membros, com renda insuficiente, produção empírica, estagnação econômico-social, transporte difícil, problemas sérios de educação e saúde, assistência social reduzida, baixos níveis de vida, sistema tributário asfixiante, populações desesperançadas.

— Os Territórios Federais do Acre, Guaporé Rio Branco e Amapá, unidades ainda embrionárias, às voltas com os mesmos problemas dos Estados de onde foram desmembradas, respeitadas as proporções e certas diferenças peculiares a zonas sem govêrno próprio, administradas em regime experimental.

Além do pouco que existia, tudo está por fazer, salvo algumas exceções, podendo-se apontar, como um dos fatôres determinantes, além da distância e rarefação demográfica, a descontinuidade administrativa, por mudança de delegados da União e respectivos assesores. O Acre, com quase meio século de existência sob a bandeira da Federação e atestando um "melting-pot" definido, informado

por nordestinos, sírios, portuguêses e indigenas, prepara-se, no momento, para abandonar o sistema de existência baseado nos surtos de prosperidade do "latex". Uma experiência baseada na colonização é tentada, com elementos do meio, mediante entrega de terras a colonos, a fim de libertar o Território da economia predatória representada pela indústria extrativa e iniciar a policultura racional. O Amapá é entre as novas unidades criadas em 1943 a que possui maiores possibilidades de desenvolvimento rápido. Germe de uma unidade política de alto teor, esplêndidamente situada à foz do Amazonas, sôbre o Atlântico, encontra-se em pleno florescimento, quatro anos decorridos de sua fundação. Produto de uma administração sem solução de continuidade, empenhada na prospecção dos recursos naturais, é também conseqüência de uma cultura transplantada. Mas ao contrário dos demais, os agentes dessa cultura vieram do Estado que integrava primitivamente, em melhores condições, portanto, de vencer e adaptar-se à ecologia.

— O Govêrno Federal, representado, principalmente, pelo Banco de Crédito da Borracha, hoje à altura de espinha dorsal do sistema econômico da região A última crise de suspensão de 40% dos pagamentos dêsse estabelecimento de crédito abalou a região. As medidas de socorro, urgentemente tomadas pelo Ministério da Fazenda vêm provar a necessidade de executar, completamente, através dêsse instituto, a política de crédito agrícola e industrial que o Banco do Brasil tinha por obrigação realizar, através de Carteira própria e que não é levada a efeito na Amazônia. O Poder Executivo da União inverte, outrossim, recursos

pecuniários no desenvolvimento dos Territórios. Sua ação é mais remota no Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Pôrto do Pará, que movimenta uma frota de antigos navios e no Instituto Agronômico do Norte.

— O sistema bancário da região não tem poder circulatório ao longo do grande corpo da Planície. Gangliona-se nas cidades, emprestando quase ùnicamente ao comércio e poucas vêzes o fazendo à indústria. De par com a rêde fiscal dos três aparelhos tributários, que suga todos os recursos do interior, a ausência de crédito para operações agrícolas ou mesmo garantia das safras da indústria extrativa constitui um dos principais motivos do perecimento e anemia econômica da Amazônia.

— O sistema de transportes de superfície está atrasado, no mínimo, de 30 anos. Há três estradas de ferro, em tôda a região: A Madeira-Mamoré, em tráfego no Guaporé; a Estrada de Ferro de Bragança, esteio da zona agrícola mais importante da área, no Estado do Pará, e mesmo assim, em estado de virtual destruição; e a Estrada de Ferro do Tocantins, virtualmente destruída na bacia do Tocantins. O SNAAPP cuida de substituir os velhos navioas por onde passou a glória da conquista do ouro negro, quando a região contribuia com 40% da renda do Brasil. O transporte aéreo muito concorre, desde 1933, para interligar os núcleos populacionais, quase estanques pela distância. Mas não obstante o recente aumento do número de aviões, por parte da emprêsa concessionária que leva as linhas até o Peru, ainda não pôde evoluir, por motivos de ordem econômica

local, para condições mais amplas. Por enquanto, será apenas um serviço supletivo de primeira categoria, mas não um serviço de cobertura.

— A Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, como seu nome o indica é um órgão do Poder Legislativo da União, constituída por deputados da região amazônica, sob a presidência do deputado Leopoldo Peres, (1) autor da emenda consagrada no artigo 199 da Constituição. Essa entidade representa uma inovação interessante no Brasil, procurando a semelhança das Comissões do Congresso dos Estados Unidos, que interferem decisivamente em muitas questões transcedendo o plano do legislativo pròpriamente dito. Seu programa de ação é o recolhimento de informes e preparo dos estudos para o plano que o Executivo levará a cabo, dando a melhor aplicação às entradas tributárias previstas na Carta Magna. A tarefa de reconhecimento e levantamento das necessidades, o processo de conduzir os trabalhos reclamados com o máximo de rendimento e sem interrupções prejudiciais, tornam delicada e sujeita a contestações a missão. Por outro lado, a realidade da posição de combate em que a maior parte de seus membros se encontra, em relação ao Executivos dos Estados de onde são oriundos, resulta em atritos e discussões de competência, desentendimentos que dificultam os trabalhos da Comissão.

— O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica é um aparelho que, se bem conduzido,

---

(1) Falecido em dezembro o ilustre brasileiro, é, agora, presidente da Comissão o Deputado Hugo Carneiro.

dentro do programa, prestará serviços capazes de justificar o empenho da UNESCO em atribuir-lhe 55.370 dólares no seu orçamento para 1948.

Quanto às populações descrentes e aos que aconselham, numa demonstração de ignorância da morfologia do Estado como órgão vivo, o abandono da Amazônia à sua própria sorte, nada melhor que a condução de um plano objetivo, sóbrio e de estímulo dos focos econômico-culturais que definem o avanço da civilização brasileira por dentro da gleba. Se os desentendimentos ameaçam não deixar ir a bom têrmo a obra de aproveitamento racional da Amazônia, é necessário contrapor um programa realístico de operações. Evitemos — e demonstraremos a seguir porque — que a Amazônia continue a ser a miragem tropical, aquela bola de gás colorida que o Brasil carrega acima da cabeça.

2 — AS UNIDADES FEDERADAS

As unidades federadas da Amazônia totalizam os problemas regionais que vêm compor o problema nacional da região. Eis porque é necessário ter uma visão geral de seus ângulos mais importantes, a fim de partir do parcial para o total e achar, nas constantes, os pontos principais que devem ser atacados em uma obra de planejamento a longo prazo, como se pretende fazer agora.

Dois Estados-membros são ali encontrados e que já desempenharam papel de grande relêvo na órbita econômica da Federação: o Pará e o Amazonas. Històricamente, o primeiro constitui o delta econômico-cultural do grande rio, servido

desde os primeiros tempos, por facilidades de comunicações marítimas com a Europa e, mais recentemente, com a costa atlântica da América do Norte. Primeiro ponto do território nacional onde se cultivou o café, também as primeiras experiências agrícolas regulares, levadas a efeito na Planície, tiveram lugar sôbre as suas terras. Condições geopolíticas privilegiadas, como a posição, larga costa sôbre o mar, capital abrigada numa baía segura, favorável à demanda de navios de tôda parte do mundo, à foz de sistema potâmico importante, além de outras que seria ocioso enumerar, proporcionaram à antiga Província do Grão-Pará uma posição de destaque, mantida por muito tempo e que deu origem ao florescimento de culta e adiantada sociedade aristocrática, afinada com os últimos progressos dos grandes centros civilizados. Os filhos das famílias importantes eram, via de regra, educados na Europa e as férias regulares que os abastados se permitiam, uma ou duas vêzes por ano, em Paris, asseguravam modelos franceses para os costumes locais, desde a indumentária de lã, naquele clima tórrido, à cultura humanística avançada. A composição social, em bases tìpicamente feudais, garantia essa exteriorização, que o ciclo da borracha silvestre viria redourar, enchendo a cidade de Santa Maria de Belém de obras de arte do mais puro gôsto estético, criando jornais de notória expressão e uma geração intelectual sem sucessores até hoje, No teatro da ópera cantavam companhias líricas, diretamente importadas da Itália e da França.

Encerrado o período da goma elástica como fator de riqueza fácil, verificou-se um fenômeno muito natural nas sociedades atingidas pela des-

graça. As classes dirigentes, embaladas pelo requinte, protegidas pelo sistema patriarcal, não estiveram à altura da situação e deixaram de encontrar remédios adequados para substituir à perda de substância econômica que a desvalorização da borracha representava. A economia de saque das reservas naturais era o caminho mais curto. E, na altura em que devia ser abandonada ou compensada pela cultura de espécies rendosas, continuou a ação predatória, indiscriminada e irracional, contra a flora e a fauna, visando, sobretudo, a extração de castanha, a pesca do pirarucu e a caça de animais silvestres. A agricultura de cereais, na zona servida pela Estrada de Ferro de Bragança, caiu na rotina dos métodos empíricos, transplantados pelas populações rurais imigradas do Nordeste e que ali se fixaram. A pecuária não evoluiu um passo e anquilosou-se a criação de pequenos animais.

Ademais, acompanhando um fenômeno universal, de funestos efeitos nos países de economia e organização incipientes, as populações do interior passaram a procurar insistentemente a cidade. O aumento das vantagens urbanas e a vaidade de ser citadino chegaram a formar, empregando vocábulo corrente, um verdadeiro complexo "capitalista" nos grupos humanos do Estado. Criou-se um círculo vicioso. Desde que a população da sede crescia, era preciso oferecer-lhe melhores e mais seguras condições de vida. Centralizavam-se, pois, na capital, tôdas as vantagens que faltavam ao interior. A capital crescia, em desproporção com as outras cidades, absorvendo-lhes os recursos, o potencial de trabalho, os valores financeiros e humanos. Ao mesmo tempo, um iníquo

sistema tributário ia aumentando as rendas da União, enquanto convertia o Estado, em vez de um órgão barato de coordenação e estímulo das atividades regionais, em um gigante macrocéfalo, que arrecadava incessantemente para sustentar a grande cabeça dourada de luzes e avenidas. A Revolução de Trinta encontrou a outrora próspera unidade em situação estática, mesmo assim duramente conquistada, depois de uma crise econômica muito grave.

Apesar do programa e das tentativas, não foi possível vencer os fatôres adversos. Em seguida a um breve período, em que as sedes municipais foram retocadas e melhoradas, as prefeituras do interior recairam no marasmo. Seus elementos dirigentes mais esclarecidos estavam quase desesperados, quando surgiu o óleo canforado da campanha da borracha, que reanimou a região, mas demonstrou não ser o remédio reclamado, apesar de heróico. Atualmente, o Pará continua a enfrentar sérios problemas do govêrno e sua administração, conseqüentemente, se vê a braços com dificuldades consideráveis para atender a compromissos financeiros, lastreados por uma receita subordinada a flutuações perturbadoras de qualquer plano executivo.

Guardadas as proporções e respeitadas as diferenças de posição, o panorama do Estado do Amazonas é o mesmo. Sua economia, semelhante à do Pará, sua formação cultural, inspirada nos mesmos padrões, teria de refletir, naturalmente, os fenômenos constitucionais da unidade vizinha. Sendo o maior Estado da Federação, e ocupando 17,74% do território nacional, mesmo depois de concorrer com 283.718 quilômetros quadrados

para a formação dos Territórios do Rio Branco e Guaporé, também possui a maior rêde fluvial navegável do país, com 12.919 quilômetros de aquavia. Atestando índices de rarefação populacional extraordinários, o Estado permitiu que a capital, a bela e importante cidade de Manaus, funcionasse em seu organismo à semelhança de Belém em relação ao Pará. Quando as atividades no interior deixaram de ser altamente lucrativas e a economia predatória, característica da bacia amazônica, procurou outras espécies além da borracha, a esmagadora maioria da vida econômica e cultural refugiou-se na sede, absorvendo as energias do interior. Pràticamente sem pecuária, com área agrícola trabalhada inferior à do próprio Território do Acre, o Estado do Amazonas, como o do Pará justifica, entretanto, um plano de aproveitamento racional, com imigração de elementos adaptáveis ao meio e transfusão de cultura européia, bem orientada. Mais adiante, em outro capítulo destas observações, apresentaremos nosso ponto de vista sôbre a índole das populações locais, o bom material humano que representam as formas pelas quais devem ser estimuladas a oferecer melhor rendimento *per capita*, o melhor processo de investimentos de recursos e o método para introdução de novas correntes raciais no "melting pot" amazônico.

O Território Federal do Rio Branco, desmembrado do Amazonas e situado nas lindes fronteiriças com a Guiana Inglêsa e a Venezuela, é um dos trechos mais remotos do Brasil. O índice de ocupação demográfica é o menor assinalado no país, 0,06 de habitantes por quilômetro qua-

drado. Na realidade, é uma região que passou a viver, de fato, na comunidade brasileira, depois do decreto de agôsto de 1943, que instituiu os novos Territórios Federais. Suas riquezas básicas, pecuária, ouro e diamantes, ainda são exploradas segundo métodos empíricos. Por causa da distância, do regime de navegação do rio Branco, que lhe dá o nome, da falta de mão-de-obra, da precariedade de tudo, são muito lentos os progressos que demonstrou, desde sua fundação. Há tendências para centralizar recursos e vantagens na sede, Boa Vista, cidade com pouco mais ou menos 2.000 habitantes. Talvez porque a população total, cêrca de 15.000, esteja muito espalhada por tôda a área.

O Território Federal do Guaporé, nucleado pela Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, também desmembrado do Estado do Amazonas e de parte de Mato Grosso, unindo as regiões Norte e Centro-Oeste, no extremo Nordeste do planalto brasileiro, com cêrca de 25.000 habitantes, é uma área ligeiramente superior à do Estado de São Paulo. De economia fundada na extração da borracha, seu problema é o de substituir a apanha silvestre pela cultura racional. Não obstante o elemento civilizador representado pela Estrada de Ferro, vem sendo difícil o seu desenvolvimento inicial, como unidade federada.

O Território Federal do Acre, quase no contraforte dos Andes, na fronteira com a Bolívia, abriga os germes de três futuros Estados, representados pelos territórios do Médio Juruá, do Médio Purus e do Alto Acre, segundo a observação de Rio Branco. Incorporado ao Brasil

pelo Tratado de Petrópolis, em 1903, representa a primeira entidade com essa característica na Federação. E' uma região de 140.000 quilômetros quadrados, conquistada pelo "rush" da borracha e com economia ainda assentada na exploração da hévea. Tem conseqüentemente, sofrido os fluxos e refluxos da cotação do produto.

Neste momento, o govêrno territorial ensaia uma tentativa de colonização com elementos regionais, mediante a atribuição de terras a posseiros e orientada no sentido da policultura, primeira do gênero na zona.

O Território Federal do Amapá ocupa a maior parte da litigiosa porção de 260.000 quilômetros quadrados, que a França reclamava do Brasil e que, no princípio do século, passou definitivamente para a jurisdição dêste país, pela ação do grande filho do Visconde do Rio Branco. Fortemente irrigada por numerosos rios, a superfície do Território do Amapá, que corresponde, atualmente, a cêrca de 140.000 quilômetros quadrados, é recoberta por espêssa floresta equatorial, compensada por extensos campos naturais propícios à criação animal. Além dos produtos silvestres, notadamente borracha, castanha, madeiras, essências, frutos oleaginosos, couros e peles, a pecuária constitui uma atividade relativamente desenvolvida, assim como a indústria extrativa mineral, que explora um solo fértil em ouro, estanho, ferro, bauxita, manganês, tantalita e outros elementos de importância. Sendo o único Território continental com praias sôbre o Atlântico, é também a mais desenvolvida entre as unidades criadas para salvaguarda e valorização econômica das fronteiras.

3 — O TERRITÓRIO DO AMAPÁ

Nas apreciações sôbre o comportamento dos diversos fatôres que constituem o problema da Amazônia, passemos em revista as unidades federadas com sede na região, iniciando pelo Território Federal do Amapá.

Criado pelo Decreto-lei n.º 5.513, de 13 de setembro de 1943, para atender ao interêsse da defesa nacional, veio, quase um século depois, realizar o projeto de Cândido Mendes de Almeida que, em 1853, propusera a criação da "Província de Oiapokia", compreendendo o território entre os rios Nhamundá e Amazonas, o oceano Atlântico e os limites setentrionais do Império. As lindes, fixadas no decreto-lei foram mais tarde retificadas para, a noroeste e norte, a linha de limites com as Guianas Holandesa e Francesa; a nordeste e leste, o oceano Atlântico (incluindo as ilhas litorâneas de Macapá, da Onça e outras) a sueste e sul, o talvegue do Canal do Norte (incluindo o arquipelago de Bailique, ilhas de Bailique, do Jaburu, do Brigue, Curuá, do Franco, dos Marinheiros e outras menores); e uma linha no braço norte do rio Amazonas que acompanhe o alinhamento geral da margem continental (excluindo a maior parte das ilhas dêste braço e incluindo apenas as muito próximas do continente, no linhamento das terras marginais, como as ilhas Pedreira, Santana, dos Periquitos e outras menores) até a foz do rio Jari; a sudoeste e oeste, o rio Jari, desde a foz até a nascente principal, na serra de Tumucumaque.

Nessa vasta área, desmembrada ao Estado do Pará e que abrange 143.716 quilômetros qua-

drados, a situação poderia ser resumida naquela encontrada pelos agentes do Recenseamento de 1940, no município do Amapá; "Indústrias: extrativas. Comércio: com as Guianas e praças vizinhas. Transportes: não há estradas de ferro ou de rodagem. As comunicações se fazem por navegação a vela e a vapor. Instrução: a mais abandonada da região. Estado sanitário: não há hospitais nem médicos, grassando o impaludismo entre as populações".

Sob essas condições, desembarcaram em Macapá, em princípios de 1944, o governador nomeado, um capitão do Exército, Janary Gentil Nunes e os auxiliares que iam constituir o núcleo inicial do Território.

Germe de uma unidade política e econômica de alto teor, o Amapá oferecia, entretanto, uma série de problemas, oriundos da necessidade de sanear, educar, povoar. Tudo estava dependente de hábil política de colonização, de que a criação dos Territórios Federais era uma tentativa, e tendo em conta que a população existente mal passa da casa dos vinte mil.

Para vencer a rarefação demográfica e os problemas correlatos, ao contrário dos demais Territórios, foi introduzida na área uma cultura transplantada do Estado de que fôra seccionada a nova unidade. Enquanto nas outras unidades de recente formação o núcleo inicial de trabalho técnico-administrativo se organizou com cultura transplantada das cidades do sul, em Macapá se localizaram os fulcros de trabalho de uma geração confinada na capital do Estado do Pará e que ansiava por modificações de monta nos processos executivos.

Migrando para o Amapá, êsses elementos tiveram oportunidade de realizar o que as circunstâncias não lhes deixavam levar a cabo na direção dos negócios da terra natal. E, ao se transferir para solo do qual o Estado perdera a jurisdição e a posse, confirmaram, mais uma vez, o histórico papel da cidade de Belém, como foco civilizador de primeira ordem, centro de impulso de todo o progresso do vale amazônico. Como a história é de nossos dias, consideremo-la nos seus aspectos mais dignos de nota, subordinando-os a reexame posterior, para dirimir dúvidas ou afastar erros de interpretação. Principiado o trabalho administrativo, o govêrno federal colocou como primeira etapa o investimento de capitais, extraídos ao orçamento anual da República. Era o processo mais lógico, desde que a União punha sob seus cuidados uma parte do solo nacional impossibilitada de progredir dentro do Estado em que se configurava. Foi com dez milhões de cruzeiros que a administração central deu partida, quase meio século depois, à seqüência natural dos trabalhos de Rio Branco, na determinação e posse definitiva das terras brasileiras de fronteira. Situado na foz do Amazonas, de costas sôbre o Atlântico, próximo à América do Norte, em posição vantajosa para se tornar coletor econômico das possessões européias vizinhas, em condições de manter comércio efetivo com as Antilhas e também com a Europa, impunha-se o levantamento das necessidades e virtualidades locais, para execução de um govêrno territorial em moldes inéditos na Federação.

Falando em têrmos amazônicos, era preciso estimular a indústria extrativa, habitual forma de

aproveitamento econômico, a caça e a pesca, a exploração de minérios. De maneira mais precisa, intensificar a coleta de castanha e de borracha, assim como de madeiras, aperfeiçoar os métodos de utilização da fauna, desvendar as riquezas representadas pelo ferro, manganês, tantalita, rutilo, estanho, ouro, diamante, sem esquecer a introdução de sistemas de cultura de cereais, principalmente arroz, e o aperfeiçoamento da pecuária, pela melhoria e pelo aumento dos rebanhos. A população, convocada a misteres mais amplos, era a mesma que levava vida miserável, tremendo periòdicamente de maleitas. Não poderia ser outra, desde que fatôres externos não o permitiam, questões internas não o tornavam possível e havia o propósito deliberado de, em primeiro lugar, erguer o nível de vidas dos coeficientes demográficos da zona.

Após quatro anos, os efeitos da cultura transplantada da capital do Pará para os antigos municípios sem vitalidade, de rendimento miserável, se fizeram sentir de maneira que fixou a administração territorial como uma experiência digna de ser continuada na órbita da Federação. Rodovias há muito planejadas foram abertas, os mosquitos transmissores de sezões desapareceram das sedes municipais, dotadas já com serviço de luz elétrica, água e brevemente esgotos. Lactários e postos de assistência pré-natal, assim como de puericultura, foram instalados. Escolas, com prédios próprios, foram disseminadas por todos os núcleos populacionais. Nestes se procede à dedetização periódica das casas, imunizando-as contra insetos pelo espaço de seis meses. Junto com o hospital, o campo de esportes, o ginásio e o pôsto médico, levantam-se

os primeiros trabalhos para instalação da siderurgia, com utilização do minério de ferro do rio Vila Nova, cujo teor, elevadíssimo, é de 67 por cento, em jazidas de 12 milhões de toneladas, a 190 quilômetros do Atlântico. Três companhias exploram o estanho e uma delas possui fornos que laminam tantalita. Dez milhões de toneladas de manganês, cálculo elementar dos depósitos, com teor de 56 por cento, vão entrar em regime de exploração imediata, por contrato assinado com uma organização de Minas Gerais. Os transportes foram intensificados, inclusive por intermédio de uma linha de navegação aérea. Uma das principais emprêsas armadoras da Grã-Bretanha prepara-se para substituir sua escala em Belém pelo pôrto de Macapá, por causa das facilidades de atracação e do menor custo de fretes. Simultâneamente com a exploração extrativa normal, o arroz entra em regime de cultura irrigada e produtores "Gyr" e "Menore", com "pedigree", são importados de Minas, para melhorar os rebanhos e criar novos, bem assim cavalos puro sangue, fornecidos pela Remonta do Exército. A esta altura, os créditos federais para o Amapá sobem a cêrca de 50 milhões de cruzeiros, através de diversas dotações, aproximadamente a metade das rendas tributárias anualmente arrecadadas por todo o Estado de que fazia parte o Território.

Não correspondente à totalidade da histórica região do Amapá, ou seja, à faixa marginal do Amazonas que se estendia por 260 mil quilômetros quadrados, do oceano Atlântico ao Rio Branco, é, todavia, uma terra de trânsito e transição. O clima, igual ao da Amazônia, isto é, equatorial super-úmido, quente pela situação geo-

gráfica dentro da faixa equatorial, é amenizado pelos ventos que sopram do oceano e foi considerado saudável por autoridades científicas que o estudaram.

Pela sua proximidade de grandes centros de produção e consumo, pela privilegiada situação geopolítica, pela forma de direção de seus negócios, o Território Federal do Amapá justifica, num critério de distribuição de verbas previstas pela Constituição, o emprêgo sistemático de recursos pecuniários. Uma das partes mais acessíveis do extenso vale, futuro competidor de Belém como delta econômico do "Mar Dulce", no Território do Amapá ergue-se agora, o embrião de uma unidade de alto teor, dependendo a eclosão total do acêrto com que se houverem os estadistas no trato de suas potencialidades e na condução da política federal de valorização econômica da Amazônia.

4 — O TERRITÓRIO DO RIO BRANCO

Boa Vista, capital da unidade federada menos povoada do Brasil, está mais próxima de Georgetown que de Manaus.

Êsse é um dos fatôres que singularizam o Território Federal do Rio Branco como zona de trânsito do Brasil para as áreas internacionais mais ao norte do continente e como terra de transição entre a Amazônia e o planalto das Guianas. Há no Território do Rio Branco diversos outros fatôres, de ordem geopolítica, que o tornam uma região peculiaríssima dentro do mundo original da Amazônia. Assim, para bem compreender

êsse trecho do Brasil, é preciso conhecer a sua área, de 250.000 quilômetros quadrados, o espaço ocupado por uma população de 15.000 habitantes, a posição sôbre a bacia do Rio Branco, com 35.000 quilômetros quadrados, e a situação numa zona internacional de interêsses convergentes.

Chamada primitivamente Quecuene e, depois, Paraviana, a região do Rio Branco é palmilhada por aventureiros e desbravadores desde o século XVII. Grande foi a porfia entre as imperialismos europeus para se apoderar daquela vasta porção de terra, dotada de grande variedade de climas, enriquecida por uma das poucas extensões de campos naturais localizados na bacia do Mar Doce. A habilidade da política colonial lusitana resguardou para o Brasil a posse do espaço cobiçado. Ruínas de fortificações e os restos de centros de aglutinação demográfica atestam, ainda hoje, o custo dessa atividade pioneira. Mas os povos e governos vizinhos jamais deixaram de olhar, com profundo interêsse, para as riquezas do Rio Branco. Atualmente, que a sabedoria de José Maria da Silva Paranhos fixou os limites da faixa de fronteiras do país, outras pretensões não alimentam as comunidades circunjacentes do que ver o Rio Branco integrado num sistema de trocas que lhes permitam compensar as deficiências recíprocas. Eis por que, agora como no passado, volvem para a zona brasileira as solicitações de produtos agrícolas e pecuários, que a incipiente indústria do Rio Branco não lhes pode fornecer. E' natural que assim seja. O Território Federal do Rio Branco tem a oeste, norte e leste a República da Venezuela e a Guiana Inglêsa, encravado

entre estas e os Estados do Pará e do Amazonas. O trato de seus problemas é de ser feito na base das realidades locais, avultando a posição e os distintos setores em que se divide o solo ocupado.

Araújo Cavalcânti, autor do primeiro levantamento técnico, em bases racionais, das existências e virtualidades do Rio Branco, aplicado no plano de organização do Território, divide a nova unidade federada em três sub-regiões característica, com relêvo diferenciado, culturas próprias e peculiaridades geoeconômicas e antropogeográficas bem definidas: o Baixo Rio Branco, o Alto Rio Branco e a Região Montanhosa. O fulcro de tôda atividade, ao longo de tão extensas zonas, é o rio. Tôdas as águas do Território pertencem à bacia do Rio Branco. A mais ou menos 40 quilômetros de Boa Vista, o rio curva-se e sobe para noroeste, passando a chamar-se Uraricuera e recebendo um de seus maiores afluentes, o Tacutu histórico veículo de incursões coloniais. Às margens do rio-eixo, agita-se a rarefeita população, cuja vida reflete as peculiaridades de um curso fluvial que, mesmo como abastecedor da bacia amazônica, com as cabeceiras semi-ignoradas na cordilheira do Parima, constitui uma bacia hidrográfica própria.

No Baixo Rio Branco, por exemplo, as características da hiléia amazônica, com chuvas torrenciais, clima quente e super-úmido, floresta equatorial cerrada, determinam para os moradores um regime de existência semelhante ao de tôda a Amazônia interior. Vivem à ilharga do rio e de seus tributários, dedicados ao mais primitivo extrativismo, colhendo borracha, balata, copaíba, cas-

tenha, cumaru, chiclets, madeiras, timbó. Aproximadamente dez por cento da população está nesses lugares, pouco favoráveis à sobrevivência, porque sujeitos a enchentes periódicas, em zona alagadiça, extremamente insalubre e de saneamento quase impossível. Com exceção dos moradores de Caracaraí e Vista Alegre, os demais são pouco menos que nômades, vivendo afastados um dos outros, dias e dias de canoa, "num insulamento doloroso", como diz o mencionado autor de "Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco". Cêrca de 80 por cento da população se encontra no Alto Rio Branco. E' a zona da pequena agricultura e da pecuária, da exploração do bio, ali introduzido há duzentos anos. São terras firmes, férteis e ricas, abrigando a quase totalidade das 276 fazendas do Território, espalhadas por 50.000 quilômetros quadrados de campos gerais, semelhantes às planícies do extremo sul do Brasil. A capital do Território, Boa Vista, antiga sede do município amazonense do mesmo nome, está localizada na zona. E' uma pequena cidade, com pouco mais de 2.000 habitantes. Aí começam a aflorar os primeiros resultados do ato da União que colocou a terra sôbre sua tutela, desmembrando-a do Estado do Amazonas. Boa Vista funciona como entreposto dos interêsse econômicos dos campos gerais, e a pequena densidade de sua população se deve ao fato de que a quase totalidade da gente do Rio Branco vive na zona rural.

Segundo ainda Araújo Cavalcânti, de cuja subdivisão das áreas territoriais nos servimos e que é o pioneiro da divulgação, em língua portuguêsa,

da realidade riobranquense, a Região Montanhosa não possui agricultura nem pecuária. Ocupa uma estreita faixa no extremo norte do Território, ao pé dos contrafortes do sistema orográfico das Guianas e é dotada de grandes elevações. A população é constituída por aventureiros atraídos pela cata de ouro e diamantes, que surgem no Tepequem, nos rios Alto Surumu, Meang, Mau, Quinó e Cotingo. A Região Montanhosa aumenta, gradualmente, de altitude, até atingir o monte Roraima, imponente maciço de 2.865 metros, onde uma faixa de colonização de 150 quilômetros permite a introdução de imigrantes para cultivo de espécies de clima temperado.

Verifica-se, assim, que o Território do Rio Branco é a única unidade federada, na Amazônia, que não depende da indústria extrativa vegetal.

São as conclusões de quem estuda a distribuição das áreas ocupadas e trabalhadas na Amazônia e muito bem externadas pelo deputado Antônio Martins, primeiro representante do Território no Parlamento Nacional. Em discurso pronunciado no Congresso, lembrou que, "resultando mais vantagem da exploração de minérios e da criação do gado, o Rio Branco está livre da tirania da borracha, podendo constituir, na grande planície, uma economia completamente diferente".

Num plano de valorização econômica, êsses aspectos devem ser devidamente considerados, pelo muito de próprio que representam. Aliás, nem por isso, conforme bem reconhece aquêle parlamentar, deixa o Rio Branco de atestar os mesmos efeitos trágicos que a economia extrativa acarreta a tôda a região amazônica. Além da similitude

de processos e resultantes no mecanismo de coleta das existências nativas, o Rio Branco tem dramáticos problemas de transporte, que interiorizam e ganglionam seus núcleos populacionais, estrangulando qualquer tentativa de produção volumosa e organizada. A territorialização da zona permitiu uma transplantação de cultura, colhida do Rio de Janeiro, que não pôde vencer os respeitáveis obstáculos naturais. Mas, neste momento, a União por intermédio de seu delegado, o governador Clóvis Nova da Costa, jovem oficial do Exército, já prepara uma política colonial mais segura, com o balanço das experiências colhidas ao longo de quatro anos de administração federal. Uma das bases para a nova orientação está na conclusão da rodovia Caracaraí-Boa Vista reunindo os dois centros, permanentemente, sem os entraves do regime de navegação do Rio Branco, que só permite o tráfego de embarcações maiores, nesse trecho, durante quatro meses do ano. (2)

Como o problema da viação é o mais sério do Território, uma ação governamental direta faz bem em se orientar no sentido de resolvê-lo, tendo em conta que, além dos transportes terrestres, as vias fluviais ainda serão por muito tempo os caminhos naturais da Amazônia e os serviços aéreos constituem o elo indispensável de ligação nessa remota parte do Brasil, aonde Hamilton Rice, o grande

---

(2) O capitão Clóvis Nova da Costa, depois de pagar com seu sangue o tributo à construção da rodovia Caracaraí — Boa Vista, é agora membro da Casa Militar da Presidência da República. Seu substituto no govêrno é o Dr. Miguel Ximenes de Melo, primeiro administrador civil do Território e que vem prosseguindo os trabalhos de assentamento da recuperação econômica do Rio Branco.

desbravador e cientista norte-americano, levou pela primeira vez o hidroplano em 1926. Por sinal, o emprêgo da aviação se vem generalizando nas "férteis campinas" que entusiasmaram Lobo D'Almada, ainda no Brasil-colonia. E' o meio mais rápido e capaz de vencer as distâncias daquele mundo de um quarto de milhão de quilômetros quadrados, onde a civilização ainda nem sequer sondou as riquezas latentes e em cujas terras as gerações brasileiras estão convidadas a construir uma das unidades econômicas mais poderosas do planêta.

5 — O TERRITÓRIO DO ACRE

A maioria dos brasileiros acredita que o Acre pertencia à Bolívia e que fomos obrigados a comprá-lo, depois que os seringueiros ali residentes, sob a chefia de Plácido de Castro, se revoltaram contra o domínio boliviano. E acreditam nisso, ingenuidade de pasmar, cuja única defesa — triste verdade — está na ignorância e no pouco caso que dedicamos às coisas e fatos da nossa terra.

Um dos elementos da nova geração intelectual do Território do Acre, o Sr. O. Bonfim de Oliveira, assim começa o primeiro capítulo de sua obra sôbre a formação daquela unidade federada, a mais ocidental do Brasil. E expõe o que poucos conhecem, levando à conclusão de que, opinião em que afina com Pandiá Calogeras, a conquista do Acre foi mais uma afirmação do "uti possidetis" e que os nordestinos ao se fixarem no Aquiri, o faziam em terras não demarcadas em

qualquer tratado anterior. Na realidade até a chegada dos brasileiros migrados do nordeste, o futuro campo de lutas estava submerso no mistério que levava a Bolívia a inscrevê-lo em seus mapas como "terras não descobertas". D. Francisco Vallarde, ministro boliviano no Brasil, em conferência na Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, na presença do imperador Pedro II, afirmava, em 1886: "O Aquiri ainda não foi encontrado, porém em breve aí chegarão os infatigáveis pioneiros que, com o nome de seringueiros, vão em procura do rico produto com que negociam". Mas, a essa altura, já os brasileiros, completando, a expansão do Brasil no sentido do ocidente, haviam navegado o Aquiri ou Acre até às nascentes e se tinham deslocado, num apreciável movimento demográfico, subindo a estranha veia potâmica do Purus.

Os tratados entre os dois povos ibéricos, Portugal e Espanha, regulando os limites de suas conquistas na América do Sul, bem assim as comissões que originaram, não tinham determinado os pontos extremos do contato, naquela parte do continente, totalmente desconhecido até a metade do século passado. Justamente por essa razão, os governos da península deixaram de lado a marcação da linha reta que, partindo da confluência do Beni, deveria atingir as nascentes do Javari, conforme o Tratado de Santo Ildefonso Revogado êste, pela Paz de Badajós, a Bolívia obteve da chancelaria do Impérito, já independentes as duas comunidades sul-americanas, o tratado de Ayacucho, em plena guerra do Brasil com o Paraguai. Não obstante, os diplomatas do

Rio de Janeiro introduziram ressalvas, fazendo assinalar que não se tratava de um ato definitivo, que dependia de localização das nascentes do Javari e considerava o "uti possidetis". Dêsse modo, quando se verificou o arrendamento ao "Bolivian Syndicate", o qual ficava autorizado a criar até um exército e uma esquadra para expulsar os brasileiros, êstes já haviam incorporado, de fato, o Acre ao Brasil. A capitulação do Itamarati, determinando a entrega à Bolívia, só corrigida com a ascensão do Barão do Rio Branco, não impediu a revolução de Plácido de Castro. Venceram os nordestinos, com a firme ajuda da diplomacia do Barão. E, para evitar complicação ao Brasil, criaram o Estado independente do Acre, de efêmera duração.

E' pois, a extensa região o remate do processo de crescimento natural do Brasil. Sua interiorização, a distância em que se encontra dos centros desenvolvidos, o modo como se processou já no século XX, sua definitiva integração no Estado brasileiro, criaram e mantêm um "status" social que, quarenta e seis anos depois, ainda não foi possível modificar. A instituição da entidade território no âmbito da Federação não estava prevista na Constituição de 1891, mas, de acôrdo com Océlio de Medeiros, em seus magníficos trabalhos que coordenaram a legislação sôbre o assunto, o Acre resulta de uma obra anterior de imperialismo econômico, que a União, embora não tomando parte nela, foi obrigada a aceitar como uma situação de fato. A renda dos impostos sôbre a produção da área assim anexada, dentro em pouco, pagava tôdas as despesas que o

país se comprometera a fazer, em troca da incorporação. E o govêrno da República iniciou com o Acre o sistema de administração por intermédio da entidade "Território Federal".

Estende-se a grande floresta equatorial por 158.375 quilômetros quadrados, encravada ao extremo ocidental do Brasil, ao sul do Estado do Amazonas, entre a República do Peru e da Bolívia. Milhares de cursos dágua regam a terra, definida em duas regiões distintas pela bacia dos caudalosos rios Purus e Juruá, afluentes da margem direita do Amazonas. A posição sôbre a bacia dêsses grandes tributários do Rio Mar permite que a produção se escoe no rumo do Atlântico. Mas o regime de navegação, com o quase aparecimento do álveo das aquavias de trânsito forçado, impede melhor intercâmbio durante a maior parte dos meses do ano.

Uma população constituída, aproximadamente, de oitenta mil habitantes, ocupa uma região maior do que o Estado de São Paulo, rarefeita à margem dos rios, dedicada à extração da borracha e da castanha, produtos básicos de uma economia apoiada na exploração das existências florestais. Os indivíduos que a compõem são ou descendem dos nordestinos pioneiros, dos indígenas, primitivos donos de terra, portuguêses e notadamente, levantinos que, do Oriente Médio, vieram tentar a vida na América do Sul, criando no Acre o tipo singular do regatão, em que alguns vêem o veículo da circulação econômica, ganglionada nos altos cursos dágua e outros enxergam apenas o urubu dos rios, o banco ambulante que se apodera dos frutos do trabalho contra a floresta. São grupos

humanos premidos por necessidades sociais clamantes. Em matéria de civilização, o Acre ainda é uma terra inconquistada. A facilidade da agressão contra a selva, a coleta de produtos naturais, o sistema predatório, que tanto define o regime econômico da Amazônia, encontra campo propício no Acre. E é perfeitamente compreensível que assim seja. Com exceção do nordestino, osdemais elementos formadores do "melting pot" local jamais se dedicaram à agricultura. Por outro lado, tentados pela sedução da borracha e envolvidos pelos dramáticos problemas da mata tropical, os nordestinos esqueceram a agricultura rudimentar de seus ascendentes. Na luta com a floresta, até agora esta é vitoriosa. O homem acreano, como o homem amazônico em geral, fêz um acôrdo com a floresta. Virtualmente, desistiu de domá-la e estabeleceu um *modus vivendi*, pelo qual a mata se deixa explorar, sem que a terra seja tocada pela cultura.

Alguns arranhões no solo se esforçam por oferecer agricultura. A terra se defende de tôdas as maneiras e a exploração de alguns homens agrava a inacessibilidade da zona. Um trator, adquirido pelo govêrno territorial, levou meses subindo por águas e barrancos. E, ao chegar a Rio Branco, já tinha pago mais de 60 mil cruzeiros de fretes.

O Território do Acre produz a melhor borracha do Brasil. Êsse fato distrai os habitantes de qualquer tentativa organizada de produção agrícola. Não deixa, entretanto, de ser interessante que, em recente trabalho, o citado Océlio de Medeiros tenha chegado à conclusão de que a área culti-

vada do Acre seja superior à do vizinho Estado do Amazonas. Daí, talvez, ao estudar as virtualidades locais, tenha o delegado da União, major Guiomard Santos, lançado as bases de uma ampliação do cultivo da terra virgem do Acre. Pelo espaço de vinte anos, como oficial do Exército encarregado de demarcar fronteiras, o atual governador Guiomard Santos procedeu ao levantamento das bases de uma política de colonização da faixa de limites. Ao assumir a direção do longínquo Território, decidiu, conforme discurso então pronunciado, que sua tarefa administrativa seria concluir as obras inacabadas, de cujos esqueletos os delegados da União, em quase meio século pontilharam os vasios agrestes do Acre. Está rematando construções iniciadas há vinte anos, como o palácio do govêrno, em Rio Branco e numerosas outras obras, que cada administração se julgava no direito de não concluir, por herança de antecessores.

Como se vê, o Território do Acre, com relativamente tão poucos anos sob a bandeira da Federação, já atesta os mesmos problemas que definem os Estados-membros dêste país jovem de cultura velha. Eis porque o tratamento de seus problemas tem de se processar de modo diverso das novas unidades, criadas em 1943. Mesmo considerando as diferenças de autonomia, essa região sem govêrno próprio apresenta um conjunto de questões muito semelhantes ao panorama econômico-social dos Estados do Pará e do Amazonas. No Território do Acre, como nestes, impõe-se o aceleramento de uma nova marcha pioneira que frutifique econômicamente, ao mesmo tempo que

leve em conta os poderosos fatôres da fôrça da inércia: grande parte das receitas do Pará, do Amazonas e do Acre é consumida com o funcionalismo público.

Reagindo contra os fatôres depressivos, que obrigam ao refúgio na proteção da máquina do Estado, o governador Guiomard Santos acaba de entregar aos posseiros os títulos das terras em que dividiu o antigo seringal Emprêsa e a fazenda Sobral. Nesses dois núcleos, pretende fundar o sistema de policultura que, se vitorioso, constituirá uma extraordinária lição às demais comunidades amazônicas, empenhadas na economia de saque florestal. E, com a ligação rodoviária até Abunã, libertará o Acre da tirania dos rios secos, fazendo fluir a produção pelo Madeira. Se obtidos os resultados em vista, muitos problemas, inclusive o da imigração, ainda ficarão de pé. Mas o Acre estará habilitado a melhor executar um plano de desenvolvimento racional, preparado para tôda a bacia do Amazonas. E suas populações verão definitivamente integrados na comunhão brasileira a terra e os recursos que os pioneiros e o Barão do Rio Branco legaram ao Brasil.

6 — O TERRITÓRIO DO GUAPORÉ

"No tempo em que estiveram ali os demarcadores, era aquêle rio tão mortífero que me contava meu pai, nas conversas sôbre o rio Amazonas e seus afluentes — que com cinqüenta anos de intervalo ambos tínhamos percorrido — que, quando pela primeira vez nêle entrou, o vigário de Manaus lhe aconselhou fizesse testamento".

Assim começa o barão de Marajó, em sua obra "As regiões amazônicas", a descrever a grande mudança verificada, em fins do século passado no rio Madeira, um dos maiores veios potâmicos da terra e que, entretanto, seria o caminho para a conquista do vasto espaço desconhecido onde assenta, hoje, o Território Federal do Guaporé. E, logo em seguida, revela como a fatalidade do destino amazônico da extensa área determinou a ocupação, já em plena metade do século XIX. Uma senhora D. Vitória, querendo pagar dívidas à praça do Pará, resolveu explorar a borracha no Madeira e ali entrou com sua gente. Vencendo as febres, os índios e o isolamento, a intrépida pioneira viu, em breve, seus esforços coroados de êxito. E outros se animaram a subir pelo misterioso lençol dágua, iniciando a conquista econômica do Guaporé. Todavia, o "rush" de aventura que escalava o Amazonas e, dêsse modo, atingia um de seus maiores afluentes, não utilizava um curso inteiramente desconhecido. Desde 1560, mais ou menos, o Madeira já era conhecido, sob o nome de Caiaray. Nessa época o "rio espantoso" teria sido a aquavia que permitiu a Nuflo de Chaves descer de Santa Cruz de La Sierra, pelo Bauré e pelo Mamoré, indo sair no Oceano. Supõe-se também, que não o desconheciam as bandeiras de resgate, por ocasião da histórica viagem de reconhecimento e posse do Amazonas para a coroa portuguêsa, por Pedro Teixeira.

Na segunda década do século XVIII, uma expedição sob o comando do capitão-mor do Pará, João de Barros Guerra, subiu o Madeira até o rio

Mahiei, em perseguição dos índios Torás, e na década seguinte Francisco de Melo Palheta realizou uma exploração, a partir da qual o curso dágua ficou conhecido como Madeira, por causa da grande abundância de toros desgarrados que lhe coalham o curso e representam um fenômeno típico, com as ilhas flutuantes constituídas de troncos fortemente entrelaçados pela vegetação aquática "canarana". Por sua vez a política colonial lusitana, sàbiamente inspirada, procurava alargar e manter domínios para aquelas bandas e um dos recursos de que se serviu foi ordenar que tôdas as comunicações por terra entre o Estado do Maranhão e o Estado do Brasil se fizessem por Mato Grosso. Ficava, portanto, obrigatório o uso do Guaporé, vale de trânsito entre a Amazônia e o Brasil Central.

A construção do forte Príncipe da Beira, iniciada em 1776 e terminada em 1783, à margem direita do Guaporé, originou apreciável movimento neste e no Madeira, por onde eram transportados o pessoal e equipamentos. Depois, sòmente expedições científicas e de reconhecimento o percorreram. Adormeceu de novo a região o seu sono secular. Estava destinada a só acordar com o ímpeto do avanço predatório das reservas florestais, que se espalhava pela bacia do Amazonas, e teria ali a sua pioneira naquela senhora, desejosa de pagar dívidas com as ferozes riquezas da terra imatura. A conquista da borracha empurrou consideráveis grupos humanos pelo Madeira a dentro, somando cêrca de 70.000 indivíduos ao longo de tôda a calha potâmica e dos inúmeros afluentes. As vantagens do ciclo

da hévea não teriam, todavia, maior expressão nacional, não fôra o resultado da questão do Acre. O Brasil comprometeu-se a construir a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré que, numa extensão de 366 quilômetros, contornando o trecho encachoeirado Pôrto Velho-Guajará Mirim, proporcionou escoadouro para o Atlântico da produção da zona norte-oriental da Bolívia. A história dessa remota via férrea, que merece análise especial, alcançou os instantes culminantes com o auge da cotação da goma elástica. Teve um colapso, em 1931, quando os arrendatários paralisaram o tráfego, em virtude do contínuo decréscimo da receita. O govêrno federal encampou a ferrovia. No estranho mundo das estradas líquidas, a ferrovia já tinha cumprido, entretanto, o seu papel. E passava a ampliá-lo. vindo a constituir o fulcro do Território Federal do Guaporé.

A encampação constituiu o passo de fato para a territorialização da área. O administrador da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré tinha atribuições que transcendiam o papel do prefeito de Pôrto Velho. Quando, em setembro de 1943, o govêrno da União instituiu os cinco Territórios de fronteiras e mais um insular, entre os quais o do Guaporé, há muito que a região estava sob efetivo domínio federal. O mero fato da criação do Território chamou a atenção do país e a justificada curiosidade ainda não está totalmente satisfeita. O Território Federal do Guaporé é dividido em quatro regiões naturais. De acôrdo com o professor Fábio de Macedo Soares Guimarães, pode ser dividido em : planície amazônica, encosta setentrional do planalto brasileiro,

chapada dos Parecis e Vale do Guaporé. São 251.000 quilômetros quadrados, numa área ligeiramente superior à do Estado de São Paulo, englobando o município de Pôrto Velho e parte do de Humaitá, que integravam o Estado do Amazonas, o município de Guajará Mirim e parte dos de Alto Madeira e Mato Grosso, desmembrados ao Estado de Mato Grosso. Ainda de acôrdo com a discriminação daquela autoridade do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a planície corresponde a uma pequena parte antes pertencente ao Estado do Amazonas e é formada pelos sedimentos terciários argilosos e areníticos, típicos da chamada "terra firme" na Amazônia. E' uma região drenada pelo trecho do rio Madeira a jusante de Pôrto Velho que aí se comporta como autêntico rio de planície, perfeitamente navegável. A encosta, situada na parte nordeste do Território, é constituída pelos granitos e gneisses do complexo cristalino brasileiro que aí aparece desnudado. O afloramento de tais rochas nos rios Madeira e Mamoré origina várias cachoeiras e corredeiras, que interrompem a navegação nesta grande artéria fluvial. O mesmo acontece com os afluentes da margem direita do Madeira, Jaci-Paraná Jamari, Gi-Paraná e outros, que descem encachoeirados pelo pronunciado declive da encosta. A chapada dos Parecis, longa faixa que se estende na direção sueste-nordeste, é, por assim dizer, a espinha dorsal do Território. E' uma região relativamente plana e elevada que em seu extremo sueste, nos campos de Vilhena, ultrapassa a altitude de 600 metros O vale do Guaporé é uma zona estreita e baixa com altitude média de uns 200 metros, formada por aluviões quartenários, que continuam a se de-

positar por ocasião das enchentes periódicas do rio. Uma importante via navegável é formada pelo Guaporé e pelo Mamoré, até Guajará-Mirim

Nessa área existe uma população calculada em 25.000 habitantes que se empenha na economia de apanha das reservas naturais. representadas, principalmente, por borracha. castanha, madeiras, caça e pesca. Aproximadamente dois terços da população vive na zona rural, o que se explica pela disseminação à margem dos cursos dágua, assim como além da estrada de ferro, próximo à linha telegráfica levantada pela Comissão Rondon. Sem agricultura organizada. pràticamente sem pecuária, apesar das possibidades de criação nos campos, sem exploração mineral, não obstante a ocorrência de aluviões auríferos, o grosso da atividade repousa no extrativismo florestal. A borracha impõe a boa ou o má situação dos adensamentos demográficos, a cujo lado se torna necessária a introdução de novas culturas, pela aclimação de imigrantes estrangeiros, capazes de sacudir com novos hábitos a rotina de populações quase insuladas do mundo.

Os problemas administrativos, econômicos e sociais do Guaporé são vastíssimos. A territorialização da área não pôde, até agora, vencer sequer a etapa inicial das múltiplas questões que formam o panorama da longínqua unidade federada. O atual governador, o quarto administrador delegado pela União para dirigir o Território, vem levantando as necessidades regionais inclusive realizando obras públicas na sede, Pôrto Velho, assim como no interior. Mas a realidade é que muito terá de empreender, porque o Guaporé constitui

uma das unidades federadas onde mais difícilmente se fará sentir a mudança de seu sistema econômico para outra forma de criação da riqueza. Com os caminhos aéreos, os rios, a ferrovia mesmo assim, são notáveis as dificuldades de seu aproveitamento integral. O que não quer dizer que não comporte um plano de desenvolvimento racional. Apertado entre a Amazônia e o Brasil Central, o Território do Guaporé jamais deixará de ser uma terra de trânsito, hoje como no passado. E do esfôrço de suas interiorizadas e corajosas populações, do sábio estímulo às suas fontes de produção, será possível alcançar um rendimento capaz de lhe oferecer um pôsto de vanguarda entre as unidades federadas da bacia amazônica.

7 — O ESTADO DO PARÁ

Situado sôbre o melhor trecho da maior bacia fluvial do mundo, o Estado do Pará é um típico representante da cultura velha que dominou e empolga ainda os movimentos dêste país novo.

Todos os entrechoques que assinalam a paisagem econômica do Pará decorrem da continuação de um estágio social ultrapassado e que insiste em continuar. E' a luta de sobrevivência de uma cultura que encerrou seu ciclo. E por ter produzido, a seu tempo, magníficos frutos, persiste em permanecer sôbre uma realidade diferente, onde só pode originar o impasse econômico-social em que vive a rarefeita população da terceira unidade federada do Brasil.

Quatro fatôres principais concorreram para a situação atual da antiga província do Grão-Pará:

— O povoamento europeu por indivíduos esmagadoramente de procedência lusa, isto é, originários de um país que, não obstante todos os recursos de uma fértil imaginação conquistadora, não dispunha de coeficiente humano quantitativo para qualquer grande obra de colonização.

— O sistema tributário, através dos três aparelhos arrecadadores: o da União, que levava quase tudo, o do Estado, que muito tirava, e o dos municípios, a que pouco restava.

— A insuficiência de transporte numa área virtualmente inconquistada.

— O sistema de crédito na região.

Das quatro linhas, assim dispostas, surgiram os problemas de hoje.

O povoamento luso mal pôde arranhar a orla do Atlântico e de algumas calhas fluviais mais importantes, além de ter concorrido para a virtual extinção das numerosas tribos aborígenes, preadas ou trucidadas em massa. O mesmo ocupante europeu instituiu, ao adquirir hábito sedentários, um regime patriarcal, que ia muito bem com a exploração do indígena domesticado e, posteriormente, do braço africano. A cultura da terra, quando feita para atender a imposições do rei de Portugal, era inspirada nos modelos da metrópole. E tinha possibilidades de ampliar-se, não houvessem as condições de rarefação populacional conduzido ao caminho instintivo da economia predatória. A apanha dos produtos da floresta, do solo e da água iniciou, então, o seu ciclo regular no Pará, espelho e exemplo de tôdas as comunidades amazônicas.

Outro fôsse o sistema tributário — se é que se pode chamar sistema a um amontoado de disposições jamais codificadas — o govêrno federal não teria arrecadado, tanto, na Amazônia, quando a borracha era o segundo produto nacional, sem deixar vestígios de obras públicas correspondentes. O Estado não concentraria tôdas as vantagens e melhoramentos na capital. As prefeituras do interior não teriam caído no marasmo, no abandono e na decadência. E os recursos financeiros e humanos não se teriam deslocado na quase totalidade, do interior para a cidade de Belém, congestionando-a, ao mesmo tempo que diminuiam os braços produtores e aumentavam as bôcas consumidoras. Por outro lado, a insuficiência de transportes, a mais difícil das contingências naturais num espaço de 1.216.726 quilômetros quadrados, estrangula a produção, gangliona os núcleos habitados em compartimentos que o regime de navegação das aquavias chega a tornar estanque. E' difícil vencer um complexo tão harmônicamente disposto para obrigar os habitantes a viver do extrativismo florestal, segregados dos conhecimentos mais avançados, ou refugiar-se na capital, às voltas com os fantasmas de um passado morto.

Sôbre todo êsse panorama perpassa a aragem do crédito. Mas a organização bancária tradicional não avançou também. Os bancos só emprestam nas cidades, a curto prazo e juros altos, ao comércio, quase nunca à indústria de transformação e ainda menos à lavoura e à indústria extrativa. A Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil, em seus números de 1947, apenas

ção geopolítica privilegiada, à foz do maior sistema fluvial conhecido, zona de trânsito obrigatório para todos os países vizinhos, funcionando como coletor econômico do Estado do Amazonas e ds Territórios do Acre, do Guaporé, do Rio Branco e do Amapá, assim como das zonas confinantes de Goiás, Mato Grosso e Maranhão. De sua capital, que Antônio Baena considera o centro irradiador cuja história constitui a própria história do Estado, os portuguêses lançaram a conquista do vale amazônico e, desde então, é a verdadeira sede dos interêsses econômicos, dos avanços culturais, autêntico regulador das marés de bonança ou repiquetes sociais da bacia. Necessária se torna lembrar, então, que o Pará ficou suspenso no tempo, que as gerações mais novas se vêem obrigados a migrar, acompanhando os abastados das décadas pretéritas — 1889 a 1916 — em que o Estado entrou para as baixas receitas da União com cêrca de meio milhão de contos de réis.

No mundo por conquistar da Amazônia, a Estrada de Ferro de Bragança esteio de uma região agricultada por métodos primitivos, encontra-se em estado de destruição. A Estrada de Ferro de Tocantins, virtualmente destruída. As grandes aquavias, o Tapajós, o Tocantins, o Xingu, o Capim, outros veios potâmicos permanecem quase intactos em suas possibilidades ecumênicas. Das três zonas agrícolas em que pode ser dividida a extensa região, a do Tocantins perdura utilizando os mesmos métodos primitivos da colônia lusa, a do Baixo Amazonas tem como principal município o de Santarém, com renda anual inferior a dois milhões de cruzeiros, não obstante as vir-

tangeu levemente a produção do Estado do Pará, certamente por considerar, como expressa no relatório, que o principal estabelecimento de crédito da nação não pode atender a tôdas as solicitações de empréstimos antitécnicos, isto é, a longo prazo e juros baixos. Como, no mundo do capital, nenhuma emprêsa pode subsistir sem financiamento, voltam-se as pretensões para o Banco de Crédito da Borracha. Todavia, êste instituto ainda não perdeu a característica de órgão de emergência, criado para vencer uma conjuntura de guerra. E enquanto não se define, de vez, como espinha dorsal de um moderno sistema de irrigação financeira, ficam as populações temendo a sêca do crédito às margens dos rios torrenciais.

As conseqüências de uma crise endêmica, dêsse modo registrada, são fàcilmente previsíveis e lamentáveis. A receita anual do Estado vai além de cem milhões de cruzeiros, mas representa a asfixia da produção e não cobre a despesa Inadiáveis serviços públicos, como água, luz, gás, transportes urbanos, por não melhorados ou criados, atingiram o ponto de saturação, nas necessidades coletivas. O governador Moura Carvalho enfrenta, neste momento, a soma das dificuldades que se foram acumulando ao longo dos anos em que se impunha a introdução de novos métodos econômicos na região.

Analisando, à primeira vista, o conjunto do Estado do Pará como unidade política no continente sul-americano, a crise que atravessa não encontra explicação. O rio Amazonas o atravessa em tôda a sua extensão, perfeitamente navegável, até por navios de grande calado. Conta com posi-

tualidades de uma ecologia benévola, e a Bragantina representa a cultura de uma terra cansada por meios que a colonização, vinda do interior abandonado do Nordeste conseguiu introduzir. O problema agrícola se oferece ao observador tal como o sentiu, em 1908, André Goeldi, diretor da Estação Experimental de Agricultura: falta de conhecimento da região, do ponto de vista agronômico; estado pouco edificante de atraso e pobreza em que vive em geral o colono, pois os lucros da exportação ficam nos intermediários, e a necessidade de educar o lavrador. A ilha de Marajó, na qual Hart viu apenas o continente seccionado pelos dois braços com que o Amazonas se precipita ao mar, estratifica-se numa incipiente pecuária, arrastada por planícies que mereciam melhor destino.

A população de menos de um milhão de habitantes que o I. B. G. E. encontra no Pará necessita, urgentemente, que os navios do SNAAPP (Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Pôrto do Pará) sejam substituídos por frotas modernas, que também substituam os velhos "gaiolas", pequenos vapores, típicos da região. Precisa de rodovias econômicas, de melhoramentos nas sedes municipais e de assistência total no interior. Da multiplicação das linhas da rêde aeroviária amazônica, mantida pela Panair do Brasil e que, mesmo com o complemento de outras emprêsas, ainda é apenas um serviço suplementar e deve ser ampliada. E necessita, também, de receber o influxo de novas correntes raciais que modifiquem o "melting pot" amazônico, tão necessitado do acréscimo de cul-

turas que lhe dêem o sentido extraviado de conquista da terra.

São muito grandes, como se percebe, os problemas da unidade federada mais importante do Vale Amazônico. Mas, justamente, a sua posição como delta econômico cultural da Amazônia, foco civilizador da planície, regulador do avanço humano sôbre o aranhol potâmico do Rio Mar, determinam a sua sobrevivência. Por tôdas essas razões geopolíticas, a crise vigente ao Pará não lhe será fatal. Assinala o fim e o comêço de uma era, a transição para um estágio de cultura nova, em que, liberto da economia extrativa, êle seja capaz de ombrear com o desenvolvimento de outras áreas do Brasil.

8 — O ESTADO DO AMAZONAS

Se o Estado do Pará, como vimos anteriormente, é uma conseqüência da cultura velha que embaraça os movimentos dêste país novo, o Estado do Amazonas é a paráfrase do tema social daquela unidade federada, cujo desenvolvimento através da planície terminaria no impasse de hoje.

Nem poderia deixar de ser assim. O Estado do Amazonas é um nítido prolongamento sócio-geo-econômico do Estado do Pará. Quando se fundou o Maranhão, por necessidade de consolidar a posição da política colonial portuguêsa, que precisava afastar os invasores franceses, o Pará surgiu pouco depois, em 1616, como seu prolongamento natural. A fundação de Belém, sôbre o estuário do rio Amazonas, obedecia ao mesmo

plano e, daí a dominação da bacia, não decorreu muito tempo. Já vinte e um anos depois, Pedro Teixeira subia até Iquitos, tomava posse da grande corda potâmica para o coroa lusitana e assinalava a foz do rio Negro. Pedro da Costa Favela criou a primeira povoação nesse rio, em 1669, instituindo a aldeia dos Taruncás — de acôrdo com os estudos de Antônio Baena. Nesse mesmo ano, ergueram os lusos a fortaleza do Rio Negro, origem da atual cidade de Manaus, para, em 1775, ser criada a Capitania de São José do Rio Negro, em cujas terras assenta o Estado do Amazonas. Reintegrada na área do Grã-Pará, por ocasião da independência do Brasil, em 1850 voltaria a restaurar-se já no caráter de Província do Império. Tôdas essas mutações administrativas não afastaram, todavia, o Amazonas de sua fusão natural com o Pará, fato perceptível a qualquer observador, sobretudo a quem encarar, segundo os ensinamentos geopolíticos, a evolução das áreas amazônicas como uma só unidade econômico-cultural. O Extremo Norte, ou seja a Amazônia, é um daqueles cinco grupos, distantes e quase incomunicáveis, em que João Ribeiro dividiu o Brasil e que, desde o govêrno colonial até a independência, se desenvolveram separadamente da administração geral. Corroborando êsse distanciamento, que o historiador levava ao ponto de achar a Amazônia ainda fora do Brasil, por extremamente indiática e insulada, as Côrtes portuguêsas pretenderam converter a planície num novo Canadá, no momento em que se verificou o desmembramento de nosso país do império lusitano. O exemplo da Inglaterra, quando os Estados Unidos se emanciparam, era estimulante, mas outras

razões locais concorriam também. O colonizador português empenhou-se a fundo na conquista da Amazônia. E a teve fechada para o mundo, até mesmo depois de proclamada a independência do Brasil. Sòmente na metade do século passado, o rio Amazonas foi aberto à navegação dos países amigos. Como, pois, deixaria o Estado de refletir, em tôda a extensão e profundidade, os movimentos sociais, as diretivas econômicas que predominavam no Estado vizinho, situado como nascente e delta de todo empreendimento civilizador, ao longo da bacia do Mar Doce?

Denotou, desde logo, um notável espírito de autonomia, refletido nas receitas provinciais após a separação administrativa. Êsse espírito local, admirável pelos seus empreendimento e que ainda muito pode realizar, pela emulação entre os dois grandes Estados-membros da bacia, não venceu, entretanto, as contingências imanentes de um meio cósmico de comportamento quase uniforme. Portanto, as razões que originam as atuais dificuldades do Estado do Amazonas, respeitadas algumas peculiaridades, são as mesmas que informam os problemas do Estado do Pará.

Os conquistadores portuguêses colocaram a área sob seu domínio, mas não tiveram possibilidade de cultivar as porções agricultáveis em larga escala. Para aumentar o despovoamento, organizaram caçadas e morte em massa da população indígena. O sistema tributário permitiu ao govêrno central arrecadações elevadas, pouco deixando em obras públicas correspondentes, enquanto o executivo estadual concentrava recursos e vantagens na sede e os municípios viam diminuídas as

possibilidades de progresso. Os transportes são precários, antiquados, insuficientes. Não conta o Amazonas com uma só ferrovia nem uma rodovia digna dêsse nome. Com exceção do transporte aéreo, as conduções de superfície estão atrasadas de trinta anos. E' preciso compreender a significação da distância na Amazônia, para bem sentir êsse aspecto. Araújo Cavalcânti, autor de "Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco", colocou a questão em seus devidos têrmos, em considerações recentemente publicadas acêrca dos que desejam resolver as equações amazônicas com remédios alienígenas. O aproveitamento do famoso vale do Tennessee, nos Estados Unilos, reunindo tôdas as vantagens da moderna técnica norte-americana de planejamento e construção, custou 14 biliões de cruzeiros, isto é, quase um orçamento anual do Brasil. E o Tennessee pode ser comparado, em extensão e grandeza, ao rio Uraricoera, formador do rio Branco, afluente do Negro, tributário do Amazonas.

O crédito é uma coisa que, na rigorosa expressão do têrmo, está ainda por criar no Amazonas. Não existe financiamento regular para as tentativas industriais nem para o custeio de safras. Seis bancos encontrou no Estado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1944. Suas operações de empréstimos quase se limitam ao comércio, sob garantias seguras e a curto prazo. Durante o ano passado, o Banco do Brasil emprestou mais, por sua Carteira Agrícola, ao Território do Acre. O grande financiador é o Banco de Crédito da Borracha, instituição "sui generis", cujo presidente foi homenageado pelas classes

conservadoras do Pará por ter obtido junto às autoridades federais o pagamento das contas cativas, da que dependia o fluxo econômico normal ou uma devastadora pororoca sôbre a civilização da planície. Sòmente esta demonstração — que o Sr. Otávio Meira indiscutìvelmente merece — indica a necessidade de converter o Banco da Bôrracha num Banco da Economia Amazônica, com recursos efetivos e não aleatórios, para desempenhar o papel que ali o Banco do Brasil deixou de cumprir.

Vivendo na maior extensão ocupada por uma entidade da Federação brasileira, a população de 416.001 habitantes que o IBGE recenseou no Amazonas em 1940, e que outra contagem indicará ser muito maior, trabalha em mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados. Exceto os moradores da bela cidade de Manaus e das sedes dos municípios mais adiantados, a maior parte dos grupos demográficos está entregue à indústria extrativa, na apanha dos produtos florestais, representados por borracha, castanha, madeiras, sementes, caça e pesca e, mais recentemente, ao cultivo da juta. Existe, também, alguma pecuária, em estado de empirismo, e uma agricultura de rendimento local, segundo os métodos vigentes na hiléia. Exaustivamente estudados por Océlio de Medeiros em "A margem do planejamento econômico da Amazônia", os índices de produção revelaram, em certos casos, que a área cultivada no Estado do Amazonas é menor do que no Território do Acre. Ainda é uma conseqüência do estágio cultural introduzido pelos conquistadores da bacia, os quais, conforme definidos pelo Barão

do Marajó, "no Brasil, como em quase tôdas as suas riquíssimas colonias, hoje decadentes ou pertencentes a outros dominadores, só trataram, estabelecido que foi o seu domínio, de desenvolver o comércio de suas drogas, produtos e mercadorias com a metrópole, que forçosamente engrandecia, enquanto as colonias pequeno desenvolvimento tinham".

Foi talvez considerando o estágio de existência das populações amazônicas, que André Siegfried, o notável sociólogo francês, lembrou ao Brasil que sòmente a elevação do nível de vida das massas rurais permitirá a um país a criação de uma indústria forte. Como não existe, virtualmente, agricultura no Estado do Amazonas, seus grupos humanos com "melting pot" formado por portuguêses, alguns outros europeus, indígenas, descendentes de escravos africanos, levantinos e migrantes do Nordeste, terão de sustentar, por muito tempo, um duro regime de economia predatória, não compreendida em grande parte do país e última alternativa que lhe restou de uma organização colonial incipiente. Situado entre a Venezuela, a Colômbia, o Peru e a Bolívia, na zona internacional da hiléia e entre os Territórios do Acre, do Guaporé e do Rio Branco, e os Estados do Pará e de Mato Grosso, o Estado do Amazonas, com uma receita de mais de meia centena de milhões de cruzeiros, servido por grandes veios do Amazonas, que o atravessa em tôda a sua extensão, ainda é uma terra para pioneiros, como o "Times" acaba de classificar o Brasil. Ainda é uma terra para pioneiros, com o ânimo que Augusto Frederico Schmidt, em suas

conclamações, vem solicitando para as novas gerações do Brasil. Que, com novos contingentes raciais, introduzidos por uma política imigratória enérgica, e não a dirigida pelo Sr. Jorge Latour, seja capaz de erradicar a cultura velha, ultrapassada pelo tempo, trabalhando aquêles rios, aquelas terras, aquelas florestas, pela policultura racional, pela fôrça inaugural de novos empreendimentos, pela criação de riquezas necessárias, suscetíveis de lher dar os meios de transporte para vencer um mundo de aquavias e distâncias gigantescas.

9 — O CLIMA

O clima tem sido a principal dificuldade para a colonização da Amazônia. Devido às noções divulgadas sôbre o clima quente super-úmido reinante na bacia do mais volumoso rio da Terra, as correntes imigratórias da Europa Central e Meridional evitaram o vale amazônico. Fugindo, também aos rigores do clima nordestino, os grupos estrangeiros procuravam o sul e o suleste do Brasil. Dessa forma, decorrido um século da abertura do nosso país à imigração regular, a quase totalidade dos cinco milhões de estrangeiros que entraram nesse período está reproduzida em filhos, hábitos e costumes bastante diversificados dos da Amazônia. A modificação no "tonus" étnico brasileiro, daí decorrente, é, pois, de tamanha importância, que se impõe uma revisão no conceito predominante sôbre o clima amazônico. Em trabalho organizado para a Comissão Parlamentar de Imigração, Colonização e Naturalização, no ano passado, dizíamos que, se a imigração continuasse a fluir regularmente para o sul, dentro de cin-

qüenta anos estaria irremediàvelmente consumada a separação entre o extremo norte e o sul do país. As diferenças culturais promoveriam e antecederiam a separação política.

São mais recentes do que se julga geralmente os pressupostos que condenam quarenta por cento do território nacional como uma terra de clima ardente, perenemente inundada pelos rios torrenciais e por chuvas diluvianas. Assim não pensaram, por certo, os portuguêses, os espanhóis, os franceses, os inglêses e os holandeses que se lançaram à conquista da planície amazônica. Não temiam o clima, sobretudo os primeiros, no período de maior desenvolvimento administrativo da colônia. Os desvelos da política colonial emprestaram apreciável impulso à economia amazônica, falando em têrmos da época — o que levou o govêrno do Estado do Maranhão a ter sede oficial em São Luiz e residência efetiva do governador em Belém. A impossibilidade de carrear para a planície contingentes humanos em quantidade suficiente — porque nenhum outro povo europeu podia imigrar para o Brasil e a nação portuguêsa era reduzida em número de habitantes, — além do morticínio da população indígena, trouxe a Amazônia para o Brasil independente com insignificante total de residentes. Pouco depois, a intensificação da imigração se fazia no sentido das fazendas do sul, que ofereciam condições ecológicas mais parecidas com os países de origem dos adventícios. Coberta pela mais luxuriante vegetação contínua já conhecida, a bacia do Amazonas converteu-se numa terra de lenda. As expedições organizadas tiveram para o grande público mais o efeito de acentuar os motivos exó-

ticos, nos quais predominava o clima, como fonte de apreensões e aventuras. Com a grande tentativa de ocupação, efetuada pelo "rush" da borracha, ainda era o clima escaldante que aquecia as imaginações de quem morava fora da região amazônica.

A verdade sôbre o clima da Amazônia é que êle é perfeitamente suportável, muito uniforme e regular, atestando índices de região temperada em alguns trechos, onde pode alimentar culturas de imigrantes nórdicos. Os cientistas que percorreram a hiléia e autorizados exploradores são quase idênticos nas conclusões a que chegam sôbre o clima amazônico. Louis Agassiz, um dos mais conhecidos, afirmou:

> "O clima de que gozamos nos causa uma surprêsa das mais agradáveis. Eu esperava sempre viver, desde que estivéssemos na região amazônica, debaixo de um calor acabrunhante, ininterrupto, intolerável. Longe disso, as manhãs são frescas; é uma delícia passear de manhã, a pé, ou a cavalo, entre 6 e 8 horas. Se ao meio dia o calor é realmente muito grande, êle diminui para às 4 horas; as tardes são inteiramente agradáveis e a temperatura das noites jamais é incômoda. Quando no correr do dia ela é mais forte, o calor não é sufocante; sempre uma leve brisa sopra docemente".

O que foi surprêsa para o pesquisador suíço não foi para o Barão de Marajó. Filho da planície, o autor de "As regiões amazônicas" achava, juntamente com Bates, que o calor não era tão opressivo como o do verão em Nova York, "nem como os meses de janeiro, fevereiro e março no Rio de Janeiro, em que o termômetro marca 38° a 39°, nem como julho e agôsto em Portugal e Espanha, onde os segadores caem abafados pelo calor, em que mesmo os pássaros caem em seu

vôo e em que o termômetro chega a 37° centígrados, como observei em 1857, no mês de agôsto". Transcrevia o Barão o espanto de Bates pelo fato de que, "nas proximidades de um estuário como o do Amazonas, em um clima tropical, as doenças não tomem muito largas proporções e de que estrangeiros apesar de uma residência conservam as suas boas cores". Afirmava que, no interior da província do Pará, "as moléstias que mais comuns se apresentam são de origem palustre", e atribuía essa circunstância à péssima escolha dos locais de habitação de preferência sôbre as margens inundáveis dos rios.

Modernamente, o clima amazônico está classificado no tipo A, obedecendo ao sistema orgazado pelo cientista austríaco Wladimir Koppen. Publicado pela primeira vez no princípio dêste século, está geralmente aceito como a melhor classificação, se bem que já alterado, sujeito à crítica e encarado como um sistema flexível, passível das modificações que se fizerem necessárias. O sistema aludido divide os diversos tipos de clima em cinco grupos, que correspondem a cinco das mais importantes associações vegetais, e assim distribuidos: A — Climas úmidos, tropicais, sem estação fria e com a temperatura média do mês menos quente acima de 18°C; B — climas secos onde a evaporação é maior do que a precipitação; C — climas úmidos das latitudes médias, com invernos brandos e a temperatura média do mês mais frio entre 3°C e 18°C; D — climas úmidos, das latitudes médias com invernos rigorosos e a temperatura média do mês mais quente acima de 10°C e do mês mais frio abaixo de 3°C; E — climas glaciais das regiões polares, sem estação

quente e com a temperatura média do mês mais frio abaixo de 10°C.

Os cinco grupos abrangem onze tipos de clima mais importantes, com várias subdivisões, entre as quais figuram as de tipo A, que compreende florestas tropicais, com tipos de clima constantemente úmido e chuvas do tipo monção e savanas tropicais, com verão úmido, inverno sêco. Dentro dêsse sistema, José Carlos Junqueira Schmidt procurou classificar o clima das áreas em que se reparte a Amazônia. Utilizando-se de diversos símbolos, que deixamos de reproduzir aqui, êle apresenta o clima predominante na Amazônia como pertencente ao grupo A, ou seja, aquêle em que a temperatura média do mês menos quente se mantém acima de 18°C, limite abaixo do qual não se podem desenvolver certas plantas tropicais. A região compreendida por êsses climas é o domínio da vegetação megatérmica, que exige uma temperatura constantemente alta e chuvas abundantes. Entre os tipos de clima dêsse grupo, existem dois de maior importância: um caracterizado por chuvas relativamente abundantes em tôdas as épocas do ano, e o outro, apresentando uma estação sêca que prejudica profùndamente a vegetação. O primeiro, no qual a altura de chuva do mês mais sêco deve atingir no mínimo 80 milímetros, corresponde ao clima de florestas tropicais. Nesse tipo, tanto a temperatura quanto as chuvas sofrem um mínimo de variação anual e mantém-se num nível algo elevado, ao passo que a amplitude anual das temperaturas médias mensais não ultrapassa 5°C. O segundo, indicando que possui uma estação bem acentuada, que coincide com o inverno e tem pelo

menos um mês uma altura de chuva inferior a 60 milímetros, abrange as savanas tropicais. As temperaturas seguem um regime semelhante ao primeiro, sendo que a amplitude das temperaturas médias mensais se mantém abaixo de 12°C. Acha Junqueira Schmidt que, sendo pequeno o número de estações metereológicas na bacia amazônica, com um longo período de observações, não se torna possível fazer um estudo minucioso das variedades climáticas. Entretanto, com os dados meteorológicos disponíveis e com o auxílio do relêvo e da vegetação, estabelece os tipos *Ai*, ou de florestas tropicais; *Am*, forma intermediária (florestas tropicais, apesar de uma estação relativamente sêca); *Aw*, clima de savanas; e *Cw*, em que a estação sêca coincide com o inverno e a altura da chuva do mês mais sêco, tipo de clima encontrado na parte montanhosa das baixas latitudes e nas regiões das latitudes médias onde predominam as chuvas do tipo monção.

São êsses os tipos de clima predominantes na bacia amazônica, diz o referido meteorologiasta. Os climas de floresta tropical e da forma intermediária encontram-se nas partes mas baixas e mais chuvosas da bacia amazônica, assim como nas vertentes expostas aos ventos úmidos vindos do mar. São as regiões da hiléia. O clima das savanas abrange grande parte dos planaltos e suas encostas onde dominam os campos, cerrados e caatingas; e o tipo de clima da parte montanhosa das baixas latitudes é encontrado nos regiões mais elevadas dos planaltos e nas montanhas das baixas latitudes, onde a temperatura média do mês mais frio desce abaixo de 18°C. De modo geral, acentua a mencionada autoridade, o clima amazônico se

caracteriza pela constância da temperatura elevada e pela abundância das chuvas, donde a exuberância da vegetação verdadeiramente equatorial que lá se desdobra, formando a maior extensão de floresta fechada existente no mundo. Inexato, acrescenta "seria a conclusão que, tendo em vista essas duas principais características, se viesse tirar, mesmo grosso modo, da influência nociva do clima amazônico sôbre o homem. Graças aos ventos alíseos que sopram regularmente das bandas do mar e penetram pelo continente, e á relativamente acentuada queda da temperatura à noite, boas são na Amazônia as condições do meio assim amenizado. Nas regiões das savanas que circundam a vasta planície amazônica — é sua opinião — à conta do regime de chuvas e da boa ventilação, bem melhores são as condições climáticas. O que êsse estudo nos permite afirmar é que o clima da Amazônia não oferece maior obstáculo ao desenvolvimento do seu progresso".

E' a mesma opinião de Paul Le Cointe, ainda externada em seu último livro, em que diz que o clima amazônico, comparado ao de outros países equatoriais, é um dos mais acolhedores para o viajante e o colono nacional ou estrangeiro. Por manifestações de quem o estudou verdadeiramente, o clima da Amazônia permite e justifica um grande empreendimento de valorização, preconizado, devido a isso mesmo, por John B. Bernhard, especialista norte-americano em transportes, que, convidado pelo govêrno brasileiro, depois de auscultar as virtualidades da grande planície, declarou, em seu relatório: "— Brasil, Amazonas, Trópicos, Equador — tais palavras há muito evocam ao espírito dos povos a imagem do mormaço

das jangais, pântanos, insetos, répteis, umidade tórrida, simplesmente porque a palavra clima tem sido confundida com temperatura". E depois de condenar como grosseira a divisão da terra em zonas tropical, ártica e antartica e temperada, conclui que o clima do vale amazônico nenhum obstáculo sério oferece ao aproveitamento de seus recursos.

10 — A FLORA

Dotada do maior revestimento florístico do mundo, a Amazônia impôs aos seus ocupantes uma economia extrativa dos recursos florestais.

Se "a flora é o espelho do clima", a economia amazônica é o reflexo da flora. Para as populações civilizadas que procuraram o vale, o primeiro adversário a vencer foi a floresta. Passados três séculos da colonização portuguêsa, a cerrada jangal ainda não foi sèriamente atingida em suas reservas. Formou um sistema social de cuja observação se conclui que a Amazônia, como unidade geopolìticamente configurada, permanece embrionária, porque o primeiro período de uma cultura civilizada — o de ataque e coleta dos produtos naturais — ainda não foi ultrapassado. Para que atingisse o estágio de desenvolvimento das comunidades sociais adultas, alguns esforços se tentaram, mas não conseguiram substituir os bens nativos pela produção agrícola e industrial organizada. Se os propósitos fôssem atingidos, a floresta desempenharia um papel auxiliar e não principal. Mas a transição não foi possível e, ainda agora, são bem apreciáveis as dificuldades para passar de um a outro estágio. A distribuição vegetal pelas terras da planície entrava as comu-

nicações, cria o insulamento de núcleos demográficos, oferece produtos que independem de cultura, com regime alternado de coleta, como a borracha e a castanha do Pará, conduzindo fatalmente à economia floresta. O aprisionamento das populações amazônicas às disponibilidades da hiléia é ainda mais expressivo quando se considera o elevado número de espécies arbóreas, a sua ocorrência em todos os trechos da bacia, mal abrindo espaço para as relativamente pequenas regiões de campos do Rio Branco, do Baixo Amazonas, da ilha do Marajó, da costa atlântica e outras menos significativas.

Para bem compreender o papel da flora no conjunto amazônico, o naturalista Paul Le Cointe propõe que uma descrição sumária, mas geral, deverá ser subvidida em duas seções: a floresta e o campo. Compreende-se a divisão, tendo em conta que, sòmente no Pará, a floresta representava cinco sextas partes da superfície do Estado, não passando a área dos verdadeiros campos de uma sexta parte ou 223.000, em números que incluem o atual Território do Amapá.

Para quem imaginou as florestas tropicais como são descritas nas histórias romanescas de viagens imaginárias em países desconhecidos, diz Le Cointe, a primeira impressão recebida ao percorrer algumas partes da floresta amazônica, seja viajando, seja explorando qualquer de seus produtos naturais, ou simplesmente seguindo a pista de alguma caça, será, antes de surprêsa misturada com certa decepção, pois, se ela não tem nada de precisamente sedutor, também nada possui de terrível. Narrando as características da jangal amazônica, diz que é certo que, nos terrenos baixos

e úmidos, a vegetação de "sous-bois", abundante e compacta, a grande quantidade de cipós entrelaçados, a forte proporção de plantas espinhosas ou de ervas cortantes opõem mil obstáculos à marcha e não permitem à vista alcançar além de alguns passos. Mas, logo que nos afastamos da margem dos rios ou saímos das capoeiras cerradas que, junto dos lugares habitados, têm substituido a floresta primitiva, derrubada ou queimada, e quando chegamos às terras do interior ainda virgens, aí a vegetação miúda e baixa quase desaparece, as árvores de todo tamanho, mas em geral não muito grossas relativamente à sua altura, elevam-se direitas, sem emitir logo galhos laterais, procurando, antes de tudo, elevar suas copas por entre as dos vizinhos, a fim de receber, também a sua parte de ar e de luz. A seus pés, poucas plantas herbáceas ou rasteiras crescem sôbre o solo e entre as inúmeras varinhas dos renovos que se erguem verticalmente e os gigantescos troncos bastante espaçados, não é dificil abrir caminho. Um terçado de lâmina larga, pouco espêssa e bem afiada, é suficiente para cortar os importunos cipós. Aqui e ali, acrescenta, alguns veteranos derribados pelas tempestades abriram com sua queda verdadeiras clareiras onde, com a ação vivificante dos raios de sol um entrançado denso de espinheiros e de ervas trepadeiras se desenvolveu ràpidamente. Em resumo, a opinião de Le Cointe é que a floresta virgem da Amazônia, se não chega a ser um "inferno verde", como a batizou Alberto Rangel, é certamente pouco hospitaleira, demasiadamente fechada e plantada com excessiva regularidade para ser grandiosa, monótona na repetição de seus diversos aspectos, as-

fixiante pela sua atmosfera saturada de umidade quente, inquietante e triste, pela imensidade misteriosa e pela sensação de isolamento que provém do silêncio e do limitado alcance da vista na penumbra que tudo envolve.

Assim, descrevendo a floresta, o ilustre amazonólogo figura os diversos tipos de florestas, de acôrdo com as diferentes condições de clima e sobretudo do solo. Para isso, aceita a primeira classificação popular da situação dos terrenos, denominados respectivamente "mangais", "matas de várzea" e "matas de terra firme", cujas respectivas vegetações características foram descritas pelos botânicos J. Huber e A. Ducke. Os "mangais" são as matas que crescem nas aluviões marítimas da costa atlântica, quase inabitável, lamacenta e sujeita às inundações periódicas das marés, com uma vegetação pouco variada, composta quase exclusivamente de mangues de cirinha, ou de tinteiro, conforme a região árvores de altura média e de folhagem verde-claro uniforme. As "matas de várzea" são as que ocorrem nos terrenos de aluviões fluviais e pertencem a duas espécies bastante distintas, ou seja, as do estuário e as da seção da bacia que corresponde ao Baixo Amazonas. No estuário, aparecem a aninga, o aturiá; ilhas flutuantes de mururé e esparana deslizam na correnteza. Palmeiras de várias designações, a seringueira, ucuhuba, surgem com outras espécies elevadas. No Baixo Amazonas, o revestimento vegetal é diverso, com as oeiranas, imbaubas, mugubas e várias outras. Cacauais foram plantados nas restingas das várzeas mas são abafados por árvores de maior porte, conservadas a título de sombreamento. Quanto às

"matas de terra firme", isto é, aquelas que não são alagadas pelas enchentes fluviais, são as menos conhecidas. Suas zonas têm limites que ainda não podem ser traçados. Na região que se estende ao sul de Belém entre o Tocantins e o Gurupi, no Estado do Pará, a floresta é rica em madeiras de construção. A grande mata amazônica é rica em caucho, castanha e seringa verdadeira (hevea brasiliensis), cujo nome científico cabe nesta altura, apesar de estarem sendo omitidos, no presente trabalho, os das demais espécies. Há que considerar, também, a vegetação do "igapó", matas sujeitas à alagação, por deficiência de escoamento natural das águas. Suas árvores são as mesmas dos terrenos de aluvião, mas algumas lhe são características, como o apuí, o assacu, o louro do igapó.

A vegetação dos campos derrama-se, consoante a classificação do autor de "A Amazônia Brasileira", sôbre os "campos mistos", inundados sòmente em parte pelas enchentes periódicas, ou campos firmes, não inundáveis, mas de pouca extensão e junto a campos baixos inundáveis: "campos de várzea", mais ou menos cobertos pelas águas durante as enchentes anuais; e campos firmes, nunca alagados, de grande extensão. A flora que aí se encontra vai desde as plantas forrageiras, que constituem bom alimento para o gado, até ervas rasteiras venenosas e grandes espécimes vegetais. Procurando os lugares tranqüilos e pouco fundos, onde as águas ficam represadas por qualquer motivo, surge também a vegetação aquática, formando sempre um motivo de atração na paisagem contínua.

A. J. Sampaio, em trabalho editado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, esposa o conceito de J. Huber, de que a família das leguminosas é a mais importante na composição das matas amazônicas e também sob o ponto de vista de utilidade de suas madeiras. Segue-se-lhe a família das palmáceas, com grande número de espécies e numerosas outras famílias têm seus representantes na hiléia. Na impossibilidade de enumerá-las tôdas, prefere mostrar as plantas úteis, começando pelas seringueiras, a que se seguem, por ordem de importância econômica, a castanheiro, o caucho, o cacau, as madeiras, as oleaginosas, timbó, guaraná, cumaru. Além da "hevea brasiliensis", são várias as espécies que dão boa borracha. O Sr. Valentim Bouças calculou em 300 milhões o número de seringueiras produtoras.

A castanheira, com tendência a gregarismos, constitui acúmulos nas matas de terra firme. De acôrdo com A. Ducke, os maiores castanhais existem entre o Tocantins e o Xingu, bem como em Santarém, havendo nêles muito caucho. O cacau verdadeiro é indígena na Amazônia e também cultivado na região. As palmeiras oferecem diversas utilizações, salientando-se a jarina, utilizada na indústria de botões, o assaí, o babaçu, o buriti, o inajá, o marajá, o patauá. Da andiroba, da andorinha, do assacú, da castanha de arara, da castanheira do Pará, da copaíba, do cumaru, do louro inhamuí, do mucajá, do pau rosa, são extraídos óleos empregados em vários misteres, inclusive na indústria farmacêutica e de perfumes. As madeiras atestam o maior coeficiente de leguminosas das quais, só no Pará, Ducke acha 550.

Destacam-se o acapu, a arariúba, as maçarandubas, perobas, freijó, pau-amarelo, pequiá-marfim, ipês, jacarandá etc.

Entre as plantas úteis tem lugar o guaraná, sapindácea indígena da região, cultivada nas zonas do rio Maués, Tapajós, Acará, Belém, Itacoatiara, sem esquecer o timbó, utilizado para entorpecer peixes e que contém o inseticida rotenona. Cobrem, ainda, os terrenos da hiléia, muitas outras plantas úteis, especialmente fibras, plantas medicinais, frutas, sementes alimentícias, resinas, breu, cipós, orquídeas e numerosas plantas ornamentais.

Tôda essa riqueza florestal representa, todavia, uma forma penosa para a existência dos que se dedicam à coleta dos recursos vegetais. A dispersão das espécies por extensas e pouco penetráveis superfícies faz com que a floresta amazônica deixe de constituir um conjunto explorável de primeira ordem. Eis por que os programas de aceleramento de economia do vale do Amazonas devem colocar a mata no sentido em que a viu Araújo Cavalcanti, ao propor a criação do Parque Nacional da Ilha do Maracá, enquadrando no plano do govêrno do Território do Rio Branco a reserva dessa grande ilha do rio Uraricuera para a reunião de todos os elementos faunísticos e florais que desaparecerão da bacia do rio-mar, com o avanço da técnica e da cultura.

A civilização tem de investir pela planície à custa da floresta, destruindo-a, onde se tornar necessário, amparando e protegendo as espécies melhores, onde assim fôr preciso, substituindo-a por áreas de cultura racional, onde o exigirem os im-

perativos de uma ativa política de colonização. A riquíssima flora amazônica pode ser definitivamente colocada ao serviço do homem, com a disciplinação de sua conquista, com o inteligente aproveitamento de suas inúmeras espécies, com a reserva de áreas de cultivo e experimentação.

Em certos lugares, hoje cobertos pela flora primitiva, deverão surgir a agricultura organizada e a indústria de transformação, sem a qual nenhum povo pode atingir alto nível de progresso. Para estar ainda uma vez de acôrdo com Paul Le Cointe, é evidente que a colonização só pode ser feita com o sacrifício de boa parte das florestas e não há motivos para que nos alarmemos em excesso com os pequenos estragos que já sofreram pelo descuido de seus primeiros desbravadores. Reconhecendo a necessidade de não perder de vista a vantagem de conservar determinado equilíbrio entre a área das terras ocupadas pela floresta e as que serão apropriadas às culturas e às aglomerações urbanas, deve-se considerar, como M. Marrington Moore, acêrca da flora amazônica, que a conservação da floresta só tem razão de ser num solo impróprio à agricultura intensiva, já que uma colheita agrícola permite retirar da terra maior rendimento do que uma exploração florestal.

11 — A FAUNA

Como a maioria dos recursos amazônicos, a fauna tem sido encarado como um frio campo de catalogação científica ou como reserva natural predada pelas populações.

Da ausência de qualquer critério econômico estável, da falta de previsão racional, por parte dos poderes públicos ou da iniciativa particular, têm resultado a devastação e o baixo aproveitamento dos grupos animais da planicie. A pesca indiscriminada e a caça sem reservas tendem a extinguir ou fazer rarear as espécies melhores. Entrentanto, apesar de sua dispersão e da forma empírica como se integra no complexo econômico da região, a fauna desempenha e continuará a desempenhar, por muito tempo, um papel que merece consideração no sistema de vida na Amazônia. Não é ainda possível prever, com segurança, dentro de que período a Amazônia alcançará o estágio de integração definitiva no mundo civilizado. Com os recursos tributários exíguos da União, as fracas possibilidades das administrações regionais, a precariedade do esfôrço das populações e as ralas virtualidades ecumênicas de uma área para onde não se dirigem ainda as correntes emigratórias, é possível antever que, dentro de trinta anos, a selva amazônica continuará inconquistada, ùnicamente atingida pela irradiação dos centros de progresso que fôr possível estimular. Isso dito, com o reconhecimento equilibrado da situação, para evitar desilusões, salvo se outros fatôres se apresentarem, a extensa mesopotâmia, cêrca de metade da superfície absoluta do Brasil, continuará regida pelo mesmo padrão até hoje conhecido. De uma ou de outra maneira, o avanço da civilização não prescindirá do concurso das espécies animais nativas, que servem de alimento aos grupos humanos interiorizados na jangal.

Diversos fatôres devem ser levados em conta na enquadração da fauna em um sistema regular

de valorização da Amazônia. Em primeiro lugar, a biogeografia do vale está compreendida numa das seis grandes áreas zoogeográficas em que se divide o mundo. A Neotrópica, conforme é denominada, é uma das mais bem definidas. Wallace, que juntamente com Sclater estabeleceu as divisões, define essa região como estendida por tôda a América, desde o México, ao sul do Rio Grande do Norte, até ao extremo sul da Terra do Fogo, ou seja, tôda a parte do continente colombiano compreendida entre as latitudes 25.º N e 55.º S. A região Neotrópica é aceita nessa conformidade por todos os biogeógrafos, que sòmente discordam quanto aos limites das sub-regiões e as subdivisões destas em províncias zoológicas, assim como na divisão zoogeográfica da América do Sul. Wallace dividiu a América do Sul em duas sub-regiões, apoiado por Sclater, Trouessart e outros autores mais recentes. Sua tese enuncia que a sub-região Brasiliana pode ser definida como formada por tôda a região de matas da América do Sul, incluindo igualmente tôdas as planícies abertas e os campos cercados pelas florestas ou ìntimamente associados às mesmas. Sua massa central é constituída pela grande planície florestal do Amazonas, estendendo-se de Parnaíba, na costa norte do Brasil, a Zamora, na província de Loja — distância em linha reta de mais de 2.500 milhas inglêsas, quase tôda coberta pela floresta equatorial contínua. Sua maior extensão de norte a sul vai da foz do Orinoco às vertentes orientais dos Andes, perto de La Paz, Bolívia, e um pouco ao norte de Santa Cruz de la Sierra, numa distância de cêrca de 1.900 milhas. Dentro desta área de florestas contínuas estão encerrados alguns campos

abertos, ou áreas de terras de pastagens, sendo os mais importantes os campos do Alto Rio Branco, nos limites setentrionais do Brasil; um trecho no interior da Guiana Inglêsa; e outro na margem norte do Amazonas, perto de sua foz e estendendo-se um pouco pela margem sul até Santarém. Na margem setentrional do Orinoco estão os Llanos ou terras baixas abertas, parcialmente inundadas durante a estação de chuvas; mas muito para o interior da Venezuela a região é coberta de mata. Novamente predomina a floresta, do Paramá a Maracaibo, e mais para o sul, no vale do Madalena e sôbre tôda a vertente oriental dos Andes, por cêrca de 100 milhas ao sul de Guaiaquil. Na costa nordeste do Brasil, há uma porção de terra descoberta, com alguns trechos, perto do Ceará, onde não chove durante anos a fio; mas ao sul do cabo de São Roque, começam as florestas litorâneas do Brasil, estendendo-se até aos 30.º S., cobrindo todos os vales e vertentes das mais altas montanhas e penetrando muito mesmo para o interior, cobrindo os grandes vales internos. A sudoeste, a região de matas, acrescenta Wallace, reaparece no Paraguai e se estende em maciços e regiões em parte cobertas de matas, até alcançar o limite sul da floresta amazônica. Apresenta-se, assim, no interior do Brasil como uma grande ilha-planalto, elevando-se no meio de terras baixas, cobertas por florestas sempre verdejantes. A subregião Brasiliana compreende tôda essa região florestal e as porções descobertas que aí estão inclusas, estendendo-se ainda muito para fora, até onde existe uma vegetação florestal suficiente para sustentar suas formas peculiares de vida, e

indo muito além dos trópicos, no Paraguai e no sul do Brasil, conclui o cientista.

Coincidindo quase com os limites dados por Wallace, Trouessart fixou a sub-região Brasliana como abrangendo a maior parte da América meridional, a oeste dos Andes e ao norte do Rio Grande do Sul, ou seja, a vasta região coberta de florestas e entrecortada de cursos dágua que Humboldt designou sob o nome de "hiléia": em outros têrmos, os vales do Orinoco e do Amazonas com os seus afluentes. Várias controvérsias surgiram para marcar os limites da província do distrito amazônico, uma das subdivisões da Neotrópica. Atualmente porém é possível aceitar as propostas por Melo Leitão, que declarou: "A mais vasta das províncias da sub-região Brasiliana, a que mais tem seduzido os naturalistas pela exuberância da flora, riqueza dos rios, mistério das gentes, variedade da fauna, é a Hiléia, que abraça tôda a bacia do Amazonas e do Tocantins, estendendo-se até a zona dos cocais do Maranhão, o norte de Mato Grosso e alcançando porção não desprezível dos países limitrofes com o Brasil, ao norte e ao oeste. E' a província de limites biológicos mais precisos, com um sem número de formas próprias ou que têm aí seu habitat principal".

A precisão dos limites biológicos também assegura para a Amazônia certas características importantes, como a circunstância de que a fauna seja mais rica em espécies do que em indivíduos e os animais não sejam de grande porte. Todos os grupos animais estão representados na Amazonia em formas próprias e típicas. Nas diversas ordens são encontrados interessantes tipos como a grande

mucura, o morcego pescador, o grande vampiro do Solimões, perigoso até para o homem, a onça, que não ultrapassa de 1,60 centímetros de comprimento e 85 centímetros de altura. As borboletas são inúmeras. Bates diz ter visto 700, em uma hora de passeio pela cidade de Belém, e chegou a reunir 14.000 espécies de insetos em tôda a pesquisa pelo vale. A fauna alada é das que mais impõe respeito, no capítulo dos insetos, pois entre os mosquitos figuram os transmissores das febres palustres. São numerosas e apreciáveis as diversas aves, que vão desde os gaviões a singular cigana. Os ofídios apresentam exemplares imponentes, como a sucuriju, a surucucu. E a maior parte das cobras amazônicas, assevera Le Cointe, que há meio século estuda a província zoológica da Hiléia, não é de especies venenosas. A jibóia, quando jovem e com menos de dois metros, é empregada para limpar o forro das casas da presença de ratos e morcegos.

As singularidades da fauna amazônica têm sido bastante comentadas e mesmo ampliadas. Sir Conan Doyle chegou a colocar répteis voadores pré-históricos nas cumiadas do "plateau" guianense. Nestas considerações, desprezamos o exótico, o delicado e o extraordinário para encarar a fauna da província zoológica amazônica no conjunto da obra de valorização.

A produção de peles silvestres indica duas perspectivas a seguir: a organização regular da caça e do comércio, e a adoção de condições para intensificação do número de espécies utilizáveis. Não é desprezível a contribuição do mercado de

peles silvestres. O Estado do Pará já o teve, em um ano, no terceiro lugar, em sua pauta de exportação. Eram peles de ariranha, caetetu, camaleão, capivara, maracajá, jibóia, jacaré, jacuraru, jacuruxi, lontra, onças, queixada, sucuriju e outros animais. Quando a borracha caiu, deixando de fornecer os elementos de riqueza necessários ao homem amazônico, êste se voltou para a exploração de peles silvestres, o que bem indica, em certas regiões, a exuberância da fauna.

Essa mesma exuberância leva à aceitação das coisas em seu estado natural. Assim, com variadas existências ictiológicas, a bacia amazônica não possui uma indústria de pesca aparelhada e Belém do Pará, no estuário do grande rio e próximo ao oceano, reclama abastecimento de peixe à sua população. E' um paradoxo amazônico, que encontra adequada expressão no comércio do pirarucu, o singular habitante das águas dos lagos, que é a base da alimentação de pequenos e grandes núcleos demográficos e, entretanto, continua capturado e preparado por métodos primitivos. Dotada de peixes saborosos e nutritivos, a Amazônia deveria vencer pela piscultura o "handicap" negativo constituído pela exuberância de espécies em contraste com o número de peixes que não é tão abundante.

A fauna terestre pode ser observada segundo um ponto de vista de utilização econômica. As diversas qualidades de caça obedeceriam a um princípio seletivo. Assim, a anta, o maior quadrúpede da Hiléia, demesticável quando nova, e outras qualidades de carne apreciada ficariam resguar-

dadas em áreas de produção e desenvolvimento. O Parque Nacional, cuja organização foi proposta na ilha do Maracá, deve ser um exemplo na bacia amazônica. Um dos animais sèriamente ameaçados, pela perseguição tenaz do homem necessitado de alimentação — a tartaruga — encontraria, em áreas de reprodução e desenvolvimento reservadas pelo Estado, condições para proliferar e novamente encher as praias amazônicas. As aves comestíveis da floresta, a exemplo da maior parte dos animais sul-americanos, são perfeitamente de mesticáveis. Entre êstes Paul Le Cointe cita a anta, que segue o dono como um cão. As aves, como o mutum, o jacamim e ainda outras, são fàcilmente domesticáveis, passando a viver regularmente no terreiro das habitações. Não é raro, diz Le Cointe, ver saltitar, em completar liberdade, nas casas e nos jardins, um gracioso corrupião, um japiim, um anu-coroca, um pavãozinho, perfeitamente domesticados, e, no pátio, mutuns, jacamins, porcos e marrecas vivem em plena harmonia com as galinhas e os patos. Os índios criam, do mesmo modo, jacus, cojubis, aracuãs.

Além de tal facilidade da domesticação, a fauna amazônica pode ser aproveitada de maneira mais ampla. As três grandes regiões de campos naturais da província da Hiléia são relativamente pequenas e poucas para tão extenso revestimento florístico. Portanto, é necessário estudar o meio florestal, criando tanto quanto possível, regiões de reserva e multiplicação para posterior emprêgo e distribuição das espécies rendosas em áreas pouco providas ou já totalmente desfalcadas.

12 — AS POPULAÇÕES

A Amazônia é a região menos povoada do Brasil, e, por isso mesmo, reflete melhor os fenômenos de carência humana de que se ressente o país.

Na grande região natural Norte, onde flui o maior volume dágua do rio Amazonas e seus afluentes, abrangendo 41% da superfície absoluta do Brasil, existem apenas 1 milhão e setecentos mil habitantes, segundo as estimativas até 1946, baseadas nos dados do censo geral de 1940. Diversos fatôres de ordem política, econômica, administrativa e até mesmo climatérica, contribuiram para o reduzido contingente de residentes em cada cem quilômetros quadrados. Ao princípio da investida portuguêsa, o sentido cosmográfico da expansão colonial lusa não poupou esforços para alcançar o domínio da maior bacia hidrográfica sul-americana, ultrapassando, com o argumento de uma aguerrida presença, os limites do Tratado de Tordesilhas. Como se sabe, caso a monarquia portuguêsa desejasse cumprir o estabelecido na célebre convenção, os limites da América lusitana não passariam de Laguna, em Santa Catarina, ao sul, e de Santa Maria de Belém do Grão Pará, ao norte. Mas os imperialistas de Lisboa, com visão avançada do domínio das bacias hidrográficas, não iriam fundar Belém, já no estuário do Amazonas para abandonar o mediterrâneo de água doce aos apetites dos demais europeus que flibustavam suas águas. Pelo contrário, fortificando-a com duas praças de guerra e amparando, mais adiante, com as fortalezas de Macapá e Gurupá, dela se

utilizaram para expulsar inglêses, holandeses e franceses, e consolidar a posse do rio-mar. Se grande foi o sonho português, ao se derramar, assim, por tão extensas terras, pequeno, entretanto, era o seu contingente humano. Às voltas com problemas coloniais, em que figurava a necessidade "de se não despovoar o reino", a metrópole e seus agentes multiplicavam energias pelos quatro cantos do globo. Mesmo sob o domínio espanhol, não relaxaram os portuguêses o programa de ocupação política e econômica do mundo. Seduzia-os a bacia do Prata — e eram tão numerosos e quiçá mais importantes do que os espanhóis em Buenos Aires. Violando ordens rigorosas de Castela, arrebatavam aos vizinhos da Ibéria as riquezas do Peru e convertiam-se nos mais influentes habitantes de Lima. Era preciso acender os fogos da Santa Inquisição para baixar a fôrça avassaladora dos portuguêses na América. Tais movimentos, que o ilustre historiador Jaime Cortesão vem minuciosamente explicando na "Introdução à história das bandeiras", apresentaram sensível efeito sôbre o Brasil em geral e a Amazônia em particular.

Conforme tivemos oportunidade de referir, o reduzido número de habitantes da nação portuguêsa, não lhe permitiu ocupar efetivamente os territórios administrados ou colocados sob a suzerania da coroa. Não obstante os esforços dos orientadores da política imperialista, traduzidos em sábias disposições, de que nos dão notícia as "Rulers of India", admiràvelmente concebidas, a colônia não pôde ser colonizada.

Assentava o Brasil numa grande extensão territorial, mas ficaria subordinado ao crescimento

natural dos grupos humanos que já abrigava, se o rei D. João VI, às vésperas de deixar o Rio de Janeiro, não houvesse aberto as portas à imigração. Dos cinco milhões de alienígenas de diversas fontes, que, a partir dessa data, entraram no país, um milhão e meio retornou à pátria de origem, o que dá, na realidade, apenas três milhões e meio, em grande parte hoje mesclados aos descendentes dos lusitanos, índios e negros. Por aí se vê como é relativamente pequena a contribuição imigratória ao desenvolvimento da comunidade brasileira e como pràticamente, não começou ainda a verdadeira imigração para o país. Considerando que os estrangeiros, por temer o clima e encontrar melhores possibilidades no leste e no sul, evitaram o nordeste, o norte e o centro-oeste, entende-se a razão mais recente, somada aos fatôres históricos responsáveis pelos desertos da periferia.

Eis por que a Amazônia, em plena metade do século XX, permanece no estágio econômico que conseguiu atingir, graças ao "rush" da borracha, ainda em fins do século passado. Sem o concurso de novas culturas raciais, insulada do resto da República, a planície amazônica forçosamente atestaria nos seus quadros demográficos a pobreza de números e o empirismo das atividades econômicas a que se dedicam. O recenseamento nacional de 1940 registrou 1.462.420 habitantes como total geral verificado no Território do Acre e nos Estados do Pará e Amazonas, nestes dois últimos compreendidas as áreas dos atuais Territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé. De acôrdo com as declarações formuladas, dêsse número, a maior parte, no Estado do Pará, empregava-se nas atividades domésticas e atividades escolares, seguida

dos que se empenhavam na agricultura, pecuária e silvicultura, com margens relativamente apreciáveis para as indústrias de transformação e comércio de mercadorias; as indústrias extrativas absorviam 60 mil pessoas, os transportes e comunicações, 11 mil, a administração pública, o ensino público e a justiça, 7 mil e quinhentos. No Estado do Amazonas, 68 mil pessoas serviam na agricultura, pecuária, e silvicultura, 46 mil na indústria de transformação, 7 mil no comércio de mercadorias, idem, nos transportes e comunicações, 3.000 na administração, justiça e ensino público e 117 mil nas atividades domésticas e escolares. No Acre, a agricultura, pecuária e silvicultura absorviam 7 mil habitantes de mais de dez anos de idade, 15 mil estavam na indústria extrativa, 600 empregados na indústria de transformação, 1.200 no comércio de mercadorias, 700 nos transportes e comunicações, 500 na administração, justiça e ensino público e 20 mil nas atividades domésticas e escolares. Para melhor compreensão, foram desprezadas as frações, mesmo porque, quase oito anos decorridos, êsses números estão sobremodo alterados, principalmente com o novo surto da borracha para a guerra — e servem apenas como base de informação.

Na realidade nua de sua distribuição ao longo da planície, as populações amazônicas podem ser divididas em habitantes das cidades e moradores do interior. A maioria, de raizes mais antigas, procede dos portuguêses dos Açores, do Pôrto, de Mazagão, dos índios que constituiam numerosa população nativa e dos africanos introduzidos para a exploração agropecuária. Dos 25 mil negros trazidos durante o período colonial, conforme a

assertiva de Antônio Periassú, sòmente restavam 20 mil, no momento da Abolição. Os descendentes se diluiram no "melting pot" regional. O que restou, como elemento preponderante, foi o caboclo, nome dado ao mestiço de índio com português. Psteriormente em período bastante próximo, chegaram sírios, italianos e espanhóis, assim como, bem recentemente, os japonêses. Em grande migração interna, forçada pelas sêcas e impulsionada pelo desejo de fortuna rápida, contingentes nordestinos se foram incorporar ao cadinho racial amazônico. Na divisão das tarefas, êsses grupos humanos se repartiram de maneira que os portuguêses, espanhóis, italianos e sírios ficaram com as atividades comerciais, bancárias e industriais. Os japonêses iniciaram culturas de pequeno porte em Maués, Parintins, Tomé-Açu e Monte Alegre, introduzindo, no primeiro daqueles municípios, a cultura da juta. Dos alienígenas, foi assim, o japonês o único que concorreu substancialmente para a modificação dos métodos de exploração da terra na Amazônia. Enquanto isso, o caboclo permaneceu no interior, sem instrução, sem saúde, sem assistência, de qualquer espécie, alimentando-se da caça e da pesca, sustentando precária cultura de quintal e de várzea de rio. As populações das cidades, notadamente Belém e Manaus, e, já agora, Macapá, vivem com o confôrto possível numa terra ainda para pioneiros, sendo motivo de satisfação para os moradores da planície o desenvolvimento alcançado pelas duas principais cidades. Com exceção das populações suburbanas, que apresentam os baixos níveis de vida conhecidos em tôdas as zonas não urbanas do Brasil, os residentes nas cidades conduzem um nível de exis-

tência que causa inveja ao modestíssimo homem do interior. Êste, geralmente sustentando numerosa família, habita as margens dos rios, em rústicas moradas, feitas com paxiuba e jupati, esteios de madeira e cobertas de palhas de ubucu, ubi ou cavaco. Modificando a paisagem, o nordestino planta a sua casa de adobe, com jardim e pequeno roçado em tôrno. Ambos, o caboclo e o nordestino, de origem indígena, fundem-se e compreendem-se muito bem, pois o primeiro serve de guia e adaptador ao segundo, no contacto com a floresta e com os novos métodos de vida. Formam o "background" da população do vale. Os hábitos, insulamento, ausência quase total de aproximação com outros grupos raciais, estão criando sério problema, pelo modo como o resto do país crescentemente se diferencia do tipo a que pertencem. Essa é a população que levava João Ribeiro a prever, num possível desmembramento do Brasil, o fulcro do separatismo na Amazônia. Se continuar a diferenciação, dentro em breve será pouco fácil se entenderem as populações amazônicas como parte de um todo na Federação.

A solução adequada seria o encaminhamento de correntes imigratórias para o vale amazônico. E, ao propor semelhante medida, que sempre chocou os sentimentos nativistas da região, não nos deixamos iludir pelo deslumbramento de quantidades demográficas, porquanto temos bem presente a lição de Giorgio Mortara de que o número dos componentes representa uma das circunstâncias de que depende a capacidade de ação de um povo, mas, não a única e nem sempre a mais importante. "A extensão, situação e configuração

do país, os seus recursos naturais, o próprio clima, são outras circunstâncias de grande relêvo, inerentes ao meio físico; o estado sanitário, intelectual e econômico da população, o nível da técnica produtora, a coesão oficial e nacional são outras circunstâncias referentes ao meio humano, que também contribuem para determinar o que, de maneira vaga e imprecisa, se chama "a fôrça" de um povo, ou, melhor, de uma nação", diz o notável catedrático da Universidade de Milão. Sòmente com essa diretriz, a região amazônica sairá do empirismo que marcou os seus homens do interior como precários seringueiros, balateiros, seringalistas, caucheiros, castanheiros, madeireiros, coletores de couro e peles, guaranaseiros, piaçaveiros, lavradores de mandioca, milho, arroz, cana de açúcar, algodão, cacau, fumo e juta, pescadores fluviais e marítimos, criadores e vaqueiros do Marajó, baixo Amazonas, Rio Branco e Amapá, garimpeiros do Rio Branco. Com o impulso de culturas orientadas por outros processos, a população poderá sair do regime de apanha primitivo para o de produção racional. E, sobretudo, apropriar-se efetivamente do solo.

Quem analisar, como acaba de fazer o economista Evaldo Silva Garcia, os índices de apropriação da terra no Brasil, chega a conclusões que exigem meditação. Em primeiro lugar, o povoamento é o fator a que está relacionado, fundamentalmente, o grau de apropriação da terra. Utilizando os resultados do mencionado estudioso, verifica-se que as zonas norte-oriental, sul-oriental e meridional do Brasil, abrangendo 1.710.180 quilômetros quadrados, superfície algo superior à

do Estado do Amazonas, abrigavam três quartos da população total do país e abrangiam 52,83% das áreas apropriadas, isto é ocupadas no território nacional. Enquanto isso, as que denomina de zonas de transição e periféricas, nas quais se inclui a Amazônia, com quatro quintos da superfície total do Brasil, só tem 47,17% das áreas apropriadas. Nas zonas periféricas, 9% das terras não estão no âmbito da propriedade privada e a área disponível é bem menor, porque naqueles números não estão compreendidas as extensões tomadas por cidades, rios, pântanos, lagoas e outras. No Acre, o índice de apropriação da terra, relativamente elevado, como caso atípico, é de 45,71%, no Pará, é de 7,40% e, no Amazonas, de 4,66%, o mais baixo do Brasil.

As populações amazônicas necessitam do concurso de outros povos para aperfeiçoar o seu padrão de vida e ingressar definitivamente na civilização. Para tanto, é mister que os governos regionais tenham presente as considerações do governador do Estado do Amazonas, Sr. Leopoldo Neves, na mensagem à Assembléia Legislativa referente ao exercício de 1947: "Região de feição característica, onde a vida ainda se processa de maneira tumultuária na aquisição de suas riquezas, ela reclama, por isso mesmo, grande observância no processo de substituição do modo de existência atual quase nômade de suas populações rurais". E, o govêrno federal considere a experiência contida no testemunho de David E. Lilienthal, o administrador que, depois de orientar os trabalhos da gigantesca recuperação do vale do Tennessee, acentuou que se tratava de uma iniciativa do go-

vêrno central através de uma administração descentralizada. E que as populações foram convocadas e participam ativamente dos trabalhos e planejamentos, inclusive alterando as deliberações da autarquia com que a União norte-americana se propôs a modificar — e modificou para melhor — o padrão de vida num dos trechos necessitados dos Estados Unidos.

13 — O SISTEMA ECONÔMICO

Depois de passar por um largo período de cultura agrária, a Amazônia retornou, neste século XX, ao estágio econômico do Descobrimento.

Vários motivos contribuiram para essa volta ao fundo primitivo da cultura do vale. Desde já, é possível reconhecer, entre as circunstâncias negativas assim alinhadas, a pobreza demográfica da região, a falta de contribuição de novos métodos de vida pela introdução de imigrantes, o crescente deslocamento dos centros de interêsse econômico-social para o sul do país, a vastidão da área, o seu quase intocado revestimento florístico, a organização municipal, a ausência de crédito e a estagnação da capacidade empreendedora das elites Além da conseqüente atrofia da agricultura, da senilidade dos meios de transporte, do anquilosamento da pecuária e da manifesta incapacidade industrial, surgiu como elemento definidor dêsse precipitado o avanço de uma civilização que gira sôbre rodas. Nem o transporte aéreo prescinde de pneumáticos — e eis a Amazônia, no alvorecer do automóvel, a encher de pneus o mundo e, 30 anos decorridos, convocada para a guerra com a

matéria-prima de suas seringueiras. Dois impactos, tão fortes, eram de molde a abalar sèriamente o arcabouço econômico de uma zona onde a atração da "hevea" desperta chamados atávicos na alma de populações habituadas às generosidades da economia florestal. Sobretudo pela ausência de exploração agropecuária ou de empreendimento industrial de transformação que, passado o "rush", atraísse novamente os desviados, repondo a economia em têrmos de equilíbrio. Não foi o que se verificou. Hoje, encerrada a segunda guerra mundial, a estrutura econômica da Amazônia repousa sôbre um artifício. Um artifício econômico — única solução encontrada para contornar a "debacle" do após-guerra — e que em 1951, ou antes, fará sentir os seus efeitos, caso as populações amazônicas não deparem outra forma de exploração econômica acima da borracha.

Neste instante, mais de um milhão de brasileiros concentra suas energias na extração de um produto que custa Cr$ 7,50 no mercado externo, abundantemente provido e, só por artifício de salvação pública, custa o dôbro no mercado interno. Vale a pena o artifício, sabendo-se que não poderá subsistir, que, em 1950, ano limite para a lei que o instituiu, a situação dos mercados será semelhante e, um dia, terá de ser enfrentada a crua realidade? Valerá, talvez, como panacéia, para evitar, momentâneamente, mal maior. Não é razoável entretanto, que sirva de suporte para empreendimentos regionais, porque é uma falsidade econômica, como falsa é a base de todo o sistema econômico da Amazônia desde que retornou a economia predatória.

Analisando a evolução da Amazônia, como unidade geopolítica não se pode concluir que lhe seja uma fatalidade um destino inevitável, a exploração única dos recursos naturais. Remontando aos primórdios da conquista, veremos que os primeiros europeus a iniciar o aproveitamento das riquezas do grande vale foram os holandeses e os inglêses, que comerciavam com os índios os produtos de sua caça, pesca e agricultura rudimentar. A essa época, os franceses de La Ravardiére, apoiados na base de São Luís, detinham o avanço dos portuguêses para noroeste e preparavam a posse da Amazonia, onde os índios recebiam bem aos flibusteiros europeus que por ali andavam como em coisa sua. Pois bem refletia o espírito dos inimigos de Castela o conceito do rei francês que, a propósito de Tordesilhas, dizia não conhecer a verba testamentária pela qual Adão legava o mundo a Portugal e Espanha.

Expulsos os franceses da França Equinocial, livre o caminho para a bacia hidrográfica cobiçada, os portuguêses fundaram Santa Maria de Belém do Grão-Pará, arrasaram os fortes e eliminaram os competidores das margens do Amazonas. Interessavam aos lusos as "drogas do sertão" denominação genérica aplicada à canela, cravo, cacau, baunilha, raizes aromáticas. E ouro. Mas a sábia política colonial portuguêsa, a exemplo dos holandeses, que haviam iniciado a cultura de cana de açúcar no Xingu, inspirou a plantação de cacau, cana de açúcar, algodão, arroz e café. As lavouras eram apoiadas no braço índio, único de que era possível dispor, o que determinou, como primeira imposição da conquista econômica, a caça às tribos

aborígenes, pelas tropas de guerra, pelos pelotões de resgate e mediante o concurso de catequese religiosa. O desenvolvimento se verificou nas condições que o meio e o ambiente histórico permitiam. Já em 1730, ou seja, um século depois, vicejavam 1 milhão e 500 mil cacueiros e, 23 ànos mais tarde eram colhidas 4.275 arrôbas de café. Em 1800, funcionavam 18 engenhos de açúcar, aguardente e álcool. O vale do Tocantins era a região mais cultivada e a exploração do cacau descia para o baixo Amazonas. Cinqüenta anos antes, a necessidade de descentralização administrativa obrigara o govêrno colonial a instituir a Capitania de São José do Rio Negro, que deixou riquezas do grande vale foram os holandêses e de atender aos prognósticos dos que tinham preconizado a separação do Grão-Pará. Graças, todavia, ao trabalho desenvolvido pelo General Pereira Caldas e, posteriormente, pelo extraordinário admidução agropecuária subiu. Um recenseamento oficial, em 1775, arrolou mais de 12.000 arrôbas de cacau, registrando-se mais de 200.000 pés de café e quase 50 mil de tabaco. O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira, já naquela época, classificava entre as principais dificuldades para o cultivo a falta de braços diligentes e produtivos, indolência e hostilidade dos índios, preferência pela colheita dos produtos naturais, arrogância dos portuguêses, assim como ignorância dos melhores métodos a adotar nas culturas. Chegando ao Rio Negro, Lôbo D'Almada iniciou a conquista efetiva do Rio Branco, introduzindo os ascendentes do atual rebanho do Rio Branco, incrementou a cultura do anil, suprindo de arroz, café, algodão,

cacau e salsa a unidade sob seu govêrno, conforme opinião de Araújo e Amazonas, recolhida por Artur César Ferreira Reis, o historiador moderno que maiores subsídios tem oferecido ao conhecimento da Amazônia. Lôbo D'Almada foi afastado por intrigas políticas e a capitania entrou em decadência. Mas dois anos antes da partida de D. João VI para Portugal, a produção agrícola ainda atestava índices apreciáveis. Quando foi criada a Província do Amazonas, em 1850, o primeiro presidente, Tenreiro Aranha, teve a visão do que se fazia mistér na Amazônia e expressou: A bem da agricultura, tenho feito conceber aos habitantes civilizados e aos indígenas a idéia de que se devem aplicar à cultura não sòmente dos produtos que antes já cultivavam com tantos proveitos, mas até as do cacau, cravo, goma elástica, guaraná, puxuri, salsaparrilha e outras espécies de muito valor que sendo por enquanto silvestres e com muitos riscos e árduos trabalhos extraídos das matas, podem vir a ser-lhes do maior proveito, se forem cultivados". Ao mesmo tempo, mandou fazer, por conta da fazenda da província, plantações dos gêneros de primeira necessidade.

As culturas na maior floresta fechada do mundo conheceriam, entretanto, a fôrça das necessidades universais de borracha. Apenas na segunda metade do século XIX, a goma elástica entraria com vigor na economia amazônica, se bem que já em 1827 trinta toneladas tivessem sido produzidas, rendendo a quantia de nove contos de réis. O impulso para dentro das matas foi de ordem impressionante, criando a configuração econômica que predomina na Amazônia. Apreciáveis

grupos humanos em que concorriam os nordestinos tocados pela sêca e pela ambição, da fortuna, se espalharam pelos rios. Em 1905, a borracha representava o segundo lugar entre os produtos de exportação do Brasil, logo abaixo do café, chegando a figurar com 40% do valor da exportação nacional, em 1910. De repente, tôda a riqueza sumiu, como por encanto. Porque tôda essa soma de interêsses não repousava numa estrutura econômica adequada. Enquanto os plantadores do Oriente dispunham de meios de financiamento e de métodos de cultura, os homens da Amazônia apanhavam pura e simplesmente o produto florestal. O luxo e os desperdícios, tornados famosos, assentavam num curioso mecanismo econômico que assim pode ser resumido: o seringueiro era contratado pelo seringalista, de quem todavia não era empregado; apanhava a borracha e entregava ao seringalista que, em troca, lhe facultava crédito em objetos de tôda natureza, correspondente ao valor orçado do produto; por sua vez, por conta da borracha, o seringalista obtinha dos "aviadores", em Belém, e Manaus, os objetos, comestíveis e utilidades que fornecia ao seringueiro. Nas duas capitais, os "aviadores" também por sua vez, levantavam compras a crédito dos importadores e atacadistas. Enquanto a produção fluia e era reclamada, o sistema funcionou bem. Quando a produção asiática inundou o mercado e Deus deixou de ser amazônico, o seringalista, cuja prosperidade era medida pela sua capacidade de dever milhares de contos de réis, ficou reduzido à extrema miséria. E, com êle, todos os componentes da cadeia de interêsses esfacelada pela desgraça.

Depois da experiência da borracha nativa, os amazônicos voltaram-se para outras modalidades de exploração da terra. Já a essa altura, a organização municipal do Brasil, atribuindo minguadas rendas aos municípios, a forma do exercício do crédito na região, onde não se empresta às atividades agropecuárias, a rarefação populacional cada vez mais em contraste com o povoamento das unidades do sul e de leste, na qual, por conseguinte mais se empenhava o govêrno federal e cresciam as riquezas, a paralisia das elites, tomadas de uma atitude bostoniana diante das novas exigências de trabalho, o abandono das populações à própria sorte, resultaram na forçada manutenção da indústria extrativa. As tentativas de agricultação da zona da Estrada de Ferro do Bragança, no Pará, sòmente cansavam as terras e apresentavam uma produção minguada. As regiões de campos naturais, onde cresce o velho gado, pobre, de pêso reduzido, não forneceriam elementos suficientes de abastecimento. Belém importa carne verde de Goiás, por via aérea. A incipiente agricultura não chega para as necessidades locais e, com tôdas as dificuldades, vimos o Acre apresentar maior área cultivada do que o Estado do Amazonas. Na hora em que a Amazônia foi convocada para fornecer borracha aos exércitos americanos, a precária economia regional sofreu outro golpe. De acôrdo com as conclusões do deputado Deodoro de Mendonça, ex-secretário geral do Estado do Pará, e um dos maiores produtores da região do Tocantins, a necessidade urgente de produzir borracha afastou o trabalhador dos castanhais, sem maior proveito, pois, via de regra, dedica metade do ano à borracha e outra metade à castanha.

Tôdas essas flutuações, marchas e decepções no panorama agronômico da Amazônia encontram explicação na insistência com que se aferra, tantos anos ultrapassados, à economia florestal. Enquanto depender de produtos de apanha e cotação incerta, a planície banhada pelo mar doce ficará sujeita aos mesmos inconvenientes de agora. Eis porque deve ser reputada de tôda necessidade uma revisão no sistema econômico amazônico. No momento em que a Constituição determina ao govêrno federal a aplicação de três por cento de suas rendas tributárias à valorização da extensa área, onde existem os quatro únicos Territórios continentais brasileiros, é uma tarefa nacional rever as causas fundamentais do desequilíbrio social.

As deficiências estão apontadas, os remédios devem ser estudados, inclusive, a transformação do Banco da Borracha no estabelecimento de crédito geral de que sempre necessitou a Amazônia; o fortalecimento das receitas municipais; o aproveitamento das florestas e a introdução da policultura racional; a reorganização dos meios de transporte, inclusive da rêde aeroviária amazônica; criação de assistência sanitária e educacional efetiva e introdução de correntes imigratórias apropriadas em áreas prèviamente escolhidas.

Se fôr possível adotar pelo menos duas dessas providências, de imediato — a irrigação de crédito e a policultura racional — estarão afastados dois grandes fatôres de desequilíbrio do sistema econômico. E, no momento em que a Colômbia, o Equador, o Panamá e a Venezuela fundem seus interêsses internos e externos na união aduaneira de uma Nova Granada, o Brasil estará preparado

para executar, na principal bacia hidrográfica do continente, a política que um dos homens mais avisados do país, o Sr. Valentim Bouças, prevê terá de ser exercida, muito mais breve do que se possa pensar, através de uma Divisão do Amazonas no Ministério das Relações Exteriores.

II

14 — O SISTEMA DE CRÉDITO

Se o desenvolvimento econômico do país depende da orientação traçada ao crédito agrícola e industrial, a Amazônia desconhece tanto um como outro. A rigor, não existe, pois, um sistema de crédito na Amazônia. Funciona uma estrutura bancária obsoleta e incerta, oscilando entre a pobreza de capitais e a falta de taxas favoráveis no mercado de dinheiro. Dos 27 estabelecimentos de crédito que operam nas seis unidades federadas da região, a maioria é constituída de simples bancos coletores. Realizam maiores benefícios em outras praças e concorrem para a exaustão dos municípios, de onde carreiam recursos para as sedes, sem efetuar uma correspondente redistribuição de crédito. Deixam de ser, portanto, fontes impulsoras do progresso, porque não consideram a lavoura, a pecuária e a indústria de transformação, preferindo operar nas cidades, mediante empréstimos comerciais garantidos, a altos juros e curto prazo. Aliás, não poderiam adotar atitude mais conveniente, porque é bem claro que bancos de depósitos à vista e a curto prazo não podem enfrentar, sem sérios riscos, empréstimos a juros baixos e longo prazo. Acresce que as operações

bancárias na Amazônia se ressentem de praxes ultrapassadas no moderno mundo dos negócios, e que lá persistem, acompanhando em escala descendente a inadequada organização brasileira.

Naquela parte do país, ainda não se formou uma tradição apoiada em fortes e regulares apelos à caixa dos bancos, que lhes desse a função de dínamos e reguladores dos empréstimos regionais. Os dois Estados que ali assentam, o Pará e o Amazonas, aos quais se viria acrescentar o Território do Acre e de onde seriam desmembrados os Territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé, tinham a sua economia apoiada na cultura agrícola, na exploração agropecuária e, concomitantemente, a apanha dos produtos naturais, sem exigência de extraordinários investimentos, quando o "rush" da borracha impôs a necessidade de um sistema de crédito capaz de servir de suporte a uma economia que chegava a representar o segundo lugar nas exportações da República. Singularmente, não se criou o crédito bancário. Apenas, os bancos intensificaram seus negócios com os comerciantes. Os produtores continuaram desassistidos. E, na oportunidade em que era aparelhado o financiamento de centenas de emprêsas de plantação da "hevea brasiliensis" nas Índias Orientais, a produção de borracha amazônica saía do fundo da mata virgem mediante curioso processo econômico a que já aludimos mas que não será desnecessário repetir. O seringueiro, que não era empregado do seringalista, obtinha dêste, o dono do seringal, adiantamento em bens e mercadorias, por conta da borracha que colheria. O seringalista levantava êsses bens, nas praças de

Manaus e Belém, aos "armadores", a crédito do produto que estava sendo colhido. Por sua vez, o "aviador" levantava mercadorias dos importadores por conta dos compromissos do seringalista. Todos, de alto a baixo nessa cadeia de interêsses, tinham proveito em movimentar ao máximo o mecanismo. Paradoxalmente, a fortuna do seringalista era medida não pelos bens que possuia, mas pelas dívidas que contraía na capital. No instante em que a borracha asiática inundou o mercado mundial, todo o singular sistema de "crédito", como acentua Araújo Lima, veio abaixo, arruinando aos componentes indistintamente.

Uma política bancária bem inspirada poderia diminuir os efeitos da "debacle" e orientar a economia amazônica para outros rumos. Era o instante em que deveria entrar em cena o Banco do Brasil, estimulando, como principal estabelecimento de crédito da nação, a pecuária do Marajó, do baixo Amazonas e do Alto Rio Branco, fortificando a retomada das tradições agrícolas da região ao longo da Estrada de Ferro de Bragança e noutras áreas, incentivando a indústria de transformação nos núcleos urbanos mais adiantados. A transição para outro estágio econômico, numa região assim desprovida do arcabouço em que se apoiava, sòmente poderia ser propiciada mediante a irrigação de crédito criteriosa, levado das fontes de onde promanava intacto. Tendo entretanto contribuído com elevadas percentagens para a renda nacional, a Amazônia naufragou, abandonada do govêrno da União, regredindo ao estágio econômico em que a penetraram os primitivos portuguêses. Lançou-se à extração de produtos da

terra e da água, de cotação incerta e necessidade de segunda escala, sem método, sem orientação, sem esperança. Daí partem as amargas recriminações com que as populações amazônicas encaram as iniciativas surgidas em qualquer ponto da Federação e que se relacionem com seu labor.

Sem irrigação financeira, as atividades cairam no marasmo. Sòmente a indústria extrativa, baseada notadamente na castanha, madeiras, sementes, fibras, essências e peles silvestres, com a rudimentar agricultura e a pobre pecuária, mantinham as populações, até que a urgente necessidade de uma fonte de abastecimento de borracha no hemisfério, comprometidas as plantações do Oriente, forçou o govêrno norte-americano a acordar com o govêrno brasileiro a criação do Banco de Crédito da Borracha, para assegurar o financiamento da produção de goma elástica. A constituição do Banco foi autorizado pelo govêrno federal através do Decreto-lei n° 4.451. de 9 de julho de 1942, mas sòmente em fevereiro do ano seguinte entrou em funcionamento efetivo. A necessidade de um autêntico instituto de crédito se fazia tão premente, que o capital inicial, de 50 milhões de cruzeiros, teve de ser triplicado, em menos de um ano e meio. Desde que intensificada a indústria extrativa de borracha, a região amazônica passou a depender do Banco de Crédito de maneira completa. Em quatro anos, a entidade passou a ser encarada como a espinha dorsal de sua economia. Por essa razão, encerrada a guerra, eliminada a necessidade do produto que determinara sua abertura, mesmo assim o Banco da Borracha não pôde fechar as portas, como seria natural. Os característicos do

organismo de emergência nem por isso deixaram de influir na marcha do instituto e eis que, retirados os diretores norte-americanos, entrou em colapso, abalando o organismo econômico do vale. A essa altura, o Banco do Brasil que, pràticamente, deixara de operar na região norte, foi convocado a acudir o estabelecimento em crise, atendendo-lhe a apelos antitécnicos à sua caixa. Dessa forma, segundo exposição do Sr. Otávio Meira, presidente do B. C. B., perante a Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, em sucessivos pedidos de crédito o estabelecimento que dirige levantou no Banco do Brasil cêrca de 60 milhões de cruzeiros. Com êsses e outros recursos, providos pelo govêrno federal, após gestões junto ao presidente da República e ao ministro da Fazenda, foi possível manter, êste ano, o "status" econômico que a guerra veio recriar na Amazônia. Depende, entretanto, o Banco da Borracha de importantes providências complementares, para evitar nova crise na planície amazônica contida no Relatório do Banco do Brasil para 1948, em que as autoridades da casa previnem não ser possível fazer crédito agrário e industrial, no volume e extensão solicitados, com freqüência, por associações de classe e órgãos interessados, sem prover, com recursos suficientes e a juro baixo, a Carteira distribuidora do crédito. "O fulcro do nosso crédito agropecuário — diz o Banco — está no fornecimento de recursos para as aplicações, a custo capaz de permitir empréstimos a juros suportáveis pela lavoura e pela pecuária".

Ora, o Banco de Crédito da Borracha, indenizados os acionistas norte-americanos que dêle agora

se despedem por não lhe necessitarem os serviços e não concordar com a estrutura de banco de fomento da produção em seus variados aspectos, prepara-se para exercer amplas atividades, através de Carteiras de Crédito Agrícola e Industrial, Crédito Geral e Comercial, visando estimular o saneamento, colonização, abastecimento das zonas de produtos nativos de valor econômico e comercial, aquisição de maquinismos, utensílios e materiais necessários à colheita, beneficiamento e guarda dêsses produtos, plantio e cultura sistemática, desenvolvimento dos meios de transporte entre as regiões produtoras e as consumidoras, organização de cooperativas de seringueiros, seringalistas e outros extratores de matérias-primas. Compreendem os mais urgentes problemas da região e, por isso mesmo, exigem fundos suficientes e regulares, para evitar como expressa o mencionado Relatório do B. do Brasil que, enquanto não tivermos recursos para criar bancos especializados destinados a um amplo crédito agrícola, se torne impossível o financiamento adequado da produção.

15 — OS TRANSPORTES

A distribuição dos transportes na Amazônia indica a predominância das aquavias e aerovias.

E' uma conseqüência de caracterizarem a região a maior rêde fluvial e a maior extensão de floresta fechada do mundo. Enquanto subsistirem as atuais condições, isto é, enquanto as águas forem os únicos caminhos de penetração no imenso revestimento florístico, as ferrovias constituirão um empreendimento econômico de alto custo, as

rodovias estarão logo em seguida, na mesma proporção. Às aquavias ficará o papel de devassar a terra e carrear a produção. E às aerovias a reunião de todos os meios num tronco aeroviário à altura de vencer os obstáculos do solo, da floresta e da água. O ciclo de construção de estradas de ferro, já considerado findo no Brasil, passou através da planície deixando a marca dos trilhos da E. F. de Bragança, no Pará, com 377 quilômetros de linha, a E. F. Madeira-Mamoré, imposição de um tratado internacional, com 366 quilômetros de extensão, contornando os trechos encachoeirados do rio Madeira e a pobre E. F. do Tocantins, também para contornar trecho encachoeirado de rio, em estado de destruição na bacia do Tocantins. As vias são deficitárias, acompanhando a queda da receita de tôdas as ferrovias brasileiras em conjunto, que, em 1934, atestaram saldos favoráveis de 11% e, de 1946 em diante, entraram em regime de saldos negativos. O material usado é obsoleto e carece de renovação, no que também acompanharam o quadro geral dos ferrovias nacionais. De 1934 a 1945, estas aumentaram em 102% o total de toneladas quilômetros de bagagens, encomendas e mercadorias e registraram apenas 10% de acréscimo de carros e 8% de locomotivas.

Muito pouco é possível esperar da E. F. de Bragança e da E. F. Madeira-Mamoré. As verbas de um plano de valorização econômica da Amazônia não poderão atender a ampliações de grande vulto e o Plano Salte — de Saúde, Alimentação, Transporte e Energia — orienta-se noutro sentido, preferindo articular entre si as

linhas ferroviárias esparsas e não desperdiçar esforços em obras novas. Acreditam os autores do Plano que a solução rodoviária é a mais indicada para o problema brasileiro de transportes, pelas vantagens de tôda natureza que oferece. Ademais, opinam que o papel de penetração e consolidação do espírito nacional em regiões distantes, outrora reservado à ferrovia, é, agora, perfeitamente desempenhado pela aviação e pelo rádio. Mas como sòmente os elementos de contacto não são suficientes e o transporte aéreo ainda não substituiu os demais na condução de altas tonelagens, urge construir rodovias para interligar os núcleos produtores. Todavia, não é tarefa convidativa na Amazônia. Segura indicação do reduzido índice de rodoviação na planície está no fato de que, em 1945, o Estado mais desenvolvido, o do Pará, contava sòmente 440 autocaminhões de carga e 300 automóveis de passeio. No terreno das previsões, figuram, não obstante, estradas que desempenhariam papel de relêvo, como a de Anápolis-Belém, a de Cuiabá-Pôrto Velho, assim como a de Fortaleza-Belém. Por outro lado, a ligação Macapá-Clevelândia, cortando o Território do Amapá de alto a baixo, no sentido de Caiena, é da mesma importância que a conclusão da rodovia Manaus-Caracaraí-Boa Vista, atravessando a região das matas e atingindo a dos campos do Território Federal do Rio Branco. Essa estrada não deve parar em Boa Vista, é necessário que prossiga até alcançar Georgetown, na Guiana Inglêsa. Quando se verificar a ligação Manaus-Georgetown, serão enormes as vantagens de que desfrutarão o Estado do Amazonas e o Território do Rio Branco. Por sua vez, a estrada partindo

do Rio Branco no sentido da Venezuela unirá as economias dos vales do Amazonas, do Orinoco e do Demerara dando-lhes o eixo e as duas pontas do sistema um pôrto de mar sôbre o Atlântico, próximo à América do Norte e à Europa.

Enquanto as rodovias não podem cumprir desempenho mais relevante a rêde fluvial solicita ampla consideração. Os que conhecem a região amazônica reconhecem a importância das "estradas que andam" e a economia comprova a modicidade do custo de transporte por águas interiores, em relação aos demais sistemas. Os meandros do que Raimundo Morais denominou de "aranhol potâmico" permitiram a incursão pelos recessos mais íntimos da mata, até onde subiram exploradores, e, em período mais próximo, as massas humanas em busca do leite da seringueira, da castanha do Pará, das variadas essências e produtos nativos. A corrida pela borracha obrigou à criação de uma frota regional de vapores, conhecidos, segundo o calado e as características, como "gaiolas", "chatas", "chatinhas", e "vaticanos", os maiores destinados aos longos percursos das caudais e os menores de preferência à navegação dos altos rios, sujeitos, como no Acre e no Rio Branco, a rigoroso regime de estiagem, secando vários meses por ano, quando ficam as praias a descoberto e, não raro, o próprio álveo do rio. Freqüentes vêzes, uma embarcação de apreciável calado vai navegando e, de súbito, os passageiros podem ser convocados a descer a pé enxuto, a fim de escorar o navio, surpreendido pela vazante.

Implantada a borracha asiática no mercado mundial, a frota da Amazônia não pôde ser reno-

vada. A castanha, convertida em suporte da economia, não era tão urgentemente necessária — apenas um dos muitos produtos de sobremesa do solo brasileiro. Mesmo assim, valorizou a navegação do Tocantins, definida pelo emprêgo de "motores", embarcações no máximo de 30 toneladas, movidas a óleo cru que sobem e descem o rio, contornando as pedras das cachoeiras, num heroísmo cotidiano e banalizado. Observando o funcionamento da navegação do Tocantins, Américo Barbosa de Oliveira concluiu que é possível navegar, com relativa segurança, nos tipos de barcos existentes, desde que o motor disponha de uma potência da ordem de 2 cavalos vapor por toneladas de registro. Assim, o Tocantins, devido às corredeiras, exige uma potência quatro vêzes maior para o deslocamento da mesma tonelagem do que a empregada em qualquer rio de pequena declividade, o que representa um frete quatro vêzes mais onerado pelo esfôrço de tração do que no comum dos grandes rios navegáveis. Entretanto, apesar de tôdas as dificuldades, seu valor não atinge a metade do frete rodoviário normal e não exigiu ainda despesa alguma de construção ou reserva. Em 1890, diz ainda o mesmo estudioso, iniciou-se em Alcobaça a construção de uma estrada de ferro (E. F. do Tocantins) destinada a substituir a navegação no rio até Praia da Rainha. O mato invadiu o leito da estrada e os índios expulsaram todos os moradores. Hoje, cogita-se de retomar os trabalhos; entretanto, seria mais aconselhável proceder ao melhoramento do rio do que construir tão dispendiosa estrada.

As peripécias da navegação no Tocantins não constituem regra na Amazônia pois a maioria dos

grandes cursos dágua e seus tributários oferece ampla freqüência às embarcações. Impõe-se, portanto, restaurar a frota fluvial decrépita e é pouco provável que o seja por iniciativa particular, como na fase áurea de exploração da borracha. As circunstâncias indicam que ao poder público caberá êsse trabalho. Aliás, com exceção de pequenas organizações paralelas, a detentora do transporte fluvial na bacia é uma autarquia econômica do govêrno federal, intitulada Serviço de Navegação do Amazonas e Administração do Pôrto do Pará. O SNAAPP, sigla pela qual é conhecido, incorporou os serviços das antigas companhias inglêsas "The Amazon River Steam Navegation Company (1911) Limited e "Port of Pará", que muito contribuíram para a regularidade das comunicações regionais e com o exterior. Ao iniciar-se a gestão do govêrno central o S. N. A. A. P. P. contava com "52 unidades flutuantes, para todos os seus serviços, que abrangem o transporte de passageiros e carga dos portos principais dos Estados do Pará e do Amazonas, Território do Acre e algumas das Repúblicas sul-americanas (Bolívia, Peru, Colômbia) e Guianas Francesa e Holandesa". Não tem sido possível dotar o organismo de um número de navios reclamado pelas necessidades locais, gerando impaciências entre viajantes e transportadores. A autarquia federal reflete o panorama da Amazônia, onde está por criar uma exploração econômica estável, assecuratória de inversões na indústria de transportes. Para defender melhor escoamento à produção, é necessário reaparelhar os portos de Belém e Manaus, que figuram entre os de maior extensão acostável com que conta o país. O Plano SALTE procurou atender a essas

necessidades, destinando, respectivamente, ao primeiro, 26.990 milhares de cruzeiros, e ao segundo 10.211 milhares de cruzeiros. No pôrto de Belém, inclusive, 6 milhões de cruzeiros para a reconstrução de 600 metros de cais no bulevar Castilhos França, há anos derruídos e, no de Manaus, 1.500 milhares de cruzeiros para construção de um flutuante com estrutura de ferro e piso de concreto. Com a ampliação da capacidade de seus dois maiores portos, a região amazônica ficará em melhores condições para equilibrar a sua balança comercial, que lhe é fortemente negativa.

Ao mesmo tempo que se restaure a navegação fluvial, é conveniente estudar a articulação das linhas de navios com a navegação aérea. Águas favoráveis constituem o melhor pouso de aviação na Amazônia e o emprêgo de aviões anfíbios permite cruzeiros regulares que reduzem a horas a distância de meses entre as ilhas econômicas do deserto verde. A significação das aerovias, inauguradas pela Panair do Brasil, em 1933, transcende os limites políticos do Brasil e vai até o Peru, cujo pôrto fluvial de Iquitos é terminal da rêde aeroviária amazônica. Os caminhos aéreos aproximaram as populações separadas pela floresta e pela distância. Sòmente em 1945, um ano após a criação do Território Federal do Rio Branco, a remota unidade federada mais distante do Rio de Janeiro do que a cidade de Londres, com uma população de apenas 15 mil habitantes, registrou 349 passageiros que, por aerovia, atravessaram uma das regiões mais desconhecidas do mundo. Nesse mesmo ano, sòmente uma das emprêsas aerotransportadoras que servem à planície

conduziu 143 mil quilos de carga na rota Rio-Belém.

Ultrapassada a ferrovia, ainda não possível a rodovia, resta à Amazônia nestes próximos anos, articular o caminho fluvial com a estrada aérea, quebrando o insulamento de suas populações e garantindo pronta colocação para os produtos do vale do rio-mar.

16 — A ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL

A organização municipal é uma das causas da estagnação econômica da Amazônia.

Devido às condições primitivas em que se encontra a maior parte da região norte do Brasil, verifica-se ali maior incidência dos resultados de um fenômeno de estrutura nacional — a participação dos municípios do interior no dinheiro arrecadado, cobrado ou emprestado na República. Considerando bem a deslocação das rendas públicas no país, os recursos fluem dos municípios para as capitais dos Estados e destas para a capital federal. No encaminhamento das rendas para a capital, seguem, deixando o município, o valor dos depósitos bancários, as contribuições para institutos de previdência e autarquias econômicas, além de várias outras modalidades de evasão das disponibilidades financeiras.

As cifras referentes a quatro períodos fiscais do Brasil, escalonados em decênios, exprimem a precariedade dos recursos tributários de um milhar e meio de municípios do interior, em face das entradas financeiras do govêrno federal e das administrações estaduais. Em 1907, por exemplo, a

União arrecadou 536.000 contos de réis, os Estados e o Distrito Federal 206.653 e os municípios 71.005; em 1917, a União teve 537.441 contos da renda total do país, os Estados e o Distrito Federal tiveram 319.097, e os municípios 106.382 contos de réis; já em 1927, a arrecadação do govêrno federal era de 2.039.506 contos de réis, enquanto a dos Estados e do Distrito Federal alcançava 1.170.237 contos, e a dos municípios mal passava dos 300 mil contos, exatamente 334.308; o ano fiscal de 1937 foi encerrado com 3.462.476 contos de réis, para o govêrno central, 2.139.401 para os Estados e o Distrito Federal, e 672.752 para os municípios; finalmente, em 1946, segundo dados ainda sujeitos a retificação, de um total de 21 biliões, 626 milhões e 196 mil cruzeiros arrecadados pelos três aparelhos tributários, a União obteve 11 biliões, 256 milhões e 576 milhares de cruzeiros, os Estados e o Distrito Federal receberam 8 biliões, 448 milhões e 870 mil cruzeiros, enquanto os municípios tiveram apenas 1 bilião, 607 milhões e 750 mil cruzeiros.

À primeira vista, o crescimento das rendas parece atestar saúde econômica. Mas a verdade é que a evolução é ilusória. A vida encareceu e o dinheiro perdeu o poder aquisitivo. Se as condições no interior fôssem outras, o crescimento das rendas seria real, no valor do dinheiro e no aumento dos bens de consumo, beneficiando às três esferas administrativas, indistintamente. Isso não se verificou porque, acompanhando a fortuna que se retira e que não volta, seguem para a capital os demais componentes da economia do município e abandonam o interior, também para não mais voltar, os industriais, os profissionais liberais, os

homens de negócios, que formavam a sua substância e vão aglomerar-se nos grandes centros urbanos. Por sua vez, diminuídas, tornadas estanques ou extintas as possibilidades locais, em tôdas as camadas da população se registram desequilíbrios e desajustamentos, que terminam na marcha dos mais capazes pelo leito das rendas que se evadem.

Não cabe discutir as fatalidades históricas ou superveniências políticas que criaram e mantêm o atual sistema tributário, econômico e administrativo. Assinala-se, apenas, uma situação de fato. Mas é curioso observar como o govêrno está empenhado em restaurar as fontes sêcas da arrecadação das municipalidades do interior, no instante mesmo em que aumentam as contribuições compulsórias do Tesouro para a valorização de áreas abandonadas e o apêlo de erários estaduais à caixa da União. Tal empenho é mais compreensível, quando se sabe que as cifras acima examinadas, excluem do total arrecadado pelos municípios a renda das prefeituras das capitais, vastíssima em relação às do interior. Como que o presidente da República, a julgar pelas últimas manifestações públicas e o discurso do Recife, sente a necessidade de fortificar as disponibilidades das administrações locais, para que estejam em condições de enfrentar problemas de sua nítida competência, hoje transferidos, por incapacidade financeira, para os Estados e a União. E' um caminho acertado. O Brasil é o maior país independente da América, em território contínuo, seus problemas de administração conseqüentemente vastos, e não é possível acudir a todos os setores

a um só tempo. Impõe-se que cada comunidade municipal assente numa estrutura onde suas relações com o Estado e com a União não sejam de servo para senhor, de pedinte para esmoler. Para isso, é imprescindível que a organização das arrecadações tributárias e do sistema econômico se processe tendo como ponto de partida a Constituição de 1946, que aumentou as receitas municipais — receitas que só a Câmara e o Prefeito municipal como representantes da comunidade, podem aplicar no município, de acôrdo com "os peculiares interêsses" dêste, desde que o texto constitucional não determina nenhum outro aplicador.

Utilizadas pelas prefeituras do interior as rendas que lhes são atribuídas pela Constituição, os municípios amazônicos terão dado um passo apreciável no sentido de restabelecer a vida local. A rigor, em muitos casos, será autêntica criação. Algumas das mais extensas unidades de govêrno local do mundo estão reunidas na Amazônia. Há municípios que são verdadeiros países, maiores do que muitos Estados da Federação, como o de Altamira, no Pará, com 258.424 quilômetros quadrados, maior do que o Estado de São Paulo. Itaituba, na mesma unidade federada amazônica, é maior do que o Ceará, com 160.863 quilômetros quadrados. E Uapês, no Amazonas, com 169.051 quilômetros quadrados, é mais vasto do que Pernambuco e Paraíba reunidos.

Em virtude das dificuldades de administração e da pobreza das comunas, são assim extensos os municípios da região amazônica e não muito numerosos, relativamente ao tamanho das unidades federadas a que pertencem. Em tôda a área, isto

é, na grande região natural Norte, uma das cinco em que se divide o Brasil, há 97 municípios. Dois no Território Federal do Guaporé, sete no Território do Acre, 25 no Estado do Amazonas, 2 no Território do Rio Branco, apesar de ainda não instalado até hoje, inexplicàvelmente, o município de Catrimani, 57 no Estado do Pará e quatro no Território do Amapá.

Dêsse número devemos separar as capitais dos Estados e dos Territórios pois sempre desfrutam de maiores vantagens e benefícios. Na valorização econômica da Amazônia é mister considerar, em primeiro plano, os municípios do interior. Nestes é que nascem, crescem e precisam ser enfrentados os grandes problemas da planície. Os efeitos de seu abandono são dolorosos. Raros possuem assistência médica, pois os hospitais estão situados na sede do govêrno estadual. Mesmo aquêles que pela organização tributária do Estado, como os do Pará, atestam o segundo lugar na contribuição "per capita" de seus habitantes para as finanças municipais, não possuem meios sequer para administrar-se com regularidade. Em levantamento procedido no ano de 1945, sòmente duas cidades — e assim mesmo, sedes de govêrno, Belém e Pôrto Velho — dispunham de esgotos com sistema separador. Nesse mesmo ano, 14 municípios do Amazonas não dispunham de assistência médica ou sanitária de qualquer natureza, acompanhando a triste carência de 10 outras comunas do Estado do Pará. Habitantes que conseguem ir tratar-se na capital não voltam mais a êsses lugares esquecidos, onde ronda a morte sem esperança.

As atividades econômicas, reduzidas em grande parte à indústria extrativa, não permitem nível de vida melhor. Analisando a instabilidade da economia paraense, Desiré Silva, em "O Observador Econômico e Financeiro", demonstra que o impôsto de vendas e consignações, tributo que incide sôbre a mercadoria tantas vêzes quantas seja transacionada, garante oitenta por cento da receita estadual, enquanto o de exportação raramente atinge a três por cento. E comprova a debilidade da economia do Pará pelo fato de o impôsto de indústrias e profissões representar mais de oitenta por cento das rendas municipais, evidenciando "a falta de intensidade dos fatôres de vida econômica dos municípios paraenses". Sem contar com centros urbanos desenvolvidos, não pesa nos orçamentos municipais amazônicos o impôsto de transmissão "inter vivos", que lastreia as finanças dos Estados mais progressistas, como São Paulo e Rio Grande do Sul e também o Distrito Federal. Condenadas as populações da gleba a viver existência primitiva e sem aspirações, é fácil compreender quão baixos são os níveis de remuneração de trabalho. Até 1946, nos municípios de Guaporé e Alto Madeira, o salário mínimo mensal era de 290 cruzeiros. No Acre, 270 cruzeiros. Nas comunas de interior do Estado do Amazonas, estava fixado em 210 cruzeiros. No Território do Rio Branco, terra de alto custo de vida, 210 cruzeiros. E, no Amapá, 195 cruzeiros, como no Estado de que anteriormente fazia parte. Tendo em vista que o homem amazônico é prolífico por excelência e sempre sustenta numerosa família, os níveis de retribuição pelo seu trabalho são bastante eloqüentes.

Sem imigração, sem nenhum programa de colonização, como fazer marchar os municípios da região amazônica? Nem todos estão com a respectiva economia fundada na exploração dos recursos vegetais nativos. As comunidades servidas pela Estrada de Ferro de Bragança, as existentes na ilha de Marajó, outras no baixo Amazonas e na margem esquerda do estuário, algumas no Acre e a de Boa Vista, no Rio Branco ora se dedicam à agricultura e à pecuária, ora a ambas, concomitantemente. Mas é uma indústria empírica, rudimentar, asfixiada pela falta de crédito. Sòmente um sistema bancário moderno seria capaz de retirar do atoleiro uma exploração agropecuária que a Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Brasil não assiste e onde apenas enxerga o fantasma dos empréstimos antitécnicos.

Os quase cem municípios da região amazônica estão condenados à morte total e a fazer malograr qualquer tentativa de desenvolvimento econômico da região se deixarem de ser rigorosamente estudadas as suas necessidades, as causas da anemia econômica que os emperra, os remédios adequados para o seu equilíbrio. E se não fôr modificado o sistema tributário de que parcamente se alimentam, se não forem corajosamente introduzidas modificações de monta na forma pela qual contribuem para o país, sem lhe restar possibilidade de desenvolvimento, as verbas destinadas à intensificação da vida no deserto verde se perderão no sumidouro das obras em solução de continuidade. No município amazônico nasceu a Amazônia como unidade geopolítica, e nêle está perecendo a região, morta em suas células elementares. Resta a expectativa de que, com as novas rendas e outros

elementos de hábil estímulo ao crédito e a retenção dos elementos produtores, seja possível fazer, de baixo para cima, dos municípios para o Brasil, uma obra que a União não poderá enfrentar sem grandes despesas e vasta margem de prejuízos — a valorização econômica da Amazônia.

17. — A DEFESA NACIONAL

Um dos aspectos mais delicados da valorização da Amazônia é o que se relaciona com a defesa nacional.

Depois do ímpeto ocupador português e da migração contemporânea de massas nordestinas, a parte da bacia amazônica sob jurisdição brasileira não conheceu nenhum esfôrço de monta para o seu efetivo domínio. O primitivismo das populações do vale, o seu atrasado estágio econômico e, conseqüentemente, o reduzido rendimento das unidades federadas, afastaram da planície as atenções do govêrno central. A Constituição procurou corrigir o desequilíbrio, destinando parcela das rendas tributárias da União para desenvolvimento das energias regionais. A aplicação da verba federal surge como remédio e retomada de uma política esquecida. Com efeito, até 1946, não obstante a guerra no Atlântico, o vale amazônico estava olvidado como parte considerável do organismo nacional. A patriótica emenda apresentada pelo deputado Leopoldo Peres chamou, novamente, a atenção do Brasil para 41% de seu território, que se atrofiava, tomado pelo paludismo dos habitantes e pela anemia do sistema econômico. O Brasil voltava sôbre seus passos e verifi-

cava ter esquecido as lições da política colonial portuguêsa.

Os imperialistas da escola de Lisboa tiveram mais ampla visão geopolítica na América do Sul do que seus xenófobos descendentes. Sem possibilidade efetiva de empolgar quantitativamente esta porção do hemisfério, compreenderam que teria o domínio da América do Sul o povo que detivesse a posse de suas grandes bacias hidrográficas. Pelo Tratado de Tordesilhas, a Portugal não cabia nenhum dos dois principais sistemas potâmicos do continente, o do Amazonas, ao norte, e o do rio da Prata, ao sul. O primeiro foi possível arrebatar à Espanha, quanto ao segundo, não o obteve a Lusitânia. Mas empregou denodados e sutis esforços, de que nos dá notícia Jaime Cortesão, ao afirmar que houve instante em que os portuguêses constituiam a maior parte da população de Buenos Aires. Engastado o estuário platino na coroa de Castela, os imperialistas do Tejo voltaram-se para o Amazonas, trabalhando a bacia hidrográfica que lhes restava. A criação do Estado do Maranhão, com sede em São Luís e jurisdição sôbre o Grão-Pará e Amazonas, é um imperativo dessa política, tão bem desenvolvida pelo marquês de Pombal, que mandou um irmão governar o norte da colônia. A unificação do Brasil, primeiro com a vinda do Príncipe Regente D. João, depois com o reinado de seu filho e de seu neto, mais tarde com a República Federativa, também sediada no Rio de Janeiro, contribuiu para o enfraquecimento da noção de importância do rio Amazonas.

Nesta altura dos acontecimentos universais, nenhum perigo militar de origem sul-americana ameaça imediatamente a Amazônia brasileira. Todavia, é da máxima oportunidade considerar que, amanhã, a mesma teoria do "uti possidetis", que valeu a sua incorporação ao Brasil, pode ser invocada contra os interêsses nacionais. Que posse útil da terra detém o Brasil na Amazônia? Existe a realidade da jurisdição administrativa, que se dilui por florestas e águas, até esbater-se definitivamente em fronteiras mortas. Pois, com exceção das lindes do Amapá e do Acre, as fronteiras do Brasil na Amazônia são fronteiras mortas. Sete são os Estados e Territórios Internacionais que confinam com o Brasil na bacia amazônica, todos naturalmente desejosos de acesso ao curso mais largo e mais favorável dos grandes afluentes, interessados no complexo amazônico, ansiosos por saída para o médio Atlântico pela vasta estrada do mediterrâneo de água doce, atravessado como um braço de mar na cabeça da América do Sul. As naturais aspirações dos condomínios na maior bacia fluvial do mundo, exigem, de nossa parte, atento exame da realidade local e internacional, através de política que um homem da responsabilidade do Sr. Valentim Fernandes Bouças só compreende através da criação de uma Divisão do Amazonas, ao lado da proposta Divisão do Prata, no Ministério das Relações Exteriores.

O Sr. Valentim Bouças considera, por certo, os movimentos de articulação que se processam entre três povos, diretamente interessados na Hiléia, a Colômbia, a Venezuela e o Equador, juntamente com um quarto país, o Panamá, compreendido na província botânica amazônica. Isto

é, com os mesmos característicos vegetais que definem as terras drenadas pelo rio Amazonas. A restauração da Grã-Colômbia, compreendendo as parcelas que se juntaram em uma Federação efêmera, após a libertação do govêrno espanhol, em princípios do século passado, emprestará grande fôrça aos seus componentes, até agora impossibilitados de atitudes de alcance, em virtude da dispersão de esforços. Pela Carta de Quito, que acaba de ser assinada, fica estabelecida "a base da interdependência econômica dos países grã-colombianos dentro da unidade continental e de acôrdo com os princípios das Nações Unidas". Significa que a união aduaneira entre os países membros precederá a fusão, já em estudos por comissões especiais, do sistema de crédito da unificação da moeda, uniformidade do sistema de resseguros, coordenação de sistemas bancários, movimento de capitais e valores, tipos de câmbio, cotações de moedas, reunião de sistemas fiscais, e tributários. Cada uma das partes obrigar-se-á a atender preferencialmente, às necessidades das outras com saldos exportáveis em condições e preços que vigorem no mercado internacional. O convênio está aberto à adesão de qualquer Estado hispano-americano, "desde que se encontre em similar etapa de desenvolvimento econômico" e a Organização Econômica Grã-Colombiana gozará, em cada território, de capacidade jurídica e privilégios especiais. Não pode haver um organismo federativo que funcione em bases mais firmes e, se se levar em conta a satisfação com que os povos componentes do "agreement" acolheram a iniciativa, longamente amadurecida no espírito de cada comunidade, é de ver que surge no alto do conti-

nente uma unidade política e econômica, respeitável, com costas sôbre o Atlântico e o Pacífico, diretamente interessada no Amazonas.

Não nos movem apreensões injustificáveis pela convivência afetiva que preside às relações do Brasil com as demais Repúblicas do hemisfério. Mas a existência de uma nação não se mede pela durabilidade da geração dominante e na hora em que se amplia a internacionalização do vale amazônico, sob a inspiração fraterna das Nações Unidas, é imperioso que o país detentor de dois terços da área não compareça a essa reunião de povos com o mais parco contributo. Eis porque o primeiro passo da valorização da Amazônia brasileira deve ser o enriquecimento de seu cabedal humano. A defesa nacional, premência a que nenhuma nação se pode furtar de estabelecer, começa, na Amazônia, pela criação de uma unidade atuante, fortemente esclarecida e movimentada por uma população sadia e capaz. De acôrdo com um esquema estabelecido pelo general Inácio José Veríssimo, em 1941, o Brasil está dividido em três faixas, que constituirão os virtuais teatros de operações em caso de guerra: A primeira envolvendo o Amazonas, o Acre e o Pará (compreendidos os atuais Territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé); a segunda estendida ao longo de tôda a costa e constituída pelos portos e zonas de acesso a êles; e a terceira, envolvendo o Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso. Na primeira faixa, diz o general Inácio José Veríssimo, temos um grande teatro de operações, pelo fato de não possuirmos ligações interiores e, sim, ligações pelo mar, difíceis de funcionar em caso de guerra. O teatro amazônico é,

assim, uma espécie de grande ilha, um Madagascar destacado do centro. E no entanto se impõe defender esta ilha, assegurar a sua posse e evitar que a embocadura de seu grande rio seja ocupada pelo inimigo. "Além disso, pelo Amazonas — acrescenta o militar e geógrafo — temos fronteira com sete países, o que quer dizer, com sete interêsses e (ninguém se melindre com esta afirmativa) a nossa fraqueza lá pode ser também, durante uma guerra qualquer em que estejamos envolvidos, um incentivo a apetites imperialistas e a desejos de retificação de fronteiras". Seja como fôr, é ainda o pensamento do mesmo oficial, a nossa política, na Amazônia, em caso de conflagração, deve ser a de que a ilha de Marajó e seu arquipélago não sirvam de base naval e aérea inimiga e que alguém se lembre de aproveitar a oportunidade de uma guerra em que estejamos empenhados para penetrar pelas nossas fronteiras terrestres. Segundo suas observações, as fronteiras, constituindo uma linha inerte, não serão os pontos de apoio para a defesa. Esta se fará sôbre os eixos prováveis de penetração, ou sejam, os eixos do Amazonas e do rio Pará interessando a região de Belém e a do arquipélago de Marajó; o do Purus e Madeira, vindos do sul e interessando a região de Manaus; o eixo do Solimões, vindo do oeste e interessando ainda a região de Manaus; o do rio Negro e do Branco, interessando pelo norte, igualmente, a cidade de Manaus. Daí se impor a necessidade de estar o Brasil em condições de defender a embocadura do Amazonas, do rio Pará e do arquipélago de Marajó, assim como barrar qualquer penetração

que tome para eixo o Solimões, o Negro, o Branco, o Purus ou o Madeira.

Com a finalidade de assegurar êsse organismo de defesa, concebe o general Inácio José Veríssimo — e nós da mesma maneira — que é preciso equipar o teatro de operações, de modo que baste a si mesmo, encontre dentro de suas fronteiras uma economia e uma aparelhagem militar que o faça viver de seus próprios recursos. Como obter êsse "background" na Amazônia? "Considerar o isolamento atual dêsse teatro e apressar o levantamento de sua economia, de forma a torná-la menos dependente do resto do país". E' quando avulta a ação do Estado, ensaiada através dos Territórios de fronteira, de cuja valia tanto já significa o Território do Amapá.

No organismo brasileiro, a Amazônia não pode continuar a ser uma fronteira exposta, comprometendo o corpo da Federação. Pela criação de uma economia saudável, pelo enriquecimento quantitativo e qualitativo das populações do vale, estará assegurada a defesa nacional e a manutenção sob a bandeira da República, do mundo de terras e águas que o sonho cosmográfico português conquistou para o Brasil.

18 — SAÚDE E EDUCAÇÃO

Desde que a populações amazônicas atinjam a um bom nível de saúde estarão preparadas para receber a educação.

A fim de obter excelentes condições de higidez em todo o quadro demográfico da região terá sido necessário remover a ultrapassar diversos obstá-

culos econômicos e sociais que condenam os habitantes à situação de inferioridade física em que se acham. Do contrário, assistir-se-á, ao máximo, a uma intensa ação curativa e todo sistema preventivo tornar-se-á insustentável pela ausência de base nos grupos a que pretende assistir. A nosso ver, a ação do Estado, dentro da Amazônia, como nos demais trechos do território nacional, não é de se sobrepor ou substituir a iniciativa privada, em qualquer setor de atividade. É possível argumentar que a educação e a saúde constituem primordial dever do Estado. Mas o Estado não pode criar a saúde, sem a qual a educação é falha ou impossível. Compete ao poder público criar os meios para a expansão econômica e o surgimento de um melhor ajuste social, na Amazônia. Desde que se eleve o "standard of living" de cada um dos residentes, por fôrça da melhoria econômica ambiente, será o Estado aliviado de penosas contribuições porque cada um terá para cuidar de si e deixar de encarar o govêrno, conforme expressou João Ribeiro, como um órgão do comunismo, um agente redistribuidor da fortuna.

O capítulo saúde-educação é, pois, um dos mais importantes da valorização da Amazônia. Diante dos efeitos de um estágio econômico rudimentar sôbre a população quase primitiva, os planejadores tendem a corrigir os resultados abandonando o combate às origens. Assim já se registra uma apreciável tendência no sentido de destinar a maior parte das verbas constitucionais à debelação dos problemas sanitários da Amazônia. Não se nos afigura esta a melhor maneira de conduzir a questão. Se a Constituição destinou porcen-

tagens das rendas tributárias nacionais, fê-lo à valorização, isto é, à intensificação, ao desenvolvimento dos recursos ecumênicos que o vale amazônico não tem podido explorar segundo um regime econômico que assegure melhor padrão de vida aos seus habitantes. A aplicação dos dinheiros federais deve obedecer, portanto, a um esquema que situe em primeiro lugar o incentivo às atividades produtivas, mediante a garantia do crédito, da circulação e da colocação dos artigos. Logo abaixo, deverão estar as questões de saúde e educação, já melhor equacionadas para solução dentró do complexo administrativo. Pois, com efeito, como criar escolas para moradores enfermos, como inverter grandes verbas na assistência curativa de doentes, que enfermarão novamente por falta de meios de higiene e conservação que a estabilidade econômica assegura?

Organizado o entrosamento, é necessário atacar rigorosamente os problemas sanitários, também intimamente relacionados com os alimentares. As populações amazônicas são carentes de regime alimentar adequado ao meio físico e às necessidades orgânicas. Nesse, como em outros setores, o problema foi apenas aflorado, mormente pela atividade do Serviço Especial de Saúde Pública — SESP — criado como exigência de guerra e que, como o Banco da Borracha, no setor econômico, não pôde desaparecer em virtude da necessidade permanente de um órgão de sua categoria. Através de acordos com os governos locais, o SESP empreendeu algumas obras de assistência e prevenção sanitária, notadamente pelo emprêgo do DDT domiciliar. Cidades como a de Cametá,

uma das mais ricas do território, foram beneficiadas com a dedetização das casas, afastando os mosquitos e levando para longe o fantasma das febres. Ao mesmo tempo, o organismo oficial adota medidas de maior alcance como seja a construção de esgotos e a instalação da rêde distribuidora de água potável. Os benefícios podem ser ampliados e, naturalmente, o plano de valorização econômica da Amazônia considerará devidamente a experiência e o desenvolvimento dos trabalhos do SESP. Mas seria de conveniência encarar a proposição do plano nacional, contida no Plano SALTE — Saúde, Alimentação, Transporte e Energia — magnífica demonstração de vitalidade que o D.A.S.P. acaba de oferecer como a melhor contribuição já reunida por técnicos brasileiros sôbre a verdadeira situação do Brasil. Na introdução do anexo número um referente ao setor saúde, prescrevem os autores do útil e incompreendido trabalho: "O combate racional e intensivo às grandes doenças que assolam o país destacando-se as comumente denominadas endemias rurais: verminoses, malária, tuberculose, sífilis, peste, tracoma, bouba e câncer; a melhoria e ampliação da rêde nacional de estabelecimentos de assistência médica e hospitalar em geral; a melhoria e ampliação da assistência alimentar; a melhoria e ampliação da proteção especial à maternidade e à infância; a melhoria e ampliação e o barateamento da produção dos medicamentos essenciais". Tudo obedecendo à premissa de que "indisfarçàvelmente, não poderá haver produção eficiente, quer sob o ponto de vista qualitativo, quer quantitativo, e, portanto, enriquecimento e bem-estar coletivos, segurança social, progresso,

enfim, com o elemento humano arruinado fisicamente, debilitado em sua vontade, em sua energia, pelas doenças" e que "não se poderá deixar de apontar o baixo nível econômico-social hoje observado em muitas nações, inclusive no Brasil, como o principal responsável pela fome crônica, pelo baixo nível cultural e de saúde nelas verificado". Os capitais utilizados na correção dêsses fatôres negativos serão em curto prazo recuperados, acentua o Plano.

E' uma orientação que deve ser estudada na intensificação da vida econômica da região. A Amazônia não deve ser transformada naquele vasto hospital em que, otimistamente, Miguel Pereira viu convertido o Brasil. Se ao país têm faltado recursos para se converter num vasto nosocômio, com todos os meios para recolher e tratar seus enfermos, não será a Amazônia que deixará de remover as causas centenárias da elevada morbidade para curar gerações enfermas, sem meios para evitar a onipresença da morte. Evitada a tendência extrema, urge criar núcleos hospitalares necessários. Como não é imediatamente possível a instalação de um hospital em cada um dos 97 municípios da região norte, sejam organizados hospitais para grupo de municípios, sediados em centro natural de comunicaçeõs e que atendam, inclusive por intermédio de ambulâncias aéreas, os diversos pontos de seu raio de ação. Os hospitais do interior são de notório papel, não só na Amazônia, em particular, como no Brasil, em geral; 14% dos habitantes da República residem nas capitais e dispõem de 45% dos leitos existentes em todo o Brasil; 86% da população vive no interior e só dispõe de 55%.

Por outro lado, se as instalações de defesa da saúde pública são insuficientes, o baixo nível de paga do trabalho humano e até a virtual ausência de dinheiro nas operações comerciais em alguns trechos da área, apresentam resultados desfavoráveis, refletidos na preponderância das moléstias de carência. Por exemplo, a cidade de Belém, com uma população urbana lutando bravamente contra a miséria e uma população suburbana vivendo nas palhoças que cercam o aeroporto de Val de Cães, que tão mal impressionaram o deputado Aureliano Leite, figura entre as seis capitais brasileiras onde a tuberculose lidera as causas de morte. A sede do Estado do Pará funciona como uma capital da Amazônia, para onde fluem todos os desajustados da planície que conseguem deixar os gânglios econômicos onde vegetam. Pelo número de médicos e assistência hospitalar, relativamente elevada em proporção ao curandeirismo vigente no interior, a cidade de Belém atrai numerosos portadores de moléstias várias, que vêm morrer ou esperar a morte na capital. A malária está em terceiro lugar entre as causas de morte, naquela cidade, mas assume o primeiro na cidade de Manaus, em que a tuberculose, por sua vez, ocupa o terceiro pôsto. Moléstia por excelência das aglomerações urbanas mal organizadas, a tuberculose cobra elevado impôsto à população paraense e, por êsse motivo, joga para terceiro plano, na capital, as fatais conseqüências da malária. Entretanto, não quer significar que as febres palustres não atinjam sèriamente os grupos humanos. Dos oito milhões de impaludados que se distribuem pelo território nacional, apreciável parte está no Pará e em tôda a bacia amazônica.

São doenças que podem ser enfrentadas com vantagem. O Plano Salte prevê intensa campanha nesse sentido. Os aspectos relacionados com o combate à tuberculose revestem-se de maior amplitude. Mas, os que dizem respeito à malária já apresentam um seguro ponto de partida no programa amazônico do SESP e de algumas unidades federadas. Em Macapá, sede do Território Federal do Amapá, graças à dedetização periódica dos prédios, o nível de salubridade subiu. Naquela cidade do estuário do Amazonas é possível, hoje, dormir serenamente, sem a presença de mosquitos.

Uma bem exercida política territorial como se aplica nos Territórios do Amapá e do Acre, pode concorrer, de modo vantajoso, para a elevação dos índices de durabilidade da vida humana na Amazônia, atualmente muito baixos. Enquanto na Suécia, Holanda, França, Inglaterra, Nova Zelândia, Austrália, Alemanha, Estados Unidos da América do Norte e Canadá, mais de 50% dos indivíduos que morrem têm mais de 60 anos de idade, no Distrito Federal só 18,69% têm a referida idade e nas duas principais cidades amazônicas, Belém e Manaus, 15,4% e 12,13%, respectivamente conforme dados estrangeiros de antes da guerra. Simultâneamente com os Estados, o programa sanitário, preventivo e curativo, estenderá pelo vale do grande rio postos de saúde, centros de assistência e contrôle, organizações hospitalares, médicos e enfermeiras. Ao mesmo tempo, os outros setores do plano de valorização cuidarão do aumento do poder aquisitivo das populações, do barateamento dos gêneros alimentícios, da in-

dumentária e da moradia, sem esquecer a contribuição dos institutos de previdência social.

Se os investimentos federais na Amazônia possibilitarem a criação de um regime econômico estável, os problemas de saúde pública tornar-se-ão de mais fácil solução e os problemas educacionais terão de ser resolvidos para um grupo demográfico, saudável, apto a trabalhar em todos os sentidos, a maior planície sedimentar do mundo.

19 — O INSTITUTO DA HILÉIA

O Instituto Internacional da Hiléia Amazônica representa a mais avançada etapa a que podem chegar as relações entre os condomínios da maior bacia hidrográfica sul-americana, antes mesmo que tenham iniciado o seu aproveitamento intensivo.

E' uma solução para uma série de problemas que mal colocados ainda estão na vida de cada comunidade com áreas sôbre o vale do rio-mar. Vem regular, por via internacional, o processo de acomodação dos nove interêsses diversos ali reunidos e que tendem a buscar saída para o médio Atlântico pela grande calha fluvial, eixo de um sistema potâmico que irriga 7 milhões de quilômetros quadrados.

O Instituto tem origem em proposta formulada pelo professor Paulo Carneiro, delegado brasileiro à Conferência Geral da UNESCO — Organização de Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas — realizada em Paris, no ano de 1945. A assembléia deliberou criar uma comissão cientí-

fica com o apoio do Brasil, Colômbia, Peru, Bolívia, Venezuela, da Grã-Bretanha, França e Holanda, representando os territórios das Guianas, bem assim dos Estados Unidos, para fundação de um órgão destinado ao estudo dos problemas concernentes à educação, às ciências e à cultura da região amazônica. Visava, ao mesmo tempo, o estudo para exploração racional dos variados recursos da floresta, contribuindo também para o desenvolvimento da vida humana na região, por meio de investigações entre as sociedades primitivas ou em vias de civilização, pelo estudo dos problemas surgidos na adaptação do homem ao meio tropical e por investigações destinadas a estabelecer o tipo de educação mais conveniente às populações amazônicas. Resultante da conferência de Paris, realizou-se em Belém do Pará, em agôsto de 1947, uma reunião para abordar o modo de agir sôbre a criação do Instituto. Posteriormente, por iniciativa dos governos do Peru e do Brasil, foi convocada uma reunião que, realizada em Iquitos, em plena selva amazônica, escolheu Manaus para sede do Instituto. Êste passou a existir através de uma comissão provisória, limitada a funcionar até a ratificação do acôrdo internacional que estabelece a entidade. Nessa mesma reunião, foi elaborado pelo "comité" financeiro o orçamento para 1948, fixado em 300 mil dólares, tendo cabido ao Brasil contribuir com metade dessa importância, entrando a Colômbia com .. 40.000, o Peru com 20.000, a Venezula com 24.000, a França com 15.000, a Bolívia com 9.000, a Holanda com 5.000 dólares e o Equador com 5.000. Ficou ainda esclarecido que o Instituto possui a faculdade de estabelecer contrato com

qualquer dos Estados que o constituem, para efetuar estudos em seus territórios, sem agravar seu orçamento e por conta do país contratante. Transferindo-se para Manaus, a Conferência instalou a Comissão Internacional, elegendo para presidente a cientista brasileira D. Heloisa Alberto Tôrres, diretora do Museu Nacional do Rio de Janeiro.

Com todos êsses movimentos preparatórios, o Instituto já transcende os limites para os quais fôra primitivamente concebido, isto é, os específicos problemas de botânica, geologia, fisiologia, agricultura, ciências e educação peculiares àquela área. O I.I.H.A. é o fulcro de um novo regime econômico-social na Amazônia, do qual cada país componente procura tirar o máximo de proveito econômico e oferecer a melhor contribuição cultural, certo de que assim influirá sôbre os demais. E' uma condição inelutável, porque entre os objetivos próximos e remotos do organismo não pode deixar de figurar a melhor articulação entre os diversos núcleos demográficos originários de várias raças, que habitam a Hiléia. A precípua finalidade do Instituto é o estudo conjunto do meio físico e social da Amazônia, para uma solução de conjunto aos problemas repartidos pelas diversas comunidades. Dêsse modo, a posição do Brasil se reveste de dupla importância e singular delicadeza. Como senhor de dois terços da área e detentor dos melhores e mais extensos trechos do rio-eixo e seus maiores afluentes, o Brasil deve criar condições favoráveis de tôda ordem ao livre trânsito dos naturais e da economia dos países limítrofes na bacia. Ao mesmo tempo — e não se veja nisto nenhum raciocínio mesquinho, mas

apenas uma indicação lógica — é necessário que trabalhe a área de forma a manter a Amazônia sob seu efetivo domínio. Não seria razoável, com efeito, que, depois de tantas dificuldades para incorporar e deter a maior planície sedimentar do mundo sob a efetiva posse dos lusitanos e de seus descendentes, a ausência de uma política internacional modernamente aplicada na Amazônia a distraísse da bandeira da Federação. Hoje, as circunstâncias políticas evoluiram bastante, na América do Sul, de maneira a permitir e assegurar excelentes resultados para a internacionalização da bacia do Amazonas. Mas, até bem pouco tempo, não seria possível.

Como é geralmente sabido, a expansão luso-luso-brasileira para o ocidente ampliou os primitivos limites fixados no Tratado de Tordesilhas, que foi a base das explorações dos dois povos ibéricos nesta parte do mundo. A linha fixada pelo Convênio de Tordesilhas tinha seus pontos extremos em pontos correspondentes à Laguna, ao sul, e Belém do Pará, ao norte. Assim como os portuguêses foram os primeiros a explorar o Prata, os espanhóis foram os pioneiros na travessia do Amazonas, nome que lhe foi dado por Orellana, após a sua célebre descida. A política colonial lusa, operando, entretanto, com grande habilidade, conseguiu deter a posse do curso inferior da vasta corda potâmica, à custa mesmo do morticínio das populações indígenas insubmissas ou perigosas. Por essa altura, os franceses haviam sido desalojados do Maranhão, os ingleses e holandeses eram expulsos dos fortes erguidos nas margens do rio cobiçado. Mais tarde, ao discutir-se a faixa de fronteiras entre a América Portuguêsa e a América

Espanhola, o Brasil foi mantido no domínio das terras que já integravam a sua superfície e que correspondiam, em linhas gerais, à configuração atual. Deveu-se a decisão, notadamente, à invocada teoria do "uti possidetis", isto é, o país devia ficar no uso e administração de uma terra que ocupava ùtilmente, que povoava e governava. Foi, ainda, a teoria do "uti possidetis" que valeu ao Brasil as últimas incorporações territoriais com que acresceu sua área, já em princípios dêste século, quando o Acre, mencionado no mapa da Bolívia como "tierras desconocidas", foi paulatinamente ocupado por nordestinos, até que a diplomacia do Barão do Rio Branco consagrou o fato como de direito.

Nos últimos quarenta anos, todavia, a política brasileira no vale amazônico não se tem compadecido com a importância geopolítica da bacia hidrográfica que a caracteriza. A petriótica atitude do deputado Leopoldo Peres, levantando na Assembléia Constituinte o problema da valorização econômica da extensa região, valeu para reconsiderar o país o abandono com que não souber continuar a orientação lusa no mediterrâneo de água doce. A esta altura, o Brasil está colocado dentro de um tabuleiro político ,no alto do continente, e não pode evitar ou ignorar os lances.

De acôrdo com Isidoro Zanotti, em seu minucioso livro sôbre a ONU e outros órgãos internacionais, a aparecer brevemente sob o título "O Mecanismo da Paz", o Instituto da Hiléia visa coordenar os esforços dispersos dos países americanos no sentido de aproveitar as suas porções

amazônicas através da solução de problemas de estrutura. O tratamento geral das questões, sobretudo no terreno cultural, virá demonstrar que as populações brasileiras da planície estão distantes de oferecer uma contribuição à altura da importância do país e da extensão da parte que lhe cabe. Não seria rigorosamente desejável essa fraternização na bacia, quando ainda não estamos preparados para uma representação adequada. Desde que não é possível deter a evolução dos acontecimentos, que obedecem a um encadeamento natural, o Brasil deve preparar ativo programa para convivência interamazônica. Acreditamos, dentro da realidade nacional, que a intensificação dos recursos da região, mediante o emprêgo das destinações constitucionais, seria um excelente suporte para a política que a proposta Divisão do Amazonas, do Itamarati, desenvolveria no norte da América do Sul. Sem prejuízo das atividades do Instituto, a administração da valorização econômica da Amazônia deve estimular a ligação rodoviária Manaus-Caracaraí-Boa Vista-Georgetown; encaminhar um ramo da mesma estrada na direção da Venezuela; ligar por terra Macapá a Caiena; interligar por aquavia e rodovia as principais cidades da Hiléia e seus núcleos de produção; por intermédio, inclusive das ferrovias, abrir facilidades para o trânsito de naturais e produtos da economia dos países condomínios. Simultâneamente, a elevação do nível de vida das populações brasileiras ficará em condições de exercer benéfica influência sôbre os demais grupos demográficos.

Os imperativos da geopolítica da bacia amazônica determinam êsse comportamento por parte

do Estado brasileiro, na hora em que se vê convocado a ampliar a co-participação aberta aos povos interessados, há um século. Tão mais necessário é êsse procedimento, quando, paralelamente, exige uma política de colonização moderna, capaz de atestar, de fato e não em doutrina, que êste país mantém a posse útil de uma terra para onde convergem tantos interêsses. Demonstramos, em capítulo anterior, apreciando a Amazônia brasileira sob o prisma da defesa nacional, que nenhum Estado pode estar seguro de intangibilidade de suas fronteiras desde que estas não sejam as lindes de um território intensamente trabalhado, populado por indivíduos conhecedores de sua posição no metabolismo do Estado, naturalmente aptos a conservar o patrimônio que lhes pertence .Naquela parte, chamamos a atenção para o fato de que, com a restauração da Grã-Colômbia, constituída pela união da Colômbia, da Venezuela, do Equador e do Panamá — união a que só podem aderir países americanos "em igual condição de desenvolvimento econômico" — surge uma notável expressão econômico-social no norte da América do Sul. E' uma eclosão auspiciosa. Vem colocar o Brasil, pela emulação, na contingência de enfrentar as dificuldades para efetivo domínio de uma de suas zonas mortas, correspondente à quase metade do território nacional.

O Instituto da Hiléia é, pois, um filho do século XX, quando, resolvidas as fundamentais questões de fronteiras do maior Estado amazônico com seus vizinhos, o próprio Brasil, pela manifestação inicial de um de seus reputados estudiosos, vai ao encontro dos demais, propondo-lhes solução fraterna e igual para problemas confinantes. E' uma

demonstração da liberdade do espírito brasileiro e da compreensão com que se defronta na maior e mais populosa República do continente sul o problema das relações com os demais Estados. Que assim seja compreendida na América a finalidade do Instituto e que êste permita ao nosso, como aos demais países integrantes, a vitalização da grande mata fechada que principia a entreabrir suas virtualidades para a civilização.

20 — A MATURIDADE DA TERRA

A bacia amazônica é de uma extensão extraordinária. Não deve, entretanto, ser confundida com a Amazônia. Esta denominação, pòlìticamente, engloba os Estados do Amazonas, Pará e o Território do Acre. Encarada, porém, como denominação geográfica ela exige uma identidade ou uniformidade de características climáticas e botânicas que dela podem fazer uma região cujos limites não coincidam com os da bacia amazônica. E' o que acontece, é claro, com algumas extensas regiões sub-andinas, as quais, embora em águas da bacia amazônica, de modo algum ninguém as incluiria na denominação de Amazônia. No que concerne à Amazônia brasileira, ainda que não claramente definidos seus limites, julgamos que grande parte das terras de Mato Grosso e todo o norte de Goiás, embora tìpicamente pertencentes à bacia hidrográfica, não devem ser incluídas na denominação de Amazônia brasileira. Essas regiões se integram, definidamente, na expressão geográfica, de uso corrente entre nós, seja em linguagem habitual, seja em trabalhos de cunho tìpicamente geográfico: planalto central do Bra-

sil. Quer pela estrutura, quer pelo relêvo, quer pelo clima e pela vegetação, a área do "planalto central" existente na bacia amazônica, em parte de Mato Grosso e todo o norte de Goiás, não se enquadra na classificação de Amazônia brasileira.

Esta, a síntese da opinião de Pedro de Moura, colecionada em trabalho editado pelo I. B. G. E. em 1943. E por estarmos de acôrdo com as suas conclusões, no que tange ao espaço que deve ser considerado como "Amazônia", para fins de valorização previstos na Constituição brasileira, passemos a observar dentro dêsses limites, respeitadas as coincidências e interferências do condomínio internacional, que serão analisadas mais adiante, a situação e a maturidade da área amazônica.

O maciço guiano-brasileiro, diz ainda o mesmo autor, formado de rochas muito antigas, cristalinas, cujos afloramentos são comuns na zona costeira, desde o Rio Grande do Sul ao extremo norte do nosso país, como que estrangula, junto à embocadura do Amazonas, a sua imensa planície. Dessa maneira, adquire a planície amazônica a forma de um amplo leque aberto para oeste e que se estende muito além de nossas fronteiras, indo morrer nos contrafortes da cordilheira dos Andes; para o sul esbarra nas chapadas do planalto central brasileiro e, ao norte, nas elevações do peneplano das Guianas, o qual se inflete na direção leste-oeste, dando as linhas de conformação do continente. Aceitando o que informa Paul Le Cointe, um dos homens que melhor e que mais profundamente tem estudado a região, último continuador de uma geração de sábios que percorreram o vale, a Amazônia, no seu todo, abrange 5.594.000 qui-

lômetros quadrados, ou, ainda incluindo a bacia do Tocantins, considerada autônoma, 6.446.350 quilômetros quadrados, segundo E. Letot. Do conjunto, cêrca de dois terços fazem parte do território brasileiro, representando mais de metade da área total (Paul Le Cointe, "O Estado do Pará, a Terra, a Água e o Ar", Companhia Editôra Nacional, São Paulo, 1945).

Os números assim expressos estão sujeitos a reexame, porquanto, conforme bem assinala o professor Veiga Cabral, na edição de 1947 de sua Geografia do Brasil, a atual superfície do país, de 8.511.189 quilômetros quadrados, oficialmente aceita pelo govêrno brasileiro, foi calculada, em 1922, ao milionésimo, pela comissão organizadora da Carta do Brasil do Clube de Engenharia. Por essa razão, aliás, desprezou os números finais relativos à superfície das unidades federadas, não obstante acreditar que os levantamentos do Conselho Nacional de Geografia não concluirão por total muito diferente.

Definida em seus limites gerais, diz Pedro de Moura, a Amazônia brasileira apresenta-se como uma unidade geográfica notável, onde predomina a imensa planície coberta de floresta tropical, dotada de apreciável regularidade climática e de uma extensa e inigualável rêde de grandes rios navegáveis, que constituem as vias de acesso a todos os quadrantes da grandiosa Hiléia. Imensa planície, com a superfície ligeiramente inclinada para o nível de base, tendo suaves ondulações correspondentes aos vales que a recortam, constituindo uma rêde fluvial de inexcedível riqueza, cuja densidade, em largas áreas, representa verda-

deira tortura para o explorador geográfico; coberta de uma floresta tropical, úmida, contínua, variada em espécies e em porte, guardando riquezas que o homem explora e transporta pelas "estradas que andam"; com uma insignificante densidade demográfica; com um clima quente e úmido, porém suportável e relativamente bom, tal é a planície Amazônica, que se apoia, ao norte, no peneplano das Guianas e, ao sul, no peneplano brasileiro e no planalto central, constituindo a Amazônia brasileira. Assim se expressando, o estudioso demonstra que a planície, sensìvelmente balizada no seu eixo pelo curso do rio Amazonas, se dilata gradualmente da foz para montante, alargando-se cada vez mais, à medida que se caminha para o poente. Abarca, do lado sul do Amazonas, os baixos cursos do Tocantins, do Xingu, do Tapajós, do Madeira, e os extensos trechos brasileiros do Purus e do Juruá. Do lado setentrional, os cursos inferiores de todos os seus afluentes e as porções, em território brasileiro, do Japurá e Içá. Ao abrir-se no Atlântico, em seu nível de base, ela se confunde com as planícies costeiras do Estado do Pará, ressaltando a típica fímbria que borda a contracosta da ilha do Marajó e se estende pelo norte, formando a costa do Amapá. Por sinal, Agassiz, interpretado pelo Barão do Marajó em "As Regiões Amazônicas", acha que os cortes observados na ilha de Marajó mostram pela superposição das camadas que esta grande ilha, quase igual em área a Portugal, não era senão uma parte do vale principal. A mesma estratificação, a mesma espessura e disposição nas camadas mostra que ela é formada pelos mesmos depósitos que tinham, em épocas remotas, for-

mado o que é hoje o continente. Posteriormente, a fôrça das águas rasgou dois canais, que são as duas chamadas bôcas que circundam por um e outro lado a ilha de Marajó, que pode resistir à fôrça erosiva das águas, e que se vão reunir depois e lançar no mar em um ponto situado mais ao oeste do que aquêle em que em outras épocas se fazia a junção.

Essa teoria está de acôrdo com a hipótese formulada por C. F. Hartt e reproduzida por Derby no oitavo volume do "Journal of American Geographical Society". O Vale do Amazonas, a princípio, apareceu como um largo canal entre duas ilhas, ou grupos de ilhas, das quais uma constituiu a base e núcleo do planalto brasileiro, e a outra ao norte do planalto da Guiana. Estas ilhas apareceram no princípio da idade siluriana, e um pouco depois dêle. Naquela época, os Andes não existiam ainda. Neste canal, foi depositada uma série de camadas representando os terrenos siluriano superior, devoniano carbonífero e cretáceo, as quais aparecem, sucessivamente, de um e outro lado, em terra firme, estreitando, assim, a passagem entre as duas ilhas. O levantamento dos Andes é posterior à desposição destas camadas. Antes da aparição dos Andes, ajunta C. F. Hartt, amigo e companheiro de Derby, autor da transcrição, o Vale do Amazonas consistia simplesmente em dois golfos unidos por um estreito canal. Os Andes irromperam na estrada do oeste, convertendo-o em uma verdadeira bacia, pôsto que com saídas tanto ao norte como ao sul. Todo o continente foi depois deprimido de modo tal, que as águas cobriram amplamente os planaltos da Guiana e do Brasil, e as camadas terciárias foram

ali depositadas, variando em espessura e construtura segundo as condições em que se formaram. Quando o continente surgiu outra vez sôbre as águas, primeiramente levantaram-se os planaltos. nivelados por sua nova aquisição de depósitos, diz Hartt. Porém, logo depois, os atuais divisores de águas, ligando os grandes planaltos com os Andes, vieram acima dágua, e o Vale do Amazonas tornou-se um mediterrâneo, comunicando, a leste, com o Atlântico, por um apertado canal. Depois de explicar alguns dos movimentos telúricos que sucederam a esta transformação, diz ainda o professor Hartt que, continuando a sublevação, o mar interior, agora pouco fundo em virtude da deposição de muito sedimento, e ao mesmo tempo salobro pelo tributo de milhares de correntes, se estreitou ràpidamente e o rio Amazonas, que dantes desaguava em um lago, ao pé dos Andes, começou a estender seu curso, seguindo as águas que se retiravam.

Esposando a teoria de que o rio Amazonas forçou abertura para o Atlântico, ao tempo do soerguimento dos Andes, acha Pedro Moura que, geològicamente falando, o grande caudal é um rio jovem que alcançou, porém, e precocemente, o estágio de maturidade. O exame das diversas fases da formação da Amazônia atual e, principalmente, da estrutura geológica da sua parte oriental, diz Paul Le Cointe, torna evidente que o trabalho principal da modelação de seus contornos pode ser considerado concluído e que os rios principais que a sulcam já acabaram de aprofundar seus leitos definidos, através das rochas ainda friáveis da planície terciária, correndo agora, sôbre terrenos compactos de formação an-

tiga. Assim, as "várzeas", terras formadas de sedimentos modernos, compostos de lodo moderno, impalpável, sem nenhuma pedra ou areia, e que formam as vastas zonas de terrenos alagadiços; os "igapós", mata sujeita à inundação, os "tesos", nível de cota enxuta a coberto de enchentes, e a "terra firme", terras relativamente altas e bem drenadas, são fenômenos de um mundo geològicamente rematado e não os atordoantes desequilíbrios que levaram inúmeros, a chamar de "terra imatura" a Amazônia.

21 — A ÁREA

A área da bacia amazônica está compreendida, principalmente, na Região Norte, uma das cinco regiões naturais em que se divide o território do Brasil.

A fim de defini-la, em seus contornos, devemos utilizar, mais uma vez, os limites propostos por Pedro Moura, em trabalho reunido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e a que já fizemos ampla referência. A denominação Amazônia engloba, polìticamente, os Estados do Pará e do Amazonas e os Territórios Federais do Amapá, Rio Branco, Acre e Guaporé. No que concerne às áreas circunjacentes a essas unidades federadas, grande parte das terras de Mato Grosso e todo o norte de Goiás, embora tìpicamente pertencentes à bacia hidrográfica, não devem ser incluídas na denominação de Amazônia brasileira. Resta, ainda, um pequeno trecho do Estado do Maranhão, que se poderia classificar de zona intermediária entre as duas grandes Regiões Nordeste e Norte.

Para fins de planejamento, entretanto, verifica-se, neste momento, uma tendência para ampliar muitíssimo os limites naturais da Amazônia. Fenômeno natural de país pobre, é óbvio que a sua parte mais modesta, econômicamente falando, ao receber apreciável legado constitucional, por vinte anos, inspire desejos de participação nas verbas às que deixaram de ser aquinhoadas. Assim, vem de registrar-se o protesto oficial das bancadas parlamentares interessadas, porque o Plano de Saúde, Alimentação Transporte e Energia, consignou, na proposta orçamentária da União para 1949, 69 milhões e quinhentos em Estados fora da bacia amazônica e por conta da verba destinada ao vale do Rio Mar. Enquanto isso, programava um milhão de cruzeiros, apenas, para a única entidade contemplada na região, a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré.

E' chegado o tempo de colocar o problema em seus devidos têrmos. A delimitação da área de investimentos é fundamental. E acreditamos não estar errados ao receber a fixação proposta por Pedro Moura, antes mesmo da elaboração da Carta Magna e que, obedecendo a um critério científico, é perfeitamente aceitável. Diversas razões militam a favor de um ajustamento que não alongue demasiado o setor de trabalho que a Constituição mandou executar. Preliminarmente, as extensas terras de Goiás e Mato Grosso, tìpicamente definidas como planalto central do Brasil, são superfícies de reserva do país. Nenhum perigo de contestação internacional as ameaça, presentemente. E por que temer os famosos "vasios interiores"? Por que essa pressa em pretender saturar todos os recantos do país desperdiçando subs-

tância humana e econômica, numa obra de afrouxamento dos núcleos já formados e que ainda não atingiram o seu ótimo de rendimento? Não se deve esquecer que o Brasil é grande, o segundo país no globo, em extensão de área contínua. A civilização deve partir do litoral para o interior, a fim de se encontrar, no sertão com a que virá das fronteiras bem povoadas e guarnecidas. Pelo menos, é o que visa a União, ao instituir e manter os Territórios Federais. Não procede, também o argumento de que a Amazônia será colonizada enquanto o Brasil Central espera a sua vez. (3) Aquêles que julgam que doze biliões de cruzeiros, quantia total prevista para aplicação, em parcelas anuais durante vinte anos chegarão para colonizar a Amazônia, estão redondamente enganados. O investimento constitucional é apenas a preliminar, o arranhão inicial para a conquista daquela zona, que abrange mais de 40% da superfície total do Brasil. Esquecendo-se que o govêrno norte-americano dispensou quantia corespondente a um orçamento anual do Brasil, no aproveitamento do Vale do Tennessee, um rio comparável ao Uraricoera, formador do rio Branco, afluente do Negro, tributário do Amazonas, pondo-se em

---

(3) Como delegado do Estado do Pará e do Território do Acre, tivemos, agora, oportunidade de propor à I Conferência Brasileira de Imigração e Colonização, realizada entre 30 de abril e 7 de maio de 1949 em Goiânia, que a política de planejamento regional, fôsse extendida a todo o Brasil e que o planalto central brasileiro seja compreendido como uma das áreas de eleição, a fim de que os Estados de Goiás e Mato Grosso se possam verificar com verbas e serviços especiais à semelhança dos destinados pela Constituição, ao vale do Amazonas, sem prejudicar, entretanto, a êste.

têrmos anti-racionais a aplicação de disponibilidades tão exíguas, jamais será possível encetar um trabalho de fortificação econômica da Amazônia. E o contribuinte brasileiro, que pagará o empreendimento, tem o direito de esperar que se aplique objetiva e retributivamente a renda nacional.

Isso pôsto, sem juntar as pequenas áreas circunjacentes de Goiás, Mato Grosso e Maranhão, a superfície absoluta da Amazônia é de 3 milhões e 500 mil quilômetros quadrados, desprezadas as frações. Tão extensa área está hoje dividida de forma que o Estado do Amazonas conta com 1 milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados, o Pará possui 1 milhão e 200 mil, o Guaporé, 250 mil, o Rio Branco, 215 mil, o Acre, 150 mil e o Amapá, 87 mil quilômetros quadrados. A unidade com maior participação no total é o Estado do Amazonas com uma percentagem de 44,59% da região e a menor é o Amapá, com 3,85%. A participação na superfície absoluta do Brasil é de 41,94%.

Nas formulações geológicas, a área amazônica é uma terra em plena maturidade, cujos principais cursos dágua já encontraram o seu nível de base e permitem, de acôrdo com Le Cointe, e outros estudiosos, traçar um esquema das transformações sucessivas por que passou, nas diversas épocas geológicas, a zona ocupada afinal pela Amazônia. Empregando os têrmos do notável cientista europeu — que, há meio século estuda a Amazônia — na época arqueana, ou no início da época primária, quando os oceanos cobriam ainda grande parte da superfície da terra, a região onde se encontra

o Estado do Pará era terra firme, com declive para oeste e escoamento das águas num largo braço de mar que, se fôsse figurado num mapa moderno, representaria um verdadeiro Mediterrâneo americano, estendendo-se entre o então Continente meridional sul do Pacífico atual, e o Continente atlântico-etiópico, hoje Oceano Atlântico, e a maior parte da África; êste mar, vindo do Grande Oceano do Sul, cobria a depressão que assinala ainda o vale do Paraguai, e estendia-se para o Norte, até desembocar no Pacífico, ao oeste da Colômbia, saindo também um braço menor na zona do mar das Antilhas. Foi no fundo dêste mar interior que se depositaram as camadas siluriana, devoniana, carbonífera e cretácea. Pela gradual sublevação, na época siluriana, dos terrenos primitivos, tanto ao Norte (planalto das Guianas) como ao Sul (planalto central brasileiro), e, em conseqüência, pela incurvação e a emersão sucessiva, de um lado e de outro, das camadas sedimentares da época secundária, êste mar mediterrâneo foi-se estreitando cada vez mais e ficou reduzido a um simples gôlfo do Oceano Ocidental, com o qual, afinal, já se comunicava sòmente por um canal bastante apertado; suas águas iam-se tornando menos salgadas em razão das águas doces que recebia das vertentes marginais, trazendo-lhes sempre abundantes materiais sólidos; assim a depressão estava sendo aterrada lentamente pela acumulação de novos depósitos. No último período da época secundária, diz ainda Le Cointe, iniciou-se o soerguimento dos Andes, que prosseguiu durante parte da época terciária, fechando, gradualmente, a saída

a oeste. Quando ao mesmo tempo, enuncia aquêle autor, de acôrdo com C. F. Hartt, produzindo-se a leste um gigantesco abaixamento da crosta terrestre, do qual resultou a formação do Oceano Atlântico, houve um vagaroso movimento de balanço; a massa das águas avançou, pouco a pouco, para leste, formando vastas expansões lacustres de água doce, no fundo dos quais se continuavam acumulando as camadas de sedimentos provenientes da erosão dos terrenos laterais, até que o pêso das águas rompeu a antiga barreira oposta dêste lado, forçando a passagem por um escoadouro e separando do planalto das Guianas o prolongamento do maciço granítico brasileiro; ainda se pode observar inclinando-se e desaparecendo, as encostas do primeiro, entre o Oiapoque e o Araguari, e as do segundo, entre o Gurupí e o Pará; tem-se, aliás, verificado, em pequena profundidade, nesta larga chanfradura, a presença de uma soleira subterrânea de terrenos antigos que o Amazonas transpõe agora para desaguar no Oceano.

Mais tarde, por uma progressiva sublevação, indo da periferia para o talvegue de depressão, e atingindo de 100 a 300 metros de desnivelamento, os sedimentos terciários depositados sucessivamente nas partes Oeste (em águas salobras) e Leste (em água doce) da bacia, foram gradualmente emergindo para constituir finalmente um extenso planalto elítico, orientado de leste a oeste. Nesse mesmo tempo, a erosão, violenta, no início, lenta depois, ia arrasando, nas partes mais altas, êstes terrenos aluviais relativamente recentes e de fácil desagregação, desnudando o afloramento das camadas subjacentes, e assim se foi formando a

planície atual, espécie de calha muito achatada, de inclinação suave, paralela ao equador, drenada por um canal longitudinal, futuro Amazonas, ao qual vinham juntar-se, cavando como êle seus vales nestes depósitos, inúmeros coletores das águas provenientes de tôda a zona, subsistindo ainda testemunhas do primeiro nível do planalto nos pontos onde qualquer proteção superficial atenuou a atividade erosiva das águas, como se vê nos morros tabulares esparsos pelas margens do Baixo Amazonas, principalmente entre Arumanduba e Prainha, ou no Tapajós, próximo a Santarém. (Paul Le Cointe, "O Estado do Pará, — a terra, a água e o ar", Companhia Editôra Nacional, Coleção Brasiliana São Paulo, 1945).

Definia-se em seu relêvo físico a Amazônia, que chegaria até os brasileiros como uma herança do insatisfeito apetite imperialista luso, que tornou o Brasil condomínio numa vasta área internacional hoje povoada por interêsses diversos. Limitada ao sul e ao norte pelas encostas dos planaltos brasileiro e guiano, que apresentam as primeiras cachoeiras dos afluentes do Amazonas, a oeste alcança as encostas andinas, prolongando-se até a Colômbia, Peru e Bolívia e tem a leste o Oceano Atlântico. A maior planície sedimentar do mundo, são poucas as ocorrências orogênicas. O grande rio tem fraca declividade, desde os Andes até o Atlântico. Os contrafortes meridionais do planalto servem de limite entre a Amazônia brasileira, a Venezuela e as Guianas. A cerrada vegetação tropical caracteriza a região, interrompida pelas clareiras dos campos do Rio Branco, ao norte, no Baixo Amazonas e próximo da foz da poderosa veia potâmica. A floresta tropical, ou

hiléia, apresenta duas formações: matas das várzeas e de igapó, existentes nas zonas sujeitas à inundação fluvial, e mata de terras firmes, localizadas em trechos fora do alcance das grandes águas. Os processos pelos quais se distribui, de acôrdo com o regime das águas, levaram à criação de lendas sôbre a instabilidade, a agressividade e os perigos de um mundo em formação. Mas a ciência já demonstra que os fenômenos fluviais no vale do Amazonas são idênticos aos de todos os cursos dágua que encontraram o seu nível de base. A grande adversária da civilização é a floresta. Tem de ser substituída pela cultura organizada da terra, com cujo empreendimento ficarão afastados os fantasmas criados na planície.

A área da Amazônia está geològicamente rematada. Cumpre ao homem iniciar a sua definitiva conquista para a civilização.

22 — OCUPAÇÃO E APROVEITAMENTO DA ÁREA

Expostos e discutidos diversos elementos que conformam o problema da valorização econômica da Amazônia, é possível rematar as considerações em tôrno do assunto, indicando um roteiro para a aplicação da verba constitucional.

Não pretendemos que encerre uma chave absoluta. Os problemas da Amazônia são, em última análise, os problemas do Brasil, multiplicados pelas singularidades de uma região "sui generis", onde não foi possível criar uma economia estável baseada no trabalho de grupos humanos ponderáveis.

Do balanço dos diversos fatôres se conclui:

— A Amazônia brasileira, com seis milhões de quilômetros quadrados, possui apenas um milhão e meio de habitantes, o que oferece um dos mais baixos índices de densidade demográfica.

— Êsses grupos demográficos retornaram, da segunda metade do século XIX à esta parte, ao sistema econômico do Descobrimento, — à apanha de produtos naturais, da terra e da água.

— A borracha silvestre mantém um regime de economia predatoria e instável, apoiada a outros produtos de cotação incerta.

— Sem base numa produção racional, as populações rurais, urbanas e suburbanas, em sua grande parte, não pódem contar com os benefícios da saúde e da educação, além da maioria dos meios indispensáveis à vida.

— Em face da insuficiência e do reduzido valor da produção, assim como do minguado comércio, originário da pequena capacidade aquisitiva, não existem meios de transporte rápidos, baratos e eficientes.

— As correntes de imigração continuam a evitar o vale amazônico, por inexistência de meios rurais favoráveis à colonização com lavradores e de indústrias urbanas para emprêgo de técnicos.

— A inexistência de um sistema de crédito apropriado às necessidades regionais e a ausência de capitais no mercado de dinheiro.

— A péssima organização municipal, que dá às prefeituras do interior — fulcro da economia nacional — rendas insignificantes, baseadas no lamentável impôsto de indústrias e profissões.

— A má situação tributária dos Estados, que arrecadam para aplicar nas capitais uma receita lastreada pelo anti-econômico impôsto de vendas e consignações.

— A conseqüente má situação financeira das mesmas unidades federadas, ora às voltas com deficits, ora com saldos que não permitem nenhum empreendimento de monta.

— A prometedora situação dos Territórios Federais, onde o govêrno está invertendo anualmente cêrca de 150 milhões de cruzeiros.

— A flora e a fauna entregues à economia de saque.

— A disputa pela extensão da área amazônica, para fins de valorização, até as nascentes dos tributários da bacia.

— A criação do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, visando uma solução conjunta para os diversos problemas da bacia.

— A disputa para fixação do critério a seguir na execução da valorização.

Dentro das possibilidades atuais do país, é possível propor as seguintes providências para uma efetiva política de conquista econômica da hiléia:

No setor administrativo:

— Criação de uma Administração de Valorização da Amazônia, (4) diretamente subordinada ao Presidente da República, com a específica incumbência de aplicar as dotações atribuídas pela

(4) Por proposta do Deputado Antóvila Mourão Vieira, está agora a Câmara Federal estudando a instituição de um organismo dêsse tipo e que, desde fevereiro de 1948, propusemos para a Amazônia.

Constituição à Amazônia, funcionando como um órgão central descentralizado, portanto, não devendo absorver ou concorrer com serviços já existentes, entrando, pelo contrário, em regime de colaboração com os mesmos, só criando novos organismos quando não existirem outros; reunir tanto possível os esforços das três esferas administrativas, da União, dos Estados e dos Municípios para consecução dos objetivos comuns, segundo um regime de cooperação e distribuição de tarefas; evitar a burocratização dos serviços públicos, que devem ser encarados como de emergência e não um pretexto para plácidas acomodações na máquina burocrática; preparação de planos e sugestões com antecedência e aplicação segundo critérios distensíveis pela realidade *in loco;* rigor na entrega e na aplicação das verbas, sem cuja regularidade nenhum plano poderá subsistir; reorganização da vida municipal, notadamente através de melhor atribuição de rendas às prefeituras do interior; continuação da política de colonização de fronteiras, através dos Territórios Federais existentes, criação de outros, do mesmo tipo, assim como instituição de novos, em áreas apropriadas, que as administrações locais não podem estimular, tendo em conta que a redivisão territorial é o mais seguro meio de valorizar a Amazônia.

No setor político:

— Harmonização de pontos de vista e renúncia às questões pessoais entre as correntes que respondem, no âmbito federal e no regional, pela elevação do nível econômico da Amazônia; sendo um dos aspectos cruciais do problema, se não fôr dirimido, os funestos efeitos da contenda sôbre o

melhor critério para execução do texto constitucional se farão sentir de maneira a anular completamente os elevados propósitos da Carta Magna.

No setor do crédito:

— Dar ao Banco de Crédito da Borracha o papel central irradiador de um novo sistema bancário, segundo as diretrizes do órgão executivo de valorização da Amazônia; idem, quanto ao Banco do Brasil, pois o funcionamento daquele não explica o desaparecimento dêste das operações normais, como vem acontecendo; barateamento das taxas de juros e estímulo aos bancos regionais; financiamento à lavoura, à pecuária, à piscicultura e à indústria de transformação, assim como à de transportes.

No setor econômico:

— Recuperação das áreas agrícolas exaustas e criação de outras, mesmo à custa da floresta; incentivo à borracha plantada regularmente em regiões favoráveis; reunião de espécies aproveitáveis da flora em regiões escolhidas; criação de uma indústria agropecuária na ilha do Marajó e nas regiões de campos, com a substituição gradual dos rebanhos e métodos pastoris atuais por espécies selecionadas e processos modernos; intensificação de esforços no objetivo de reunir os grupos humanos em núcleos-industriais; substituição da cultura nômade, vigente na Amazônia, por hábitos estáveis, baseados em produtos de cotação certa e exploração tradicional; aproveitamento das madeiras em larga escala, mesmo com sacrifício das disponibilidades florestais; estímulo à exportação de minério, à criação de uma siderurgia regional

e uma indústria hidrelétrica no Amapá; estudar e preparar, por meio de crédito e de garantias à produção, circulação e colocação de produtos, a transição para estágio econômico mais avançado; realizar, por acôrdo entre o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica e o govêrno do Território Federal do Rio Branco, a reunião das diversas espécies da fauna e da flora no Parque Nacional da Ilha do Maracá.

No setor de transportes:

— Apressar o aproveitamento da maior rêde fluvial do mundo, mediante o emprêgo de nova frota de embarcações de diversos tipos, segundo as características das aquavias e seu regime de navegação; estimular a criação de novas e mais bem equipadas linhas de transporte aéreo, utilizando, ao máximo, os rios como pista de pouso barata e favorável ao desenvolvimento das aerovias; construir rodovias-tronco, que se articulem com a rêde nacional, o sistema regional e as estradas municipais, aproveitar os últimos serviços que poderão prestar a E. F. Madeira-Mamoré e a E. F. Bragança e, quando se tornarem irremediàvelmente mais caras que o transporte rodoviário, substituí-las por estradas de rodagem; abandonar definitivamente a Estrada de Ferro do Tocantins e manter em condições de navegabilidade o trecho encahoeirado do rio Tocantins, aquavia de fretes mais baratos que qualquer outro meio de condução.

No setor demográfico:

— Elevado o nível de vida da população, por um sistema econômico-financeiro que lhe permita

melhor acesso à alimentação, à indumentária e à habitação, intensificar a assistência médica preventiva e curativa, a assistência educacional em tôdas as suas modalidades; legislar e favorecer diretamente a reprodução, de modo a aumentar a taxa de nascimentos sôbre os óbitos; preservar, quanto possível, as culturas indígenas sobreviventes, ajudando os grupos ameríndios a manter os hábitos e costumes que não chegarão para empalidecer o avanço civilizador na hiléia; estudar rigorosamente as áreas favoráveis, de acôrdo com as disponibilidades imigratórias existentes, a fim de localizar, fixar, aculturar e assimilar portadores de culturas novas, que modifiquem para melhor o "melting pot" amazônico, quantitativa e qualitativamente, quebrando ou atenuando a diferença étnica entre o "far north" e o sul do Brasil. Grupar e localizar em zonas mais propícias as populações dispersas, de modo a facilitar a distribuição dos meios necessários à elevação do "standard of living".

No setor internacional:

— Criar uma Divisão do Amazonas no Ministério das Relações Exteriores, responsável pela política do Brasil com sete países condomínios da grande bacia hidrográfica sul-americana; apoiar os empreendimentos do Instituto Internacional da Hiléia Amazônica, a fim de encontrar soluções comuns para os problemas de dominação da extensa floresta fechada; interligar os centros habitados da parte brasileira com os demais territórios da bacia, por intermédio de rodovias, ferrovias e aerovias, assim como das aquavias, abrindo faci-

lidades para o trânsito de seu intercâmbio comercial pelo território brasileiro.

Com providências assim dispostas, um plano de valorização econômica da Amazônia terá abrangido os vários aspectos que impõe uma atitude corajosa ao homem diante da floresta: saneamento, combate às endemias, imigração, transportes, colonização, regulamentação e aumento da produção, reequipamento financeiro e técnico, modernização da caça e da pesca, instituição da indústria de transformação, abandono paulatino da indústria extrativa e substituição da economia predatória por uma economia estável.

Empregando o fundo constitucional em financiamentos mediante juro módico e amortização a longo prazo, formando sociedades de economia mista, em vez da criação de órgãos dispendiosos, dando aos particulares ativa participação na direção dos trabalhos, orientando a deslocação do eixo econômico para atividades mais rendosas, por intermédio de hábil manejo do crédito, a Administração de Valorização da Amazônia como órgão de comando, plenamente responsável e aliviado de embaraços burocráticos, poderá executar, pela primeira vez, uma autêntica política econômica e social do Brasil no vale amazônico.

III

23 — A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Os territórios constituem a etapa inicial e a primeira experiência autêntica de valorização econômica da Amazônia.

Com exceção de Fernando de Noronha, os Territórios integrados na Federação brasileira estão situados na Amazônia, dois em seu limite ocidental e dois na faixa setentrional. São respectivamente o Acre e o Guaporé, o Rio Branco e o Amapá. A posição das novas unidades sôbre a bacia do rio-mar representa, simultâneamente, grandes dificuldades e auspicioso campo de cultura às suas administrações. Por essa razão, e por fôrça de circunstâncias supervenientes, talvez venham a ser o único ou o principal ponto de apoio de um programa de aproveitamento dos grandes vales equatoriais brasileiros.

Quando instituiu cinco novos Territórios Federais de fronteira e um insulár, em agôsto de 1943, a União colocou sob sua administração direta uma porção da bacia amazônica totalizando três quartos de milhões de quilômetros quadrados, ou seja, uma área muito superior à superfície dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul reunidos, com uma população de 142 mil habitantes, igual à do município de Niterói. Eram o Guaporé, com 254 mil quilômetros quadrados, o Rio Branco, com 214 mil, e o Amapá com 133 mil quilômetros quadrados, aos quais se juntava o Acre, organizado em 1903, em conseqüência do Tratado entre o Brasil e a Bolívia e que ocupa 153 mil quilômetros quadrados. Como se sabe, os Territórios situados fora da região amazônica, de Ponta-Porã e Iguaçu, foram extintos pela Constituição de 1946. Mesmo no Acre, já atestando quarenta anos de participação na esfera federativa, a ocupação se fêz espontânea e empìricamente, sob o influxo de ciclos econômicos de indústrias extrativas e sem oferecer as necessárias condições de radicação ao meio; dis-

perdício, inaproveitamento e exploração desordenada e empírica dos recursos naturais, sempre sujeitos à sanha e ao imediatismo dos que transformaram em método de vida e enriquecimento ilusório a faina de desbastamento contínuo das riquezas do vale abandonado e completa falta de assistência, sob qualquer aspecto, social, econômica ou médica, da massa rural do Território. Era a situação encontrada pelo primeiro governador do Território do Rio Branco, ao assumir a administração: insuficiência tributária e rarefação demográfica; ausência de núcleos administrativos, capital humano e financeiro, pela ausência da soberania nacional nos pontos mais avançados da região, incentivando e orientando racionalmente as iniciativas privadas, regulando o comércio, exercendo a polícia de fronteiras e repressão ao contrabando ou proporcionando aos habitantes os elementos de assistência social de que carecem; má distribuição da população, porquanto o povoamento natural do Território, ao sabor da lei da oferta e da procura, se fêz espontânea e empìricamente. Os índices exprimiam resultantes da péssima organização municipal, da impossibilidade de colaboração real por parte dos Estados a que pertenciam, da anulação econômica por falta de capital humano e financeiro, pela inexistência de populações aptas a trabalhar racionalmente a terra e, conseqüentemente, de recursos bancários, desinteressados de fecundar o deserto. Tornava-se preciso criar tudo naquele mundo selvagem e esquecido, dar-lhe meios de se pôr em contato com a civilização. Constituia o ponto de partida de um trabalho difícil. Não fôra fácil criar os Territórios Federais, originários de uma exposição de motivos concebida

pelo técnico Araújo Cavalcanti, levada pelo então presidente do D.A.S.P., sr. Luís Simões Lopes, ao presidente da República, que a aprovou. Vozes se opunham e sòmente o poder ilimitado exercido pelo Chefe do Govêrno permitiu levar a efeito a iniciativa, contra a qual haveria duas insurreições vitoriosas, três anos depois, extinguindo Ponta-Porã e Iguaçu. Por outro lado, a distância em que se encontram do govêrno central conduz à subestimação da utilidade de investimentos federais em zonas tão remotas e ao desinterêsse pelo ritmo de desenvolvimento dos Territórios.

Entretanto, não é razoável que assim seja. Cinco anos após a fundação, as unidades atingiram um nível apreciável. Já existe no Brasil a organização territorial, baseada numa estrutura sem govêrno próprio, constituída nuclearmente pelo governador-delegado da União. Em tôrno do preposto do govêrno federal se reunem o secretário-geral, os diretores dos diversos departamentos e divisões de serviços públicos, que executam os planos traçados para os setores de educação, saúde, transportes, segurança, produção, colonização etc. A estrutura funciona de modo surpreendente. Vários dos fatôres apontados pelo governador Ene Garcês dos Reis em seu primeiro choque com a dura realidade riobranquense foram corrigidos ou estão sendo paulatinamente eliminados. Surgiram núcleos administrativos capazes, incentivando e norteando as iniciativas privadas: orienta-se a exploração econômica com objetivos e meios racionais, e, com a formação de novo ambiente de trabalho, está sendo preparado o meio para a aglutinação lógica e a recepção de maiores contingentes humanos. Aproxima-se, pois, a entidade Território dos pontos fri-

sados pelo sr. Océlio de Medeiros, em livro editado em 1945: maior presença do Estado em regiões onde os governos estaduais e municipais encontraram dificuldades para fiscalizá-las, administrá-las, fazê-las progredir e prosperar; maior concentração de potencial econômico em virtude dos investimentos financeiros cujo valor está geralmente acima do global das arrecadações; maior fiscalização, maior assistência técnica, melhor govêrno, mediante planos a longo prazo, não condicionados exclusivamente às oscilações da arrecadação, conforme acontece com os Estados-membros e os municípios, cujo poder de realização administrativa resulta sempre da capacidade tributária. E tanto se aproximam os Territórios de um melhor sentido de govêrno, que o Acre, precursor do sistema, se acha empenhado em tarefa que só a dificuldade de comunicações retarda, mas que está auspiciosamente começada e visa à libertação do regime de apanha das reservas naturais, substituindo-o pelo da exploração agro-industrial.

A União tem procurado aumentar as disponibilidades das administrações territoriais, levando àqueles rincões longínquos todos os recursos possíveis. Em sua mensagem de abertura da sessão legislativa de 1948, o Chefe do Estado acentuou o cuidado com que acompanha a evolução dessa nova forma do direito interno. O problema da continuidade, do restabelecimento e da instituição de Territórios Federais, disse o presidente da República, está diretamente ligado ao da ocupação efetiva, nacionalização e vitalização de determinadas áreas do País, principalmente as situadas na faixa de fronteiras. E, para acentuar o empenho do govêrno central, demonstra que, no ano passado, o

vulto das dotações que foram atribuídas aos Territórios atingiu à importância substancial de 102 milhões de cruzeiros em números redondos, cabendo ao Acre 35 milhões, ao Guaporé 22 milhões, ao Rio Branco 23 milhões, e ao Amapá 21 milhões de cruzeiros, em algarismos também redondos. Nessas dotações não foram computadas as somas dispendidas pelos demais Ministérios, através de órgãos que mantêm nessas entidades ou por fôrça de acordos especiais. No ano em curso, consoante palavras da mensagem, as dotações ultrapassarão 154 milhões de cruzeiros. E' uma soma próxima dos orçamentos de receita do Pará e do Amazonas reunidos, gravados por despesas e "deficits". A União retira êsse capital das avenidas do sul, onde se sentiria tão bem, e vai investí-lo nas regiões mais abandonadas do Brasil.

Contra semelhante critério muitos acreditam que é necessário opor-se e o interêsse com que pretendem negar recursos aos Territórios é mais um aspecto do tema. Já correntes de opinião se formaram para contraditar os que julgam a organização territorial uma forma de disperdício dos dinheiros públicos. A mais importante tem origem nos defensores da redivisão territorial e pretende, inclusive, a criação de novos Territórios, sobretudo nas áreas que completam a faixa de fronteiras. E' de seu propósito a criação de um sistema territorial tìpicamente brasileiro, com características próprias, e daí o cuidado com que acompanha o projeto de criação de um órgão central de administração territorial, para supervisão e assistência das unidades embrionárias. Atualmente em mãos do senador Filinto Müller, na Comissão de Leis Complementares, o projeto deve procurar instituir um organis-

mo, não de coerção e contrôle, mas de assistência e simplificação de processos administrativos.

Não será errado acreditar que os propugnadores da instituição merecem apoio. Invés de discutir o *quantum* anualmente destinado aos novos organismos, é necessário realizar maiores inversões na faixa de fronteiras, apenas exigindo o máximo de rendimento para cada cruzeiro empregado.

Dotado de maiores meios, o aparelho territorial poderá completar a etapa experimental de valorização da Amazônia com recursos do erário. E a União estará apta a realizar, através dos 4 territórios continentais, uma política-piloto de valorização do grande vale, com o emprêgo de medidas que serviriam de base para uma política territorial brasileira. Essas medidas, entre outras, devem ser maiores recursos; ação planificada; redivisão territorial; imigração e colonização; cinta econômica atuante e esclarecida ao longo das fronteiras; compensação e interligação econômica com as áreas internacionais vizinhas; efetivo domínio e recuperação das áreas mortas; formação de administradores territoriais; preparação de núcleos civilizadores que mantenham os atuais limites e preparem as populações que se encontrarão com os grupos vindos do litoral na ocupação dos desertos da periferia.

Como resultante das providências, grandes investimentos federais concorrerão para a efetiva descentralização da fortuna pública e soerguirão de fato economias paralisadas, criando riqueza nacional na maior bacia hidrográfica do Brasil; a ação planificada selecionará os problemas por ordem de importância; a redivisão territorial corrígirá os de-

sequilíbrios atualmente verificados na Federação e ampliará o novo papel que a União começa a desempenhar — desenvolver áreas desvalorizadas em benefício do todo; as fronteiras mortas deixarão de preocupar a defesa nacional pela vitalização com populações enérgicas, saudáveis e realizadoras; a produção de gêneros essenciais, o desenvolvimento da indústria e do comércio trarão as populações vizinhas como tributárias econômicas e culturais dos centros brasileiros, melhorando as relações do Brasil com os povos limítrofes e concorrendo também para o desenvolvimento de seu estágio social; o efetivo domínio das áreas mortas garantirá inapelàvelmente, o direito de "uti possidetis", que valeu ao Brasil a posse da Amazônia; os núcleos civilizadores de fronteira assegurarão para o País a posse dos desertos do centro, até que as populações da orla marítima se desloquem para o sertão e, no interior, se encontrem com os colonizadores da faixa de limites; os administradores formados na experiência territorial prepararão novas equipes de trabalho, cujo cabedal de provas concorrerá para formação de uma nova mentalidade administrativa, capaz de substituir os antiquados métodos de govêrno das unidades estaduais, mesmo porque a administração territorial não deve constituir uma máquina burocrática para distribuição de empregos e empenho de verbas de rotina. Deve objetivar propósitos audaciosos, assumir ares de campanha, com prazos de urgência e exigências de apostolado. Poucos ainda atentaram para a experiência da entidade Territorio entre nós, mas êsse experimento encerra o fulcro de reformas que podem modificar profundamente o conceito de administração pública no Brasil. Que se ampliem os

seus delineamentos pioneiros, que os Territórios sejam governados por homens audaciosos, com noção de espírito público, que sejam sistemàticamente afastados do cargo os administradores com tendência para a rotina e para a redução dos problemas a cômodos travesseiros, e os Territórios desempenharão papel surpreendente no futuro do Brasil como povo e como organização nacional. Enquanto se modela a organização territorial, passo a passo com o plano de valorização econômica da Amazônia, os preparadores da grande inversão de recursos nacionais tenham em mente a advertência do primeiro magistrado de que os Territórios existentes, com exceção do de Fernando de Noronha, ocupam posições avançadas na bacia amazônica e, dêsse modo, não podem objetivar apenas os problemas de ocupação da faixa lindeira, mas, sobretudo, o de aproveitamento econômico do maior espaço inaproveitado do País.

24 — A ORGANIZAÇÃO ESTADUAL

Um importante conjunto de medidas deixará de surtir efeito enquanto perdurar a organização administrativa vigente nos dois principais Estados da Amazônia.

O sistema em que se apóia a máquina governamental nos Estados do Amazonas e do Pará já foi ultrapassado pelo tempo e pela técnica. Respeitadas as peculiaridades, é aquêle que, via de regra, domina em tôdas as unidades da Federação, impondo-lhes um regime antiquado e sem expectativa. Se a organização municipal é uma das causas da anemia financeira e a organização territorial o primeiro passo efetivo para valorização econômica,

a organização estadual constitui uma séria dificuldade para a obra de desenvolvimento determinada pela Constituição. Em primeiro lugar, os ciclos econômicos substituídos quase definitivamente pelo nomadismo florestal foram depositando nas capitais os frutos de anos de labor. As duas grandes cidades-sede, Belém e Manaus, cresceram desproporcionalmente à pobreza geral, sobretudo demográfica das municipalidades do interior. A concentração das riquezas e das vantagens na capital ampliava as correntes do êxodo. Para sustentar os crescentes serviços na capital, era preciso extrair e negar maiores recursos ao interior. Conseqüentemente, o Estado evoluiu, cada vez mais, para a condição de um órgão caro, entre a União e os Municípios, preocupado em haurir proventos para manutenção de sua sede. Foi assim que áreas inteiras, representando porções de valiosa significação na política continental e no aproveitamento econômico do solo brasileiro, ficaram inteiramente entregues ao acaso e ao desesperado esfôrço de sobrevivência de suas populações. Perturbada pela distância, pela magnitude dos problemas a enfrentar pela ausência de estudo e decisão, a administração estadual refugiava-se na sede, de onde muitos governantes jamais arredaram o pé, em direção ao interior. A instauração do regime unitário, pelo Estado Novo, veio agravar o problema. Sem autonomia, sem recursos próprios para alimentação de sua aparelhagem, dependendo em tudo do govêrno central, os Estados sòmente dispunham do campo municipal para escapar à pressão. Dessa maneira, os municípios ficaram reduzidos à ínfima condição, trabalhando com os últimos esforços para sustentar os governos estaduais. A fuga das rendas

para a capital assumiu caráter impressionante e, como expressão de um grave momento da organização nacional, são claros os números correspondentes a quatro períodos decenais das arrecadações no Brasil, a que já fizemos ampla referência em capítulo anterior.

Nos dois grandes Estados do vale amazônico, a situação, no último decênio, vinha a se decompor de maneira que, no Estado do Amazonas, em 1946, num total de 131.062 mil cruzeiros, a União arrecadava 50 milhões e 233 mil; e os 25 municípios, inclusive a Prefeitura de Manaus, 10 milhões e 454 mil cruzeiros. No Estado do Pará, de um total de 250 milhões e 996 mil cruzeiros de receita, a União captou, no mesmo ano, 103 milhões e 467 mil cruzeiros; o Estado obteve 93 milhões e 667 mil cruzeiros; e os 58 municípios, incluindo o de Belém, alcançaram apenas 53 milhões e 862 mil cruzeiros. Nesta última unidade federada, a incidência tributária é uma das que menos castigam o município do interior em benefício da capital. Mesmo assim, a precariedade de recursos das comunas impede iniciativas de vulto que desenvolvam a vida local e concorram para o progresso do Estado. Tudo se encontra na dependência do govêrno do Estado e, mesmo com Prefeitos e Câmaras Municipais eleitas pelo voto popular, é difícil às administrações do interior realizar qualquer tarefa de importância sem anuência ou auxílio daquele. A essa altura, o município se encontra desamparado, porque o Estado mal arrecada para atender às necessidades da burocracia existente. Os empreendimentos não progridem e é compreensível o embaraço do chefe do executivo estadual no Amazonas, com uma população de cêrca de meio milhão de habitantes para

trabalhar mais de um milhão e meio de quilômetros quadrados, ou no Pará, com pouco mais de um milhão de pessoas para criar riqueza em perto de um milhão e duzentos mil quilômetros quadrados.

Através de tão grandes distâncias, as providências se diluem, no tempo e no espaço, insuficientes e atrasadas para vencer os empecilhos do insulamento demográfico entre águas e selvas. Portanto, o dinheiro arrecadado muito dificilmente volta convertido em benfeitorias, empréstimos ou melhoramentos.

Esgotado pelo fisco ou pelo abandono, o produtor, o homem útil, na primeira oportunidade favorável abandona o núcleo primitivo e segue para aumentar o contingente dos consumidores na capital. A inanidade do govêrno estadual, diante do fenômeno, é uma resultante da apatia a que atingiram as unidades por anquilosamento financeiro. Como não dispõem de numerário para enfrentar a crise, deixam as coisas ficar como Deus fôr servido. De certo modo, é explicável essa desintegração do Estado-membro como unidade administrativa no vale amazônico. Seria quase justificável se o Brasil não fôsse um país novo, cujos líderes, guindados ao poder, têm por obrigação natural a audácia e a intrepidez de introduzir novos métodos de condução da coisa pública, erradicando inexoràvelmente costumes desatualizados, que o tempo afastou e sòmente a fôrça da inércia deixou de pé.

E' bem certo que, nos últimos tempos, outras unidades administrativas se têm superposto aos Estados no exercício de funções relacionadas com sua competência. Mas semelhante fato não deve ser aceito como uma substituição e nem os Estados do extremo norte devem aceitar os investimentos fe-

derais como se a Amazônia passasse a ser uma área de colonização nacional. Cumpre-lhes corresponder ao trabalho da União, ajudando-o convenientemente em todos os setores, sobretudo na esfera de sua atribuição, para que progridam com energia própria e, pelo resultado dos trabalhos, possa o govêrno federal estar devidamente pago, em produção de bens de consumo e aumento de suas rendas, dos investimentos a que ali procede, extraídos da receita arrecadada em tôda a Federação. Assim, por exemplo, na elaboração do orçamento. Como a grande maioria das nossas unidades federadas, os Estados amazônicos não possuem planos de govêrno a longo prazo. Sem uma equipe de assessôres que estudem os problemas parceladamente e em conjunto e rodeiem o chefe do executivo de informações seguras, serenas e equilibradas, sem contar com um mercado de capitais, sem tirocínio administrativo de largos impulsos e fecundas medidas, que resta ao govêrno estadual senão arrecadar para o pagamento do funcionalismo e a conservação da rotina? Pollticamente, o papel de estudar e projetar providências de longo alcance caberia às assembléias legislativas e, em escala menor, às câmaras municipais. Mas não é fácil, e a preocupação pela pesquisa dos fenômenos econômicos ainda não atingiu à Amazônia com a profundidade exigida pelos seus problemas. Dêsse modo, as administrações estaduais não realizam obra duradoura, porque lhes falta um *plano diretor*, um *desejo*, um *ponto* qualquer a alcançar. E como não mais realizam do que os deixar como se apresentam, eis que nada mais fazem do que administrar muito pouco, pornão se administra o deserto vazio de meios de execução.

Se outro fôsse o critério para elaboração do orçamento, as perspectivas seriam melhores. Mas, em vez de constituir um programa de ação administrativa, os orçamentos de receita e despesa são, na realidade, uma conta de chegar, entre as contribuições possíveis e as despesas certas. Por outro lado, se o orçamento fôsse encarado como um plano de govêrno, uma delimitação de objetivos, não se registrariam manifestações de timidez quanto à aplicação de saldos do exercício anterior. Não se verificaria o que acontece com a lei de meios do Estado do Amazonas que, em 1947, apresentou um saldo favorável de 2 milhões 447 mil 911 cruzeiros e 50 centavos, enquanto a verba destinada ao Fomento era a menor rubrica do título "Despesa do Estado", ou seja apenas 1 milhão 244 mil 730 cruzeiros. As finanças do Estado do Pará, em situação delicadíssima, não teriam problemas com saldos, mas com "deficits". Todavia, num como noutro caso, a elaboração e execução orçamentária detêm a chave de várias das principais questões. Uma ação administrativa bem programada poderia aumentar as receitas do Estado, aliviar a tributação sôbre os municípios e retirar o govêrno regional do impasse em que se encontra. Para tanto, é necessário abandonar as soluções parciais e improvisadas, criar uma técnica e uma mentalidade administrativa, um "mind of institutional", que resista aos impactos da política e assegure continuidade à obra do govêrno. Enunciando estas verdades, move-nos o desejo de colaborar com as administrações estaduais da Amazônia, a fim de que se tornem mais habilitadas à ativa participação num plano de valorização econômica do grande vale. São bem claras as dificuldades que defrontam os governa-

dores Moura Carvalho, do Pará, e Leopoldo Neves, do Amazonas, para vencer as peias de uma organização tradicional, envelhecida e tombada sôbre os próprios passos. Justamente por isso, e porque bem as conhecem, cabe a ambos uma tarefa de grande responsabilidade — a modificação nos processos de govêrno estadual na Amazônia.

Várias circunstâncias militam em prol de um câmbio dessa natureza, entre elas a coincidência com o prazo de investimentos nacionais determinados pela Constituição e com o trabalho desenvolvido nas áreas de fronteira, por intermédio dos Territórios Federais. E' muito possível que os métodos administrativos, introduzidos nos Territórios sob o contrôle da União, venham a modificar profundamente, pela proximidade do exemplo, a organização obsoleta dos Estados-membros. Seria, entretanto, de muita utilidade que os Estados preparassem, desde já, uma reforma no próprio sistema. Saindo da letargia fatalista em que caíram, os Estados do Pará e do Amazonas reestruturariam sua velha máquina administrativa; organizariam planos de govêrno, a longo prazo, expresso em têrmos de despesa orçamentária; criariam "staff" de direção, estudo e planejamento; atrairiam capitais privados, como já o fizeram outrora; fariam tantos empréstimos quanto necessários, desde que destinados a movimentar atividades reprodutivas. Ficariam em condições de preparar a substituição da economia florestal pela agricultura e pecuária organizadas e pela indústria de transformação, concebendo e realizando o seu plano regional lado a lado com o plano geral do govêrno da União.

Essa política que se impõe aos Estados amazônicos, para sair do marasmo, da decadência e da inér-

cia. Preparar-se, cada um, como unidade moderna, para atuar de maneira mais eficiente, correspondendo à expectativa do país e servindo de fulcro a uma alteração de forma e de fundo na obsoleta organização estadual do Brasil.

25 — A AÇÃO PARLAMENTAR

Um dos obstáculos ao desenvolvimento da valorização amazônica reside na incompreensão dos trabalhos desenvolvidos no Parlamento.

Analisando as diversas fases da questão política, surgida com a dotação constitucional de 3% das rendas tributárias nacionais para o desenvolvimento da grande bacia hidrográfica, o observador equiüdistante chega às seguintes conclusões: a Comissão Especial da Câmara dos Deputados não organizou um plano de valorização econômica; os seus principais elementos se encontram em oposição aos governos das unidades federadas por onde foram eleitos; a Comissão apresentou o projeto de criação de uma Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia há um ano; a não adoção de critérios preconizados no projeto do deputado Pereira da Silva e no substitutivo do deputado Coaracy Nunes causou descontentamento aos que preferiam as diretrizes ali contidas; os desentendimentos com o ex-presidente do Banco de Crédito da Borracha, sr. Firmo Dutra, abalaram os trabalhos da entidade legislativa; a maioria da opinião pública acredita que a Comissão Parlamentar dispõe de verba para aplicar e não a aplica nem prepara o plano que tornaria obrigatória a aplicação.

Após investigar o delicado aspecto, verificamos também que não poderia ser colocado à margem, na ampla análise, que vimos realizando, do desenvolvimento da área amazônica, pois sem o acomodamento da questão política qualquer planificação será difícil, senão impossível. Balanceando os fatos acima expostos, seu progresso e resultantes, chegamos igualmente a outras conclusões, que assim podem ser expostas: a Comissão Parlamentar não organizou um plano de valorização econômica da Amazônia, pois esta é uma função de govêrno e a Comissão é um órgão legislativo; a oposição de seus principais componentes aos governos dos respectivos Estados não pôde ser contornada em favor do bem comum, daí surgindo a descoordenação entre os propósitos do órgão legislativo e as atitudes das administrações regionais compreendidas no âmbito da valorização; o projeto de criação do órgão executivo, apresentado pela Comissão Parlamentar, por intermédio do presidente Leopoldo Peres, que o tornou público da tribuna da Câmara, a 15 de setembro de 1947, passou, em seguida, a percorrer as Comissões permanentes daquela casa do Congresso e, depois de analisado em várias, encontra-se, neste momento, na Comissão de Constituição e Justiça, onde o deputado Eduardo Duvivier prepara o seu relatório; o descontentamento causado pela rejeição das proposições contidas nos trabalhos dos deputados Coaracy Nunes e Pereira da Silva, sobretudo do primeiro, deu origem a maiores prejuízos para a Comissão, no conceito geral; os prejuízos mencionados tinham sido precedidos de outros, conseqüentes ao atrito com o ex-presidente do Banco da Borracha; sòmente por falta de tradição parlamentar no Brasil é possível

acreditar que uma Comissão Especial do Congresso possa desempenhar funções tìpicamente executivas e disponha, a seu talante, de verbas especiais vultosas, como as destinadas pela Constituição ao vale do Amazonas.

Alcançar o fundo dessas verdades, aparentemente simples, tem sido tarefa penosa para muitos e, se assim continuar, sòmente a serenidade do tempo será capaz de restabelecer a verdade histórica sôbre o tumultuoso episódio, capaz de ameaçar sèriamente os objetivos preconizados pela Constituição quanto ao planejamento regional do País.

Existe, pois, uma indisposição manifesta contra os trabalhos da Comissão Parlamentar de Valorização Econômica da Amazônia e, em vez de diminuir, aumenta, porque as populações regionais se impacientam com o adiamento da criação do órgão executivo e, juntamente com o resto da opinião interessada ou meramente curiosa, repousa na Comissão o desencanto pela ausência de um trabalho que todos julgam já deveria ter sido iniciado. Dessa forma, os membros da Comissão chegaram ao fim da sessão legislativa de 48 sem que prossiga para a meta final o projeto de sua responsabilidade. Por outro lado, premidos pelos apelos dos representantes da economia extrativa, predominante na região que representam, acabam de desenvolver intenso trabalho em favor do financiamento da borracha a preço acima da cotação internacional. Embora reconhecendo que a Amazônia necessita libertar-se da economia predatória baseada na borracha silvestre, a maior parte dos membros entende que é impossível abandonar o estágio vigente à própria sorte sem a compensação de uma economia de transição para a policultura

racional. Assumiram, portanto, uma atitude tècnicamente imperfeita, mas a única compatível com a situação, pleiteando a inclusão de crédito no valor de 150 milhões de cruzeiros no orçamento da República, destinado àquele fim, como integrante da verba de valorização, pròpriamente dita.

De tal movimento, colheram três conseqüências. A Comissão de Finanças, pelo parecer do deputado Horácio Láfer, relator da Receita, opinou, como era natural, que o crédito pedido não podia nem devia ser incluído na verba de valorização — o que representaria um desvirtuamento dos fins previstos na Carta Magna, e sòmente caberia, no tempo devido, solicitar ao govêrno da União um crédito especial. Diante da decisão da Comissão de Finanças, nada mais restava à Comissão Especial, vendo a sua emenda derrubada, que aguardar o instante em que a premência de pagamentos se convertesse em clamorosos apelos e voltar ao govêrno da República para que êste houvesse por bem conceder o crédito necessário extraorçamentàriamente. Colheu, então, as duas últimas conseqüências. Enquanto na imprensa do Rio de Janeiro a Comissão da Amazônia era atacada por sòmente se preocupar com o financiamento de uma economia falida, como a da borracha silvestre, nas capitais do extremo norte erguiam-se vozes contra a inércia em que abandonava ao desespêro o arcabouço das comunidades amazônicas. Aliás, a Comissão de Finanças, ao decidir contra o financiamento à borracha na lei de meios, apoiava-se na Lei n.º 86, de 1947, a qual dispôs, em seu artigo décimo, que "para atender ao financiamento dos excedentes do consumo nacional de borracha com a sustentação dos respectivos preços, o govêrno fe-

deral solicitará, quando necessário, a atribuição dos competentes recursos financeiros, dentro do plano que fôr outorgado pela Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia". Logo, a competência para solicitar o crédito destinado ao financiamento da produção gomífera cabe, de direito, ao Poder Executivo. Sòmente para atender aos apelos da economia amazônica, é que a Comissão Parlamentar veio a interferir.

Não obstante a decisão da Comissão de Finanças, o órgão legislativo de valorização empenhou-se em firme demonstração perante aquêle órgão permanente da Câmara e, com o esfôrço conjugado da representação das unidades federadas do setentrião, foi-lhes possível, às bancadas amazônicas, obter a reserva de 162 milhões de cruzeiros, à conta da verba constitucional, para serem distribuídos aos Estados e Territórios da planície. Por sinal que a conjugação de esforços de todos os representantes, para alcançar aquêle resultado, pode ser encarada como um fato auspicioso, pois demonstra que será possível conciliar os pontos de vista divergentes e que as questões políticas podem ser superadas com êxito em favor do objetivo que, com vária opinião, todos procuram, a intensificação das energias do vale do Amazonas.

Verifica-se, portanto, que a valorização da Amazônia deve ser separada, em seus aspectos negativos, da tarefa desenvolvida pela Comissão Parlamentar. Tendo apresentado, há um ano, o projeto que lhe competia, não lhe cabe culpa pelo fato de que o mesmo esteja tramitando pelos meandros de uma Câmara de Deputados que mal saiu da condição de assembléia constituinte, eleita após govêrno ditatorial de oito anos. Empenhados em

servir à verdade e, com esta, às causas que dizem respeito ao desenvolvimento das virtualidades nacionais, devemos chegar ao entendimento final de que a Comissão responsável, no Parlamento, pela aplicação dos textos constitucionais sôbre a Amazônia, cumpriu o seu dever na medida de suas possibilidades e chegou, mesmo, no empenho de bem servir ao País, a transcender o limite de sua competência, acarretando desvantajosos preconceitos que, um dia, serão afastados pela justiça da posteridade.

26 — A POLÍTICA IMIGRATÓRIA

Da política brasileira de imigração depende a efetividade do desenvolvimento econômico da Amazônia.

Se o Brasil continuar com sua política de portas fechadas à concorrência do braço estrangeiro, bem difícil será a posse útil da gleba nos próximos vinte anos. Eis porque se torna conveniente insistir e reclamar pela complementação constitucional sôbre a matéria, assim como exigir o estudo e preparo das condições necessárias à fixação de novos grupos humanos dentro da maior porção despovoada do território nacional. Tudo já se tem dito, tanto já se tem escrito, muito já se discursou no País, nestes últimos três anos, chegou a se formar, nas calçadas jacobinas das cidades, uma ambiência psicológica favorável à imigração, e o clima real, quanto à recepção de imigrantes, é inalterável, incomovível, desalentador. Após mais de um ano em trânsito pela Câmara dos Deputados, o projeto de criação do Departamento Nacional de Imigração e Colonização, reclamado com crescente em-

penho pelas mensagens presidenciais na abertura de cada período legislativo, estacionou no Senado e não se sabe que destino terá. Dividindo em quatro períodos, para efeito de análise, o fluxo imigratório para o Brasil, o professor Giorgio Mortara demonstrou, cientìficamente, que a fase atual é a mais insignificante, pois constitui um prolongamento do estágio em que o número de alienígenas desceu, pràticamente, a zero.

Desaparelhado o País para atender à imigração, como se nadasse em material humano altamente capacitado, fechado à colaboração externa, como uma sociedade primitiva e desconfiada, o Brasil não está muito habilitado a modificar substancialmente as relações entre seus parcos grupos humanos. Nessas condições, deixam de ser favoráveis as perspectivas de colonização do vale amazônico.

Sem aceitar no todo, cabe, na emergência, considerar as observações do geólogo e notável estudioso Glycon de Paiva. O autorizado intérprete da economia brasileira, em artigo sôbre "A capacidade de população do Brasil", estampado há três anos, levando em conta a extensão territorial, a precipitação pluvial, as disponibilidades de energia elétrica, a capacidade alimentar do solo, a capacidade de importação de combustíveis minerais, a inclinação dos atuais adensamentos demográficos, assim como a temperatura, conclui que uma população ótima para o Brasil deve ser alcançada entre 62 milhões e quinhentos mil e 64 milhões e 800 mil habitantes. Isto é, ultrapassando 65 milhões de residentes, o País deixará de ter uma população ótima. Como esclarecimento às conclusões, o sr. Glycon de Paiva opina que um padrão de vida decente, no Brasil, será incompatível com população

densa, enquanto não aproveitarmos carvão e petróleo brasileiros em quantidades substanciais. Lembra, também, que a existência de uma marinha mercante de longo curso, cobrando fretes de importação em moeda nacional, é fator de relevância porque sua existência está diretamente ligada ao porte de nosso trem de vida. Ao mesmo tempo, a eletrificação do país e a venda de eletricidade a preço baixo é uma das condições de sobrevivência econômica, sem degradação maior do padrão de vida, sugerindo o mesmo estudioso que o nosso modêlo a atingir deve ser uma economia intermediária entre a França e a Suécia e nunca os Estados Unidos, de condições naturais totalmente diversas das nossas. Por outro lado, um excesso de população nos lançará, sem dúvida, na situação da Índia e da China.

Se as previsões do sr. Glycon de Paiva podem ser superadas pelo uso intensivo dos recursos nacionais, é bastante provável que os planejadores da valorização econômica da Amazônia tenham de agir *à outrance* dentro da mesma ordem de idéias, considerando a reduzida viabilidade de imigração em massa para a planície, nas atuais condições do país. Por um paradoxo, aquêles que desejam substanciais acréscimos europeus ao "melting pot" amazônico se verão na contingência de raciocinar em têrmos de menor importância, contentando-se com os auscultadíssimos camarões que conseguirem passar pelas malhas da rêde antimigratória.

Integrada na realidade de uma política nacional imigratória negativa, que resta à Amazônia, para bem povoar o seu solo e melhor trabalhar as suas virtualidades? Habitada por uma população total que não chega a dois milhões de habitantes, dividi-

da em ilhas demográficas, quase estanques, sem aglutinação racional e sem ter conhecido, modernamente, nenhuma política de colonização que evitasse o nomadismo e os ciclos de aventura extrativa, que resta ao vale do rio-mar, ocupado pelo imperialismo português, para se ressarcir da impossibilidade de dominar a bacia hidrográfica do Prata? No esquema da valorização, mesmo dentro da lerdeza provocada pelos fatôres negativos, acreditamos que a imigração colonizadora só poderá ser encaminhada para a Amazônia dentro de dez anos, no mínimo. Até então, os investimentos constitucionais terão oferecido algum resultado e, em certas áreas, prèviamente escolhidas, estarão criadas condições para a recepção dos alienígenas. *Pari passu* com as medidas físicas preparatórias, será indispensável convencer psicològicamente as populações regionais da necessidade de ajuntar maior número de elementos humanos às tarefas de ocupação do vale, inclusive argumentando com o fato de que a criação de novos núcleos demográficos estimula e revitaliza, por vêzes, centros estagnados ou em decadência. Tal assertiva não pecará pela ausência de verdade. Assim o demonstrou Fernando Carneiro, nos trabalhos sôbre a interpretação da política imigratória brasileira, publicados nos últimos números de "Digesto Econômico", a grande revista nacional editada em São Paulo. E, na própria Amazônia, há o exemplo dos Territórios, notadamente o Amapá e o Acre, que começam a constituir origem de sadia emulação no trato dos problemas sociais.

No povoamento da região, será, igualmente, encarado o deslocamento de trabalhadores nacionais que, há quase um século, representam a principal

fonte de abastecimento demográfico da Amazônia. Para êsses, a política de colonização, prescrita nas leis em estudos no Congresso, prevê a concessão de facilidades, reclamadas por quem, na verdade, tem arcado com os ônus da conquista da maior floresta fechada do mundo. Concomitantemente, com a legislação federal, seria adequado que os órgãos de administração local e regional, bem assim o plano de valorização da Amazônia adotassem medidas capazes de assegurar interêsse ao trabalhador nacional, convidando-o a procurar o extremo norte para edificação de economia estável e compensadora. Na organização dos meios, é mister considerar devidamente os motivos que levaram ao fracasso a campanha da borracha, evitando com cuidado a predominância de razões que tanto depõem contra organismos como a C.A.E.T.A., a S.A.V.A. e outras repartições de emergência, responsáveis pela perda de valioso número de brasileiros e por derivantes morais ruinosos à colonização da Hiléia.

Colocada nesses têrmos, a imigração para a Amazônia abrange vastíssimos aspectos, que exigem estudo sereno e preparo antecipado das soluções. Entre estas, não poderá deixar de ser inscrito o levantamento das possibilidades de colonização dos campos gerais do Território Federal do Rio Branco, com 50.000 quilômetros de extensão, na maior superfície aberta na floresta; idem quanto à faixa de colonização nos contrafortes do sistema guiano; aos magníficos campos do Amapá; ao desenvolvimento da pecuária do Marajó e do baixo Amazonas; à piscicultura nos lagos interiores e à pesca no litoral atlântico; à silvicultura, onde as facilidades de transporte aconselharem a substituição da

floresta heterogênea pelo cultivo de espécies vegetais rendosas, em alta escala.

Quanto à exploração do interior, essas providências, ao lado de outras, serão indispensáveis. Genèricamente, será necessário procurar reunir a população em núcleos mais convenientes à distribuição de assistência social e à organização dos centros de produção e consumo. Nos maiores aglomerados urbanos, técnicos estrangeiros e outros profissionais serão convidados a melhorar o nível cultural existente, através de colocação nas indústrias e noutras atividades desenvolvidas pela valorização. Aceitando, pois, a realidade de uma política imigratória sem grande visão, mesmo assim, com pertinácia e vontade de acertar, o plano de valorização econômica poderá proporcionar à Amazônia apreciáveis contingentes de sangue novo, que multipliquem e revigorem as energias de um mundo em que a civilização ainda está na sala de visitas.

27 — O PLANO

O plano de valorização da Amazônia deve ser elaborado por uma comissão técnica integrante do órgão executivo.

Várias razões militam a favor de um planejamento verdadeiramente concebido por especialistas, e, entre muitas, desde já, ocorrem algumas que devem ser examinadas. Em primeiro lugar, o Parlamento, órgão eminentemente político, não será distraído de suas funções típicas para o estudo de um programa nìtidamente técnico, que não poderá concluir na presente legislatura. Em segundo lugar, não obstante a competência dos ilustres congressistas, notadamente os que constituem a

Comissão Especial do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o planejamento será melhor levado a efeito pela entidade executiva. Depois, torna possível colocar o plano mais a resguardo de desentendimento e preferências políticas. Acresce que o órgão disporá de mais amplos elementos de pesquisa e interpretação. E, finalmente, em benefício de sua exeqüibilidade e pleno rendimento, o plano poderá ser retardado para melhor estudo das áreas eleitas, sem que o Congresso fique exposto, como até agora, à fúria dos que não admitem delongas e querem salvar a todo pano o que em quatrocentos anos ainda não se perdeu. Não somos partidários de demoras injustificáveis, mas é preciso opor ao açodamento a necessidade de dar bases sólidas ao programa, que visa uma realização gigantesca e o Brasil não está, rigorosamente, habilitado a levar avante com seus próprios recursos.

Isso pôsto, o plano deve partir de duas premissas principais: a exiguidade das verbas a empregar, diante da magnitude da obra e da estreiteza do prazo de vinte anos — que só excepcionalmente será prorrogado — e a seleção dos problemas a resolver. Para qualquer dos dois pontos iniciais, é necessário passar pelo estudo da área de investimentos, segundo o critério da importância presente ou mediata das regiões geo-econômicas. As populações amazônicas devem compreender e aceitar a prioridade das pesquisas, sob pena de ver malogrados os intentos do govêrno federal e as suas próprias expectativas. Conforme tivemos oportunidade de referir, anteriormente, a experiência do vale do Tennessee é aplicável, com êxito, em diversos pontos, à valorização da Amazônia. O Tennessee é um curso dágua cuja bacia, atingindo

vários Estados da União norte-americana, abrigava uma população precàriamente servida de kilowats, com baixo índice de vida, sôbre uma terra empobrecida pela erosão.

Em 1934, o govêrno de Washington criou a Administração do Vale do Tennessee, para o aproveitamento da energia hidráulica da bacia. Poucos anos depois, a T.V.A., como é geralmente conhecida, se convertia no principal elemento de progresso da região, levantando o "standard of living" das populações locais e interessando-as vivamente na solução de seus problemas, segundo a política que o administrador David E. Lilienthal considerou a mais notável experiência de democracia atuante. A fim de alcançar êsse resultado, entretanto, exaustivos estudos já tinham sido efetuados e, ao baixar o presidente Franklin Roosevelt, o "Tennessee Valley Authority Act", era só lançar mãos ao trabalho, que os levantamentos e cálculos estavam de há muito procedidos.

De posse dos minuciosos resultados do levantamento das possibilidades e existências das bacias constituintes do vale, bem assim das observações hidrológicas, hidrométricas, meteorológicas e outras, indispensáveis ao conhecimento do meio físico, juntamente às resultantes da análise das diversas questões relacionadas com a ocupação útil da terra, como o sistema de crédito, a economia, os transportes, o saneamento, a educação, os meios de produção e distribuição de bens de consumo, a comissão de planejamento dará início ao seu trabalho, com prévia revisão dos planos e orçamentos dos serviços já em execução pelos diferentes órgãos estatais. Numa divisão elementar, o plano poderá compreender duas partes distintas. Uma reunindo os pro-

blemas imediatos e sua assistência, com a criação de uma economia de transição entre a atual e a programada para substituí-la. Outra com os problemas mediatos e as formas de atingir a policultura racional e a industrialização. Na primeira parte efetuar-se-á a relação dos objetivos a alcançar para melhoria, desde já, das condições de existência dos grupos demográficos regionais. E' um setor que abrangerá a instituição de sistema de crédito adequado às necessidades da indústria, da lavoura e do comércio, possibilitando a irrigação financeira de zonas ressequidas pela falta de capital; a reforma e melhoria dos transportes em função da melhor circulação da riqueza; o saneamento de áreas reputadas convenientes à concentração de grupos demográficos; a introdução de melhores métodos de aproveitamento dos recursos naturais; a abertura e conservação de rodovias, bem assim de ferrovias e dos caminhos aéreos; a facilitação das comunicações interiores; o incentivo à educação e a concessão de auxílio material, sob forma de empréstimo, às iniciativas particulares de aproveitamento econômico.

Na segunda parte, — consolidação dos propósitos perseguidos na primeira, — já com os frutos de experiência desta, serão firmados os grandes princípios básicos da valorização. Em sua estrutura deve predominar a orientação no rumo da policultura racional e da industrialização. Mediante o manejo do crédito, através de depósitos, de aplicação rigorosamente fiscalizada, nos bancos regionais, a produção deve ser dirigida nesse sentido, inclusive com o uso de meios de propaganda e convicção popular. Para essa altura é que devem estar previstos os trabalhos de colonização, não sò-

mente com obreiros nacionais, mas com imigrantes estrangeiros, aos quais se terá criado, até aí, condições favoráveis à sua integração no capital humano da Amazônia.

Em todos os seus desenvolvimentos quer na construção de hospitais regionais, como na de estradas de acesso e interligação das bacias, no aproveitamento hidrelétrico e na instituição da siderurgia regional, possível no Amapá, na organização do transporte e no fomento à produção, o plano deve procurar sempre exercer ação central descentralizada, sòmente realizando serviços por conta própria à absoluta inexistência de meios já criados. Além de representar sensível economia em pessoal e material, ademais de evitar desastrosa concorrência no mercado de trabalho, sobretudo de trabalho especializado, o plano de valorização da Amazônia ficará em condições de transplantar vantajosamente para o grande vale a experiência do Tennessee, empregando intensivamente tôdas as unidades idôneas em funcionamento na bacia, desenvolvendo iniciativas paralisadas ou agonizantes por anemia financeira, chamando efetivamente as células constituintes do organismo amazônico para a obra de valorização. Se tão fundamental aspecto fôr atentamente cuidado, a margem de perdas no investimento constitucional ficará de muito reduzida, máxime se se levar em conta que entre aquelas unidades, estão os Territórios de fronteira, todos com plano de trabalho que as verbas da valorização virão reforçar e tornar mais perto de conversão em realidade. Nos Territórios em que se trabalha intensamente, como no Acre e no Amapá e noutros em que as condições retardam um pouco o desenvolvimento, como no Rio Branco e no Gua-

poré, os técnicos da colonização de fronteiras estão a postos, como o prova o recente relatório do governador do Rio Branco, capitão Clóvis Nova da Costa, à Comissão Parlamentar da Amazônia, sendo de notar também a excelente monografia do Amapá mandada organizar pelo governador Janari Gentil Nunes, e, de autoria de um de seus auxiliares diretos, o sr. Solerno Moreira. Ao mesmo tempo, ampliar-se-á o programa preconizado para outro grande vale brasileiro, o do rio São Francisco, êste felizmente já melhor estudado e reconhecido.

Com efeito, depois do pronunciamento de autoridades na matéria que o percorreram e observaram, o vale do São Francisco mereceu sugestões para seu aproveitamento que bastante concorrerão para o fim visado. A que diz respeito ao órgão executor da intensificação dos recursos sanfranciscanos recomenda que a Comissão do Vale do São Francisco deverá, inicialmente, ser mais orientadora, planificadora e supervisora do que pròpriamente executora, não só por lá existir repartições federais, encarregadas por lei da execução de semelhantes serviços, com jurisdição em todo o território nacional, bem como por ser difícil, no momento, a aquisição de novos técnicos especializados, sendo comum o fato de para se lotar um determinado serviço ter de desfalcar o quadro de outra entidade correlata. Ainda mais — diz a sugestão — a C.V.S.F. praticando dêste modo terá, de início, a cooperação das diferentes repartições ministeriais e entidades especializadas na solução dos seus diferentes problemas, ficando com mais liberdade para cuidar dos estudos e projetos relativos ao planejamento geral das obras, da distribuição dos indispensáveis recursos financeiros e do estabelecimento dos novos pro-

gramas anuais de trabalho, com real economia para os cofres públicos. Do contrário para que a Comissão do Vale do São Francisco pudesse executar diretamente todos os serviços necessários ao desenvolvimento do vale, teria de ser criada uma verdadeira administração regional, quase igual a de um Território ou Estado o que não é admissível, pelo fato mesmo de ferir as leis e regulamentos que criaram e organizaram as diferentes repartições federais que possuem jurisdição sôbre todo o País.

Assim, no órgão de valorização da Amazônia, como no de desenvolvimento do São Francisco, deverão ficar, de início, em sua dependência direta, os serviços de planificação pròpriamente ditos, os estudos de ordem geral e as providências técnicas e administrativas para a organização e elaboração do plano de conjunto destinado ao aproveitamento do vale. A entidade ganhará extraordinária penetração. E o plano se cumprirá, paulatinamente, em extensão e profundidade, interessando tôdas as unidades humanas e econômicas do maior deserto verde da superfície da terra.

28 — O PLANEJAMENTO REGIONAL

A elaboração do plano de aproveitamento dos recursos da Amazônia deve partir do estudo cuidadoso da área de investimentos. Mesmo com delongas, inevitàvelmente incompreendidas pelos que querem salvar a Amazônia a todo pano, possuídos talvez do temor bíblico de que sobrevenha um novo dilúvio. Não obstante a delicada situação econômica reinante na planície, os responsáveis devem procurar fugir ao tumulto da pressa e organizar um programa flexível, mas que represente o fruto do conhecimento amadurecido das condições

reais e a que não falte aquêle precioso material de construção reclamado por Rui Barbosa para as grandes obras, citadopelo deputado Aliomar Baleeiro, a propósito do São Francisco — o tempo.

O minucioso levantamento, o balanço de dados e o julgamento de conclusões representam a matéria prima inicial da valorização da Amazônia. Do contrário, estaremos diante de obra imperfeita, imprudente e sem projeção no espaço. Como base do plano, afigura-se da maior importância o estudo parcelado das diversas bacias hidrográficas que alimentam o aranhol potâmico, segundo ordem de importância econômica ou de aglutinação de populações. Sob êsse aspecto, o planejamento viria encontrar apreciável elemento, como estudo-piloto e fonte de diretrizes, na análise regional do vale do Rio Branco. O grande curso dágua constitui uma bacia hidrográfica própria, apesar de ser um dos subafluentes do Amazonas, cujas águas abastece através da corrente do rio Negro.

Extremamente singular, a caudal é o eixo de uma economia peculiaríssima na Amazônia, a economia do Território Federal do Rio Branco, a única unidade federada na região Norte que não depende da indústria extrativa vegetal. Tendo em mãos o relatório com que, sob o título "Administração e Govêrno do Território Federal do Rio Branco", o governador Clóvis Nova da Costa compareceu perante o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, expondo as virtualidades daquela área-problema em face da valorização, verificamos como o planejamento regional pode intensificar os recursos e o potencial de riqueza do Território, que é o segundo em extensão e a

última unidade federada do Brasil em porcentagem de habitante por quilômetro quadrado.

Para o seu planejamento, a superfície do Território do Rio Branco poderia ser dividida num roteiro elementar que compreendesse a região das matas, com clima quente, úmido, vegetação megatérmica, economia de apanha florestal, ou baixo Rio Branco; a região dos campos, com vastas pradarias, assentes na maior peneplanície do mundo, com a altura média de 50 metros, terra de trânsito para o divisor de águas do Amazonas e do Orinoco, clima de savanas, com cêrca de oitenta por cento da população total, empregada na rudimentar indústria agropecuária permitida por uma das poucas extensões de campos existentes na Amazônia, representando o alto Rio Branco; e a região montanhosa, — cujos degraus, em suaves ondulações, sobem até o tôpo do monte Roraima, imponente maciço trabalhado pela erosão, — caracterizando-se pela idústria extrativa mineral, principalmente diamantes, o maior valor nas exportações locais.

No Território do Rio Branco, diz um dos estudiosos brasileiros que descreveram a região, a distribuição da população se faz ao longo dos rios, tal como em tôda a Amazônia, porque os rios facilitam os transportes, fornecem água, peixes para alimentação e, durante a vazante, margens adubadas para culturas de ciclo vegetativo rápido. As terras apresentam, porém, possibilidades variáveis e facilidades também variáveis de exploração das riquezas florestais, daí as peculiaridades que caracterizam os agrupamentos humanos encontrados no baixo Rio Branco, no

alto Rio Branco e na região montanhosa do extremo-norte. As peculiaridades dessas três regiões fisiográficas diversas determinaram diferentes tipos de conduta e exploração econômica, verdadeiras mentalidades diferentes, tanto mais diferentes entre si quanto mais diferentes as condições mesológicas. Por conseguinte, o baixo Rio Branco, com as características definidoras da Hiléia amazônica, abriga uma população precàriamente instalada numa vida de mero extrativismo florestal. No alto Rio Branco, a pequena agricultura e a pecuária empírica chumbaram nos campos gerais e às margens dos rios Uraricoera, Majari, Parimé, Surumu, Cotingo, Maú e Tacutu os adensamentos humanos que constituem a maior parte da população territorial. E a região montanhosa, estreita faixa no extremo norte, ao pé dos contrafortes do sistema orográfico guiano, guarda núcleos de população aventureira, garimpeiros atraídos pela fascinação diamantífera e aurífera, sem agricultura e sem pecuária. Na opinião do primeiro governador do Território pode-se representar a distribuição antropogeográfica do Rio Branco como que assumindo a forma de uma grande cabeça (os campos gerais e a região montanhosa), sustentada por uma comprida e sinuosa espinha dorsal que é o eixo das comunicações de tôda a unidade — o Rio Branco. Isto tem uma importância básica para a ação administrativa do govêrno, diz o mencionado estudioso. E' que, embora sendo pequena, a população — pouco mais de 15.000 habitantes — ela se encontra à margem dêsse rio fundamental ou nos campos gerais, concentrada em adensamentos de volume variável, o que facilitará a aplicação dos recursos

e dos esforços, sem diluição ou dispersão exageradas, como acontece nas regiões de baixo coeficiente demográfico.

Para uma área assim configurada é que o governador Clóvis Nova da Costa propôs o planejamento regional dentro das perspectivas do plano de conjunto. Acredita o administrador que, contra o aproveitamento do Rio Branco, se erguerão conceitos apontando como fatôres negativos as cachoeiras do alto Rio Branco, os obstáculos da região montanhosa e a dificuldade de escoamento da produção pelo Atlântico. Mas contesta, antecipadamente, a invencibilidade dos fatôres, solicitando: "Estude e aproveite-se o potencial hidrelétrico do Uraricoera; explorem-se os lençóis de petróleo, a ser lançado por oleodutos na costa do Atlântico; aproveitem-se as jazidas de carvão e variados minerais; introduza-se a pecuária racional nos campos — que o acesso ao Rio Branco se fará fácil e naturalmente". A manifestação do delegado do govêrno federal demonstra um conhecimento prévio da situação, que muito útil será para o levantamento geral das condições amazônicas e da bacia do Rio Branco em particular. Ao mesmo tempo as soluções, que aponta — a pesquisa agronômica e a silvicultura, a exploração do subsolo pelo aproveitamento do carvão e do petróleo, a captação da energia hidrelétrica na região montanhosa e no alto Rio Branco, assim como a intensificação da colonização espontânea do alto Rio Branco pela pecuária racional, servem de base, ao lado de outras providências, como a aclimação de imigrantes europeus e a instituição de adequado sistema de irrigação financeira, para

o cálculo das possibilidades de participação daquela área no programa total. Sòmente no setor do crédito faz indicar, desde logo, três medidas diferentes a serem aplicadas no Território pelo órgão de valorização: o financiamento da pecuária e da agricultura no alto Rio Branco; o financiamento da silvicultura no baixo Rio Branco; e o financiamento de culturas temperadas na região montanhosa.

As considerações do governador Clóvis Nova da Costa, que merecem ampla consideração, demonstram, ainda, através de seu conteúdo, que as antigas regiões abandonadas do Brasil — os Territórios Federais — evoluíram no plano de govêrno de modo a constituir um degrau fundamental na valorização da Amazônia. E' pois de tôda conveniência que o planejamento dos investimentos nacionais na Amazônia comece pelo estudo separado das bacias hidrográficas e das zonas geoeconômicas, com ampla consideração dos planos regionais, que os Estados não preparam, mas os Territórios elaboram, como condições de própria sobrevivência e imposição da necessidade de um roteiro, que todos os organismos jovens procuram, em suas primeiras projeções sôbre o mundo.

29 — O ÓRGÃO EXECUTIVO

No órgão executivo estão concentradas a esperança e a impaciência dos que reclamam velocidade na valorização da Amazônia. Mas é preferível que se retarde, um pouco, a sua preparação, do que constituir uma entidade incapaz de realizar a tarefa que lhe cabe.

Conforme lembra, sensatamente, o deputado Aliomar Baleeiro — em voto vencido, na Comis-

são de Finanças da Câmara, relativo ao projeto de criação da Comissão do Vale do São Francisço e que aplicou, ao de criação da Comissão Executiva do Plano de Valorização Econômica da Amazônia — a instituição da Comissão do Vale do Tennessee, onde se inspiraram, de certo modo, os dois projetos, foi precedida de um plano prévio, de um estudo apurado e minucioso do problema, através do conhecimento concreto das coisas a fazer. O "Act" de 1933 é um longo diploma de 26 páginas de impressão desentrelinhada, frisa o parlamentar, envolvendo inúmeros pormenores, que refletem aquêle conhecimento concreto, fruto de amadurecida e consciente investigação e deliberação. "Não é o nosso caso. Estamos a deliberar quase no escuro, desejando sincera e vivamente o fim, no mais louvável e patriótico dos impulsos, mas no desconhecimento quase completo dos meios".

O conhecimento prévio, a que alude o senhor Aliomar Baleeiro, não existia, a rigor, no instante em que a Constituição consagrou os dispositivos determinando o investimento de porcentagem da receita nacional no desenvolvimento dos dois grandes vales. Logo, a similitude não podia conduzir ao raciocínio de que, só após longas pesquisas, se deveria iniciar a valorização. Por certo, não era êsse o pensamento do ilustre professor de economia. Mesmo com as operações de crédito, sugeridas no voto vencido, não seria possível efetuar pesquisas a longo prazo, que consumiria preciosas verbas, em aplicações imediatamente condenadas como suntárias por populações carentes de tudo. O congressista baiano chamava a atenção para a necessidade de uma

ação efetivamente planejada, com base no conhecimento tanto quanto possível exato de realidade. Isto é, perseguindo bem escolhidas atividades-fins, através de bem coordenadas atividades-meios.

Surge, pois, um conflito da lógica administrava com a imperiosidade da conjuntura social. Não é possível efetuar um estudo a longo prazo, para fins de rigoroso planejamento, porque não estaria concluído dentro de vinte anos. Por outro lado, não é possível deixar de socorrer à economia regional *in-extremis,* mas é imperioso que a ajuda não se converta em sustentáculo artificial de uma situação que deve ser ultrapassada. Ademais, o planejamento regional do Vale do Tennessee apenas deve ser invocado como fonte de algumas experiências vantajosas e não suporta maiores comparações com o vale do Amazonas ou do São Francisco. Relembrando o que dissemos, anteriormente, em outras páginas, o rio Tennessee pode ser comparável, em extensão, ao rio Uraricoera, formador do rio Branco, afluente do Negro, tributário da margem esquerda do Amazonas. Uma bacia hidrográfica com a superfície de cêrca de 100 mil quilômetros quadrados, ou seja, mais ou menos, a área do Estado de Pernambuco, inferior à de vários municípios amazônicos ou, ainda, perto de dois terços da superfície do menor Território da região, o Amapá.

Resta, portanto, constituir um órgão executivo capaz de arrostar e vencer essas dificuldades preparado, desde o princípio, para suportar impaciências e incompreensões dos que, como definia João Ribeiro, encaram o Estado

como um agente do comunismo, um órgão redistribuidor da fortuna. Após balancear as proposições já apresentadas para dar cumprimento ao texto constitucional sôbre a Amazônia, é possível reconhecer o inegável esfôrço contido no projeto único, do deputado Pereira da Silva, nas contribuições da Sociedade de Amigos de Alberto Tôrres, por intermédio do deputado Aluísio Ferreira, no substitutivo do deputado Coaracy Nunes e no substitutivo da Comissão Parlamentar do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. Êste, apresentado ao plenário da Câmara Federal, há um ano, percorreu a via de todos os projetos do Congresso e se acha, no momento, entregue ao deputado Eduardo Duvivier, que reúne volumosa documentação para relatar o trabalho, na Comissão de Constituição e Justiça. O projeto da Comissão Parlamentar, para estarmos de acôrdo com a justificação que o acompanha, procurou recolher os melhores elementos para sua confecção. Daí resultou uma obra de real mérito, que justifica a existência da entidade legislativa, ùltimamente tão mal interpretada por diversos setores da opinião pública. Desejariam todos que a Comissão realizasse obra perfeita, mas é de acreditar que, com os elementos de que dispunha, premida pelos reclamos dos que desejavam urgentemente o aparelho executivo, não poderia conceber trabalho melhor. Eis porque, respeitando o projeto que elaborou em algumas de suas linhas principais, cabe registrar a tendência para ajustá-lo à contingência de verbas não volumosas, cujo emprêgo exige um organismo plenamente atuante, sem concorrência com entidades já existentes.

Em primeiro lugar, a tendência mais aceitável, nesta altura dos debates, é aquela que o concebe como um órgão de comando único, e não uma Comissão. Infelizmente, os órgãos colegiais não têm dado bom rendimento no Brasil, quando convocados a funções executivas. Haja vista o Conselho de Imigração e Colonização, justamente chamado, em certo momento, de Sinedrim Imigratório. Em segundo lugar, no substitutivo Coaracy Nunes, está implícita uma vantagem, que poderia ser incorporada, com êxito. Em vez de o órgão executivo desdobrar-se em vários departamentos e serviços, ficaria concentrado em uma unidade capaz de exercer ação descentralizada.

A nosso ver, com as emendas que lhe serão oferecidas, o projeto da Comissão Parlamentar poderá resultar num órgão configurado como uma Administração de Valorização da Amazônia. Êsse deve ser o seu título, pois, como lembra o mencionado Sr. Aliomar Baleeiro, não vemos porque razão dar poderes ilimitados a um órgão para executar um plano que não existe. Administração, julgamos, é o nome que melhor lhe convém, pois, vai *administrar* um fundo especial, constituído de verbas extraídas à União, aos Estados, aos Territórios e aos Municípios, com campo de ação abrangendo os três níveis de poder da Federação, sem contudo derrogar a sua interdependência.

Nessas condições, a Administração de Valorização da Amazônia poderia funcionar nos seguintes têrmos:

— Teria sede em Belém do Pará, com raio de ação em tôda a região amazônica compreendidas como Amazônia as áreas dos Estados do Pará

e do Amazonas, dos Territórios Federais do Acre, Guaporé, Rio Branco e Amapá, assim como as áreas circunvizinhas dos Estados do Maranhão, de Goiás e de Mato Grosso que fôssem classificadas, por estudos da Administração, como componentes da planície amazônica.

— A Administração de Valorização da Amazônia constituir-se-ia de uma Comissão Técnica, de estudos e planejamento, e um Departamento Executivo, pròpriamente dito, tudo sob a direção geral de um delegado do Presidente da República que, como fiador da Constituição, atribuiria àquele a responsabilidade executiva.

— A Comissão Técnica, constituída por especialistas, com a assistência de observadores dos governos regionais, prepararia os estudos e o plano de trabalho, de acôrdo com as informações e sugestões dos três níveis de poder coexistentes na Amazônia, além das fornecidas pelas unidades territoriais.

— O Departamento Executivo levaria a cabo o plano, sob a supervisão do diretor geral, através de uma ação descentralizada que utilizasse tôdas as unidades administrativas idôneas já existentes, por meio de contratos e acordos de cooperação, sòmente criando aparelhos novos em face da ausência de institutos afins.

Assim estruturado, o órgão executivo ganharia uma forma simples e operante, atingindo mais ràpidamente os propósitos visados na Constituição. Uma instituição plenamente responsável, com unidade de comando e de ação, o seu sistema permitiria que o diretor geral estivesse em condições de, a todo momento, prestar contas ao Presidente

da República, para que êste, por sua vez, as prestasse à Nação. A Comissão Técnica, subordinada à direção geral, ficaria colocada em posição de fugir às inevitáveis bizantinices dos órgãos colegiais, ao passo que as despesas com pessoal, material e aparelhagem seriam bastante reduzidas, por delegação de competência aos órgãos já existentes, bem assim por intermédio de contratos com emprêsas particulares para alcance dos objetivos colimados no plano de conjunto. Corrigir-se-ia, também, a inclinação, já verificada em dois orçamentos da União, para prover os serviços de rotina do govêrno federal com dotações retiradas da verba específica de valorização. Até mesmo no sistema de crédito, a ação descentralizada produziria êxito, pois seria possível prover os bancos que operam na área com empréstimos a juros baixos e prazos longos, para que, por sua vez, levassem maior fluxo financeiro ao mercado de capitais. Tôdas as demais necessidades, na medida das possibilidades da verba, seriam atendidas dessa forma. E não mais caberiam as impatrióticas dúvidas sôbre a legitimidade das dotações constitucionais à Amazônia, por inexistência de plano, porque um órgão executivo estaria atuando, sob forma de planejamento e de ação, sem magnitude mas dentro das modestas possibilidades orçamentárias de um dos países de menor arrecadação "per capita" do mundo.

30 — A ADMINISTRAÇÃO

A Administração de Valorização da Amazônia deve ser um órgão central de ação descentralizada.

Para atingir êsse "status", o instrumento executivo necessita em primeiro lugar de uma organização simples, que assegure a persecução dos objetivos constitucionais e o melhor rendimento para os dinheiros públicos a inverter na obra. A experiência de realizações similares e a própria tendência atual assim o aconselham. Uma estrutura singela e eficiente poderia ser obtida com uma disposição que compreendesse o diretor geral como delegado do Presidente da República, comandando tôdas as atividades do órgão, inclusive a elaboração do plano de trabalho. Dessa forma, a entidade contaria com uma comissão técnica, presidida pelo diretor geral e constituída por especialistas, representando técnicos em planejamento, administração, transportes, comunicações, educação, saúde, imigração e colonização, produção, crédito e geografia e estatística, além do diretor da divisão executiva, cabendo-lhe a elaboração do plano de valorização da Amazônia. O outro setor seria constituído pela divisão executiva, incumbida de realizar a execução do plano, através de uma seção executiva e uma seção de contrôle. O preparo do plano de valorização far-se-ia, imediatamente, com o concurso do govêrno federal, dos Estados, Territórios e Municípios da região, cabendo ao diretor geral plena responsabilidade pela elaboração do plano e sua execução, prestando contas ao Presidente da República anualmente ou sempre que necessário. Na competência da divisão executiva ficariam os trabalhos de aplicação do plano, com a utilização de tôdas as entidades administrativas habilitadas, o uso de organizações particulares ou companhias de capital

misto ou ainda por empreitada, mediante concorrência.

Com essa disposição, o órgão de administração ganharia fôrça e elasticidade dignas de nota, indo ao encontro de energias adormecidas no seio das populações da gleba, convocando-as para misteres mais amplos e dando-lhes, efetiva e diretamente, recursos para construir a riqueza regional com as próprias mãos. O salutar preceito que aqui veiculamos não nos pertence, é originário de uma das maiores experiências sociais já verificadas no mundo, a reabilitação do vale do Tennessee, na América do Norte. Segundo as expressões de David E. Lilienthal, o extraordinário administrador da "Tennessee Valley Authority", em seu trabalho "Democracy on the March", o povo daquela região foi chamado, realmente, por um organismo instituído em Washington, a decidir, em sua própria terra, dos próprios destinos. Bem sabemos como seria difícil organizar conselhos locais no Brasil, à semelhança dos que inspiraram a consecução da obra da T.V. A., mas a sua ação descentralizada deve inspirar uma tarefa parecida no nosso País. O resultado de um programa assim conduzido está expresso nas palavras de David E. Lilienthal, ao frisar que á Administração do Vale do Tennessee, primitivamente destinada a suprir de energia elétrica uma comunidade pobremente provida de kilowats, se ampliou para outras direções, fertilizando, de fato, o vale em todos os sentidos e tornando-o uma unidade econômica e social altamente atuante.

Sem pretender sobrepor-se às entidades públicas já em funcionamento ou eliminar a livre inicia-

tiva particular, a Administração de Valorização da Amazônia teria dado um grande passo no sentido de vivificar uma das áreas-problema do Brasil, interessando a sua população em têrmos de elevada repercussão psicológica. Simultâneamente, garantiria, através do aumento da produção e do recolhimento dos adiantamentos e auxílios que prestasse, uma nova fôrça para acrescer aos elementos financeiros que lhe fôssem destinados anualmente pela República.

A nosso ver, o plano de valorização da Amazônia deve objetivar os seguintes propósitos:

— A substituição gradual do sistema econômico extrativo pela policultura organizada e a indústria de transformação.

— A instituição de um novo sistema de crédito, à altura das necessidades regionais.

— A melhoria e introdução de novos e mais rápidos meios de transporte.

— O saneamento e a educação das populações, principalmente através da elevação de seu padrão de vida.

— O adequado emprègo dos recursos naturais, organizando o aproveitamento racional da flora. da fauna e do reino mineral.

— A utilização do potencial hidrelétrico, inclusive através de barragens, e, a instituição de uma siderurgia regional.

— A introdução de novos contingentes demográficos no "melting pot" amazônico.

— O fomento às comunicações, o estudo das experiências regionais e o cuidadoso balanço dos diversos ciclos econômico-sociais e a elevação do

"standard" administrativo, quer nos órgãos públicos como nas instituições particulares.

Dentro da mesma ordem de idéias, acreditamos possível alcançar os mencionados objetivos através das seguintes providências:

— Substituição do estágio econômico atual pela policultura organizada e a indústria de transformação mediante o hábil manejo de um plano de irrigação financeira a setores prèviamente escolhidos.

— Criação de um novo sistema de crédito por intermédio de empréstimos, rigorosamente planejados, ao Banco da Borracha e aos bancos e casas bancárias existentes na área a ser valorizada, assim como com investimentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, todos os empréstimos a longo prazo e juros baixos.

— Ajuda financeira e colaboração direta, financiamento a longo prazo da indústria de transportes e constituição de companhias mistas com participação de capitais particulares.

— Sanear e educar as populações através de convênios com os três níveis de govêrno, federal, estadual e municipal e as administrações territoriais, assim como mediante contrato com estabelecimentos privados.

— Distribuição das populações por zonas de interêsse, aglutinando-as para melhor exploração dos recursos nativos, com a preservação da flora e da fauna em parques nacionais e a seleção e cultivo das espécies rendosas.

— Aproveitar as reservas de energia hidrelétrica existentes nos Territórios do Amapá, Rio

Branco e Guaporé, e, prover de fôrça barata os centros de Manaus, Belém e Rio Branco, os quais, do contrário, jamais poderão sustentar indústria manufatureira retribuitiva.

— A obtenção de uma siderurgia regional é viável com o emprêgo das apreciáveis jazidas de minério existentes no rio Vila Nova, no Amapá, à pequena distância da margem esquerda do rio Amazonas.

— Em articulação com o futuro Departamento Nacional de Imigração e Colonização, prestes a ser criado, o encaminhamento de imigrantes estrangeiros e trabalhadores nacionais para o vale do Amazonas será feito dentro de um plano nacional de povoamento, que atenue ou corrija o desequilíbrio da ocupação do solo entre o norte e o sul do Brasil.

— Com o emprêgo de material moderno, as comunicações, notadamente as comunicações elétricas, reduzirão o insulamento entre os gânglios populacionais da planície e ativarão a política de trocas.

— O estudo das experiências regionais e a comparação dos ciclos sociais da Amazônia permitirão ilações para uma bem programada orientação dos negócios públicos, ao passo que concorrerá para o progresso das normas administrativas, ainda empìricamente praticadas na Amazônia e que também se desenvolverão com os novos processos introduzidos pela política de valorização.

Isto pôsto, é necessário notar que se impõem outras formas, coadjuvantes, como, exemplificando, a convocação de capitais privados, para os quais se criará condições de interêsse. Não

se deve esquecer que o que existe na Amazônia é produto da iniciativa particular que, entre outros empreendimentos, criou o notável sistema de transporte fluvial, hoje em decadência. Dentro de um critério assim exposto, o órgão de valorização preparará o seu plano, subdividindo-o segundo áreas eleitas, para cujo processo de escolha deve predominar o critério da distribuição por bacias hidrográficas. Dêsse modo, cada um dos vales secundários que alimentam o aranhol potâmico da maior rêde fluvial do mundo terá tratamento parcelado dentro do plano de conjunto, muito facilitando a tarefa geral.

Se a valorização da Amazônia puder ser conduzida à base de um plano que procure, com simplicidade e firmeza, êsses difíceis objetivos, tendo em conta a precariedade de recursos e a urgência de chamar para a vida populações entorpecidas, teremos no País uma experiência de planejamento regional que muito contribuirá para a prosperidade do Brasil.

31 — A EXECUÇÃO

Executar a obra de valorização da Amazônia constituirá uma tarefa difícil e que deve ser rigorosamente preconcebida, com a margem de tempo necessária à elaboração de um plano cuidadoso.

Diante das perspectivas de um plano a longo prazo, o trabalho de valorização divide-se inicialmente em dois: o ataque aos problemas de urgência e o preparo das grandes soluções básicas. Nesta primeira parte ficará compreendido o auxílio às atividades econômicas que sustentam

forçadamente até hoje as populações amazônicas, como a extração da borracha, da castanha, dos óleos e produtos silvestres, — as famosas "drogas do sertão", em tôrno de cuja mercância se organizou a exploração regional. Na segunda, o encaminhamento da agropecuária, da extração e transformação de minérios, do aproveitamento hidrelétrico, da criação de novos meios de transporte, da colonização, do crédito bancário e da silvicultura em alta escala. Funcionando o órgão executivo, como uma administração central de ação descentralizada, o exercício de suas atividades empregará os elementos já existentes na área e criará os que se fizerem necessários, eximindo-se sempre da manutenção direta de organismos dispendiosos. A sua ação deve ser a de um instituto vivificador das unidades otrofiadas, dotando-as dos elementos para que alcancem vida própria e terminem assumindo sòzinhas as responsabilidades de seu papel no metabolismo social da planície. Coordenará, assim, as atividades especìficamente destinadas a desenvolver a região, compreendendo as iniciativas públicas e emprestando decidido apoio à iniciativa particular

Conforme já tivemos oportunidade de enunciar os problemas imediatos e mediatos da Amazônia são constituídos, principalmente, pelo estágio social de economia predatória; pela insuficiência de recursos no mercado de capitais; debilidade dos transportes, antieconômicos pela pobreza da produção e pela extensão das distâncias; inexistência de meios de comunicação rápida e barata; deficiência qualitativa e quantitativa dos grupos demográficos; falta de assistência médica e educa-

cional; minguadas arrecadações e organização depressiva dos Estados e Municípios. Para o alívio da pressão exercida pelas dificuldades, a execução deve apoiar-se no exercício do crédito, suprindo às caixas do Banco da Borracha, e dos bancos regionais com empréstimos a longo prazo, com cujo montante serão financiadas as iniciativas previstas no plano. Para fomentar a cultura de determinado produto na zona da Estrada de Ferro de Bragança, por exemplo, é destinada uma cota da verba aos institutos bancários que operem na região. Êstes fornecerão ao produtor os créditos reputados necessários, que serão pagos a longo prazo e juros baixos, revertendo finalmente ao fundo de valorização. Mediante êsse processo, será possível alcançar os resultados que já catalogamos em capítulo anterior e que devem constituir os objetivos de valorização da região Norte do Brasil:

— Substituição do estágio econômico atual pela policultura organizada e a indústria de transformação mediante o hábil manejo de um plano de irrigação financeira a setores prèviamente escolhidos.

— Criação de um novo sistema de crédito por intermédio de empréstimos, rigorosamente planejados, ao Banco da Borracha e aos bancos e casas bancárias existentes na área a ser valorizada, assim como com investimentos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, todos os empréstimos a longo prazo e juros baixos.

— Ajuda financeira e colaboração direta, financiamento a longo prazo da indústria de transpor-

tes e constituição de companhias mistas com participação de capitais particulares.

— Saneamento e educação das populações através de convênios com os três níveis de governos federal, estadual e municipal e as administrações territoriais, assim como mediante contrato com estabelecimentos privados.

— Distribuição das populações por zonas de interêsse, aglutinando-as para melhor exploração dos recursos nativos, com a preservação da flora e da fauna em parques nacionais e a seleção e cultivo das espécies rendosas.

— Aproveitamento das reservas de energia hidrelétrica existentes nos Territórios do Amapá, Rio Branco e Guaporé, e, por meio de barragens artificiais, prover de fôrça barata os centros de Manaus, Belém e Rio Branco, os quais, do contrário, jamais poderão sustentar indústria manufatureira retribuitiva.

— A obtenção de uma siderurgia regional, viável com o emprêgo das apreciáveis jazidas de minério existentes no rio Vila Nova, no Amapá, à pequena distância da margem esquerda do rio Amazonas.

— Em articulação com o futuro Departamento Nacional de Imigração e Colonização o encaminhamento de imigrantes estrangeiros e trabalhadores nacionais para o vale do Amazonas dentro de um plano nacional de povoamento, que atenue ou corrija o desequilíbrio da ocupação do solo entre o norte e o sul do Brasil.

— Com o emprêgo de material moderno, notadamente as comunicações elétricas, redução do insulamento entre os gânglios populacionais da planície e ativamento da política de trocas.

— O estudo das experiências regionais é a comparação dos ciclos sociais da Amazônia com ilações para uma bem programada orientação dos negócios públicos, concorrendo para o progresso das normas administrativas, ainda empìricamente praticadas na Amazônia e que também se desenvolverão com os novos processos introduzidos pela política de valorização.

Todavia, desde que um plano de longo alcance, exigindo demorados estudos das diversas zonas geo-econômicas, não poderá ser pôsto em prática imediatamente o interêsse com que a União encara o desenvolvimento do vale do Amazonas poderia, desde já, sem prejuízo do planejamento a longo tempo, ser encaminhado para uma ação executiva baseada em seis decretos principais. O primeiro disporia sôbre as facilidades ao financiamento da produção de juta e de cereais; o segundo teria por finalidade promover a criação de um rebanho selecionado para a Amazônia, dividido pelos campos do Rio Branco, da ilha do Marajè. dos Autazes e do Amapá; o terceiro determinaria as providências para o aproveitamento da energia hidrelétrica e das reservas de ferro, manganês e outros minerais, — possibilitando a criação de uma siderurgia regional; o quarto determinaria a criação de florestas econômicas para substituir as florestas heterogêneas de custoso aproveitamento; o quinto estimularia a produção de óleos vegetais e o sexto procuraria eliminar tôdas as dificuldades, simplificando ao máximo o uso dos transportes e das comunicacações; quer por água, por ar ou por terra. A base dessas providências, a economia amazônica conheceria logo

apreciável impulso, que modificaria para melhor o panorama. Os governos regionais que possuem planos de administração em qualquer dos setores mencionados, receberiam os elementos precisos para o trabalho. Na ausência de planos locais, outras entidades administrativas existentes no vale do rio-mar entrariam em funcionamento efetivo, deixando o caráter de simples consumidores de verbas de rotina. A ação executiva prefixaria um tempo preliminar de cinco anos para lançamento, frutificação e consolidação das medidas, enquanto a comissão técnica do órgão de valorização procedesse aos estudos que, sob nenhum pretexto, devem ceder aos imperativos da pressa e do clamor dos que não têm paciência para esperar uma obra de grande alcance. Assim, quando tivesse início o empreendimento de valorização a longo prazo já se ia encontrar a área de operações amaciada pelo desbastamento das arestas mais contundentes, removidas em favor de um estágio social mais permeável a importantes reformas de fundo e de superfície. Nenhuma dificuldade haveria quanto à votação dos créditos destinados a um empenho dessa natureza. Criado o órgão executivo, a êste competirá, como entidade técnica habilitada, a confecção do plano. Deixarão, portanto, de caber quaisquer interpretações impatrióticas do texto constitucional, pois o que a Constituição quis atender foi à necessidade de valorização da Amazônia. O plano não é um fim, constitui um meio para cumprir a Constituição.

A tarefa do órgão executivo seria, portanto, de larga envergadura, desde o início. Se se quiser

levar em conta o tempo necessário à elaboração de um plano oriundo de rigoroso estudo da bacia amazônica, forçoso é reconhecer que as medidas ora sugeridas são as que, durante alguns anos, serão emprestadas por qualquer entidade incumbida de administrar as verbas reservadas pela Constituição ao maior deserto do País. A complexidade da extensa mesopotâmia impõe soluções parciais preliminares para um desempenho de vasta projeção em seu favor e em benefício da República. Meditar na ação executiva, enquanto ainda não existe plano, parecerá prematuro bizantinismo. Entretanto, as dificuldades em que marcha o problema da valorização da Amazônia indicam que as soluções magistrais para seu graves problemas não virão muito cedo e urge começar, com modéstia e energia, o preparo do terreno onde o Estado brasileiro está compelido, pela sua lei fundamental, a realizar o maior esfôrço de valorização já verificado na história moderna.

Depart. de Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1949